



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

ROSEMERE FREIRE FONSECA

**EM CADA VEREDA UMA MEMÓRIA: ASSENTADOS NO
SERTÃO DE ‘SAGARANA’ EM ARINOS - MINAS GERAIS**

**FLORIANÓPOLIS
2015**

ROSEMERE FREIRE FONSECA

**EM CADA VEREDA UMA MEMÓRIA: ASSENTADOS NO
SERTÃO DE ‘SAGARANA’ EM ARINOS - MINAS GERAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Banca Examinadora como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
junto ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política da Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ilse Scherer-
Warren.

FLORIANÓPOLIS - 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fonseca, Rosemere Freire

Em Cada Vereda uma Memória: Assentados no Sertão de ‘Sagarana’ em Arinos - Minas Gerais ; Rosemere Freire Fonseca; orientadora, Ilse Scherer-Warren – Florianópolis, SC, 2015.
223 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui Referências

1. Sociologia Política. 2. Reforma Agrária. 3. Projeto de Colonização. 4. Território. 5. Identidade. I. Warren, Ilse Scherer. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

**EM CADA VEREDA UMA MEMÓRIA: ASSENTADOS NO
SERTÃO DE ‘SAGARANA’ EM ARINOS - MINAS GERAIS**

Por

ROSEMERE FREIRE FONSECA

a

Dissertação julgada para obtenção do título de **Mestre em Sociologia Política**, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof.^a Dr.^a Ilse Scherer-Warren.
Orientadora

Coordenador

Banca Examinadora:

Florianópolis, Fevereiro de 2015.

À DEUS, meu Salvador, sem Ele nada posso. A meu esposo, Cloves e minhas filhas, Juliana e Kamila, pelo apoio incondicional. Aos meus pais que me deram a vida.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar ao fim deste trabalho reconheço que sem a força de DEUS eu nada teria feito. Foi Ele quem colocou em meu caminho pessoas especiais que, com suas contribuições, foram fundamentais para que eu alcançasse esta vitória. Assim, me vem à memória todos aqueles que comigo trilham este percurso, aos quais eu externo os meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, destaco com carinho os meus pais, Evaristo e Anatália, pelo exemplo de vida, pelo incentivo e por terem aceitado com paciência os meus longos tempos de ausência. A vocês minha eterna gratidão e amor.

Um agradecimento todo especial ao meu marido, Cloves, companheiro, confidente, com quem pude partilhar alegrias, angústias, conquistas e ainda tantos planos, meu esteio emocional e afetivo. Às minhas filhas amadas, Juliana e Kamila, pelo cuidado, apoio e carinho. Também a vocês agradeço por terem entendido o meu recolhimento necessário às leituras e estudos, bem como os dias em que estive longe de casa, junto ao meu objeto de pesquisa, a Comunidade Sagarana. Aos meus queridos irmãos, Marlene, Gilmara, Rosely, Marcelo e Rita, pela atenção e apoio, quer seja de perto ou de longe, vocês tiveram uma grande importância emocional.

À minha orientadora Ilse Scherer-Warren, pela atenção, cuidado e dedicação com que me orientou na construção desta pesquisa. Nela encontrei uma intelectual admirável e competente, sempre interessada em me conduzir nesta jornada. Seu amparo, incentivo e a confiança que depositou em mim foram imprescindíveis para que eu chegasse ao final deste trabalho.

Aos meus entrevistados e, porque não dizer, amigos da Comunidade Sagarana, que me acolheram e dispensaram seu tempo comigo, quer nas entrevistas, quer nas conversas informais. Em especial Maria e Silvío, que me acolheram em sua casa, e pelos “mimos” que a mim dispensaram. E à própria Comunidade Sagarana que, de maneira encantadora, aflorou em mim as raízes sertanejas do meu tempo de menina no sertão norte-mineiro. Os saberes e fazeres dessa Comunidade ficaram e permanecerão embrenhados nas minhas lembranças, visto que a nossa convivência, além dos aspectos acadêmico-científicos, propiciou um laço afetivo que para sempre estarão em minhas recordações.

Aos colegas de trabalho que sempre incentivaram esse projeto de qualificação. Aos meus amigos, Thiago Lamonier, Narah Vívian, Bárbara Oliveira, Filomena Luciene, Adenise Vieira, Pedro Paulo, Dinamor Chicarelli, Alínice Jardim, Marine Grossi, com alguns morei, e todos estão carinhosamente guardados em meu coração. Cada um de vocês, a seu modo, me inspiraram e incentivaram de forma particular e especial, obrigada a todos e a cada um. A Renata Rocha, companheira de estrada e de “*rally*” pelos caminhos do sertão, e Fernanda, aluna querida, sempre junto nessa jornada.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Instituições que oportunizaram minha qualificação por meio do Mestrado Interinstitucional (MINTER). E ainda, pelo apoio do Programa de Bolsas para qualificação dos servidores (PBQS), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pelo carinho, pela disponibilidade em vir a Montes Claros e pela acolhida na bonita cidade de Florianópolis. A Albertina, competente Secretária do Programa de Pós-Graduação, sempre pronta a nos ajudar. Às companheiras de república em “Floripa”, Luciana, Silvinha e Edilene pelas boas gargalhadas, aliviando a saudade que sentíamos da família. Ao colega Marcos Miguel pela amizade e pelos lindos passeios que nos proporcionou em Florianópolis. Aos colegas do MINTER, pela troca de experiências e pela força num momento em que os amigos eram fundamentais para seguirmos adiante.

Ao Cresertão, e seus representantes Virgílio e Andréia, que apoiaram, incentivaram e contribuíram com construção da história da Comunidade Sagarana. À Escola Estadual Vasco Bernardes de Oliveira, e sua representante Maria Cláudia Figueiredo Mota Alves, que se prontificou a nos ajudar naquilo que precisássemos e que estivesse ao seu alcance. Ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) que, por meio de seus representantes, Maria Isabel Dantas de Oliveira e Luciano Régis Cardoso, nos apresentou a natureza à nossa volta.

À professora, Márcia Reis, pela leitura atenciosa, as diversas correções e a ajuda para o sucesso deste trabalho.

Por fim, agradeço, de uma forma geral, a todos que fizeram parte desta caminhada. Cada um será sempre lembrado com carinho e, a cada lembrança, pedirei a Deus que os recompense por todo o apoio que, direta ou indiretamente, me proporcionaram.

(...) Quem diz que o Cerrado, é mata morta sem feitio, não conhece sua cultura, nem o povo que a pariu.

Entre calango e carcará, de pé, em movimento
se embrenha a sua gente, na feitura do seu tempo.

Benzedeiras, foliões ao Divino vão louvar, Lundu e curralera, só vê quem lá está.

Buriti dá tudo um pouco sabor, beleza, proteção, pequi, tão único gosto, do tingui se faz sabão (...).

(DIAS, 2014)

RESUMO

Com o propósito de alavancar a reforma agrária, os governos militares aprovaram, em 1964, o Estatuto da Terra, e criaram diversos programas de acesso a terra, sendo que o Projeto Integrado de Colonização (PIC) foi um dos tipos de assentamentos implantados. Assim, a presente pesquisa tem como pressuposto analisar a constituição do PIC – Sagarana, localizado no município de Arinos, noroeste de Minas Gerais, ocorrido na década de 1970. Nosso objetivo geral foi analisar a trajetória de territorialização da Comunidade Sagarana, desde o assentamento até os dias atuais. De tal modo, identificamos os caminhos percorridos na trama da construção de uma identidade construída a partir do Estado, mas carregada de experiências a partir das trajetórias e particularidades dos sujeitos envolvidos na luta pela terra, bem como na construção dos laços de pertencimento entre as famílias, e ainda dessas com o território que, originalmente, foi projetado para receber trabalhadores expropriados do direito de posse. Nesse sentido, apresentamos inicialmente um breve histórico sobre a questão agrária no Brasil, bem como as percepções dos projetos de colonização e de reforma agrária. Para tanto, discorremos sobre a conquista e a busca por autonomia, condição indispensável para o fortalecimento do território e da identidade. Considerando importante entender a relação estabelecida entre os novos territorializados e o meio ambiente, utilizamos para esta análise a pesquisa de campo, as fontes orais e os documentos oficiais, estes foram fundamentais, tanto no que diz respeito aos aspectos teóricos referentes ao movimento, movimento, como também para a compreensão das mudanças e ressignificações ocorridas no interior desse projeto. Os resultados deste trabalho apontaram para a formação de uma comunidade a partir da integração de dois grupos distintos, “chegantes e urucuianos”, ambos oriundos desse processo de exclusão social que, a partir da posse da terra, lutam para construir estratégias de reinserção e reconhecimento social. Com referência ao meio ambiente, os estudos empreendidos apontaram que a Comunidade Sagarana demonstra perceber as consequências de suas ações ao longo do tempo sobre o território, e começam a despertar para a necessidade de novos hábitos, buscando conservar e preservar os recursos naturais que ainda subsistem na Comunidade. No entanto, ao que parece, ainda demanda um bom tempo para que de fato essas mudanças alcancem toda a Comunidade, visto que posturas e praticas de depreciação dos bens naturais ainda são comuns.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Projeto de Colonização. Território. Identidade.

ABSTRACT

Willing to strengthen the Agrarian Reform, the military governments approved the Land Statute in 1964 and created various programmes to provide access to the land ,among them there was The Integrated Colonization Project (ICP). From this point of view, this research analyses the constitution of the ICP - Sagarana, located in the municipality of Arinos, northeast of Minas Gerais, in the 70's. Our general aim has been to analyse the territorialization trajectory of Sagarana Rural Settlement and to do so we have identified the path crossed to construct an identity forged by the State but filled with experiences and singularities of those individuals involved in the struggle for land as well as to construct the bonds of belonging among the families and to the land that, originally, was projected to workers expropriated from their property rights. Therefore, we initially provide a brief background about the agrarian matter in Brazil equally as the perception of colonization projects and agrarian reform. Moreover, we discuss about the pursuit and achievement of autonomy – paramount condition to strengthen the territory and identity. Considering the relevance of understanding the relation established between the recently territorialized individuals and the environment, for the analysis we have utilized field research, oral source and official documents, being the latter fundamentally important to the theoretical aspects of the movement as well as to comprehend the alterations and re-signification occurred in this project. The findings of this work have pointed out to the formation of a community originated from the integration of two distinct groups, newcomers and urucuianos (local people from the city of Urucuia) both from this social exclusion process struggling to build strategies of reintegration and social recognition. Concerning the environment, the applied studies showed that Sagarana Community demonstrate that they are aware of the consequences of their actions towards the territory throughout the years and are awakening for the need of acquiring new habits, preserving and conserving what still remains in the Community, although it seems that it might take some time until the changes reach the Community entirely.

Keywords: Agrarian Reform. Colonization Project. Territory. Identity.

LISTA DE SIGLAS

ABEXA – Associação Brasileira de Exportação de Artesanato
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
COPABASE – Cooperativa da Agricultura Familiar com Base na Economia Solidária
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRESERTÃO – Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão
FETAG - Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
ONG – Organização Não Governamental
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIC – Projeto Integrado de Colonização
PLANOROESTE – Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste de Minas Gerais
PNRA – Plano nacional de reforma Agrária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
RAM – Reforma Agrária de Mercado
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UATP – Unidades Agrárias de Trabalho e Produção
UDR – União Democrática Ruralista

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrada da Comunidade Sagarana.....	27
Figura 2: Via de acesso ao Distrito de Sagarana.....	83
Figura 3: Associação dos Artesãos de Sagarana.....	158
Figura 4: João Barbosa de Azevedo e Conceição Lourença Leite.....	158
Figura 5: Castanha do Baru nas mãos do seu Cassiano Pereira de Jesus “Seu Cassu, rei do baru”	161
Figura 6: Argemiro Graciano de Jesus.....	166

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região noroeste de Minas Gerais.....	104
Mapa 2: Projeto Integrado de Colonização Sagarana.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de assentamentos implantados no Brasil.....	63
Quadro 2 - Dados sobre os assentamentos no território noroeste de minas.....	73
Quadro 03 - Dados sobre os assentamentos no território noroeste de Minas.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO 1	40
ENSAIO SOBRE A POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL.....	41
1.1 Histórico da Questão Agrária.....	42
1.2 DESAFIO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA O QUE SE FEZ?.....	58
1.3 Colonização e Reforma Agrária: Duas Concepções	64
1.4 Noroeste Mineiro: Espaço de Colonização e Reforma Agrária ..	74
CAPÍTULO 2	77
ASSENTADOS NO SERTÃO: CONVERSAS, CAFÉS, JEITOS E MEMÓRIAS.....	77
2.1 O Infundável Sertão de Minas Gerais	77
2.2 O “Progresso” nos Caminhos do Sertão.....	88
2.3 Território e Territorialidade: Sua Diversidade de Conceitos	93
2.4 Assentamento na Fazenda do Boi Preto: Da Implantação ao Processo de Consolidação do Território.....	102
2.4.1 Uma Comunidade Construída no Sertão	103
2.4.2 Quem são os Chegantes? Tempo de Encontros, Experiências e Desafios.....	113
CAPÍTULO 3	137
CHEGANTES E URUCUIANOS: UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA.....	137
3.1 Identidade e Memória: A Dinâmica Social em Processo de Modernização.....	138
3.2 Saberes e Fazeres Tradicionais: Riquezas Ameaçadas	150
3.3 Cerrados e Veredas em Chamas: Sua Apropriação, Primeira Experiência Identitária	164
3.4 Associativismo: Caminhos Possíveis para Participação Democrática	178

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS	199
APÊNDICE.....	209
ANEXOS	215

INTRODUÇÃO



Figura 1: Entrada da Comunidade Sagarana.

Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 02 de ago. 2014.

Comunidade Sagarana¹, nome herdado de uma das principais obras de Guimarães Rosa, cuja história se entrelaça com as histórias do

¹ Sagarana é a primeira obra de Guimarães Rosa a sair em livro, traz nove contos, nos quais o universo do sertão, com seus vaqueiros e jagunços, surge no estilo marcante que o escritor iria aprofundar em textos posteriores. O livro de estreia de João Guimarães Rosa foi publicado em sua versão final em 1946. Os contos começaram a ser escritos em 1937...Para o lançamento definitivo de Sagarana, a obra foi reduzida de 500 para 300 páginas, sendo composta de nove contos / novelas. Nesse processo, o autor filtrou o que havia de melhor no texto, utilizando em seu peculiar processo de invenção de palavras o hibridismo – que consiste na

universo rosiano e delas se torna palco. Na Comunidade percebemos os significados e as representações que unem o sertanejo com a sua terra e a sua cultura, sem perder os vínculos com a universalidade própria do ser humano, demonstrada por convicções, crenças, atos e pensamentos. Possuidora de inúmeras potencialidades, a exemplo de manifestações culturais, artesanatos, tecelagens, pinturas e bordados. Cercada por uma natureza exuberante, com um conjunto de cachoeiras, fauna e flora que carecem de proteção, além de terras férteis, a Comunidade Sagarana se apresenta como um rico universo de pesquisa. E, apesar de toda essa exuberância, a Comunidade convive com alguns problemas que têm, em grande medida, comprometido a vida daqueles que nela habitam, dentre os quais se destacam os aspectos sociais e ambientais. Esses temas compuseram o corpo deste estudo e aqui foram evidenciados como forma de compreender a vivência e sobrevivência do ser sertanejo em seu espaço de atuação.

Quando nos embrenhamos pelo sertão, todas as impressões são mais reais, mais intensas, mais vividas, a vegetação, por si só, já demonstra uma realidade exuberante aos olhos de quem a vê. No sertão o sol parece mais incidente, o calor mais intenso, e nos longos caminhos a poeira é constante, o lamaçal é sinal de tempo bom, pois representa a tão esperada chuva. As águas límpidas e refrescantes de tantos rios

formação de palavras pela junção de radicais de línguas diferentes. O título do livro é composto dessa forma. Saga, radical de origem germânica, quer dizer “canto heróico”; rana, na língua indígena, significa “espécie de”. Entre os contos que escreve em Sagarana, merece destaque especial “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”. Tido pela crítica como um dos mais importantes contos de nossa literatura, condensa os vários temas presentes no livro: o sertão, o povo, a jagunçagem, a religiosidade e o amor. O livro que se destaca por expor de forma nítida toda a inventividade do autor no trato com a linguagem literária. De cunho regionalista, Saragana surpreendeu a crítica e levou o escritor ao renome, em virtude da originalidade de sua linguagem e de suas técnicas narrativas, que apontavam uma mudança substancial na velha tradição regionalista..Imerso na musicalidade da fala sertaneja, o autor procurou fixá-la na melopéia de um fraseio no qual soam cadências populares e medievais. As epígrafes, que encabeçam cada conto, condensam sugestivamente a narrativa e são tomadas da tradição mineira, dos provérbios e cantigas do sertão. Texto adaptado. Disponível em: http://www.vestibulandoweb.com.br/analise_obra/sagarana-resumo.asp. Acessado em 01 de out. de 2014.

como, por exemplo, o São Miguel que se pode atravessar a pé, passagem obrigatória para o objeto desta pesquisa, e os diversos ribeirões, enfim, uma natureza que nos encanta e que, ao mesmo tempo, sofreu e ainda sofre com a presença humana.

A beleza das terras e histórias que compõem a trajetória da Comunidade Sagarana nos cativou e nos instigou a enveredar nesse universo, conhecendo e registrando as memórias do povo que constitui essa Comunidade. Assim, a pesquisa que você, leitor, tem em mãos, agora, é fruto de um longo percurso profissional e acadêmico que, como professora de História no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - *campus* Arinos, possibilitou a aproximação com a Comunidade em estudo. Vale ressaltar que as impressões originadas do contato com a Comunidade Sagarana afloraram em nós a memória de experiências semelhantes, advindas da nossa procedência do sertão mineiro, fazendo emergir as lembranças de nossa infância e adolescência. Para além do deslumbramento de que fomos acometidos, a convivência com os assentados favoreceu, sobremaneira, abranger as ações coletivas empreendidas pelos moradores da Comunidade na conquista e construção de laços de pertencimento.

Nesse sentido, as ponderações de Castells (1997) foram fundamentais para apreensão desses aspectos. Pois, consoante ao citado autor, os movimentos sociais são ações coletivas que têm uma determinada finalidade e cujos resultados, sendo positivos ou negativos, ocasionam transformações nos valores e nas instituições sociais. Considerando essa perspectiva, foi possível, por meio da linha de pesquisa **“Movimentos sociais, participação e democracia”**, estabelecer um diálogo entre a Sociologia e a História buscando fundamentar a temática da questão agrária e dos sujeitos que nela têm interferido ativamente, bem como entender as ações coletivas instituídas no âmbito dos movimentos sociais. Assim sendo, evidenciamos a trajetória de vida dos atores sociais da Comunidade Sagarana que, contemplados por um Projeto de Colonização, tecem suas estratégias cotidianas, definindo um modo de vida singular, baseado em ações de adaptação, resistência e permanência, ou seja, um grupo que protagoniza sua inserção social e busca o fortalecimento de sua identidade coletiva.

O programa do governo Federal “Mulheres Mil” foi o marco inicial de contato com o nosso objeto de pesquisa. Envolvida nesse projeto de extensão destinado às mulheres das comunidades locais da área de abrangência do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, o programa nos possibilitou uma convivência mais próxima com os

moradores da Comunidade Sagarana. Prosear, olhar, comer, beber e estar com a Comunidade, mesmo que por pouco tempo, muito nos ajudou. Foi a partir das conversas informais que várias inquietações surgiram, por exemplo, como teria se constituído essa Comunidade, quais as percepções desse grupo sobre o assentamento e quais relações foram estabelecidas a partir daí. Esses questionamentos fomentaram nosso projeto de pesquisa e o desejo, enquanto pesquisadora e professora de História, de conhecer e compreender a trajetória desse povo, sua territorialização, os traços que os identificam, bem como o significado de suas manifestações socioculturais. Todos esses aspectos se apresentaram como desafios instigadores para a produção deste trabalho. Contudo, ressaltamos que esta pesquisa não exaure todas as possibilidades que o tema suscita, pois, dada a riqueza do objeto de estudo, acreditamos que muito mais pode ser evidenciado, outros olhares podem ser direcionados e, assim, outras realidades e compreensões podem ser desveladas.

É nesse espaço sertanejo, rico em histórias e veredas que surge a proposta desta dissertação, **“Em cada vereda uma memória: assentados no sertão de ‘Sagarana’ em Arinos - Minas Gerais”**. Assim, buscando compreender as demandas que atraíram essa população para o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Sagarana, e analisando as questões que levaram à sua constituição, bem como perceber quais as marcas da trajetória desses assentados que ainda permanecem na memória² e como suas ressignificações contribuíram e ainda contribuem na formação da identidade coletiva desse povo. A partir dessas questões estabelecemos um recorte temporal, o qual abrange o ano de 1971, quando se iniciou a implantação da infraestrutura do projeto de colonização, até o ano de 2014.

Para desvelarmos o objeto proposto, empreendemos uma pesquisa de cunho qualitativo, documental e bibliográfico sobre a produção acadêmica já existente acerca do nosso objetivo. Avaliamos também, documentos disponíveis na Prefeitura Municipal de Arinos que abordam a constituição do referido PIC e as legislações que tratam sobre a questão agrária no Brasil. Contamos ainda com o aporte secundário de outros estudos e de dados encontrados em sites confiáveis como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do

² Segundo Jacques Le Goff, a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros. Procuramos desenvolver, ao longo desta pesquisa, um diálogo com as instituições que têm trabalhado intensivamente pela causa de suas comunidades tradicionais³. Nesse sentido, destacamos o Centro de Referências em Tecnologias Sociais do Sertão – CRESERTÃO e o Instituto Federal de Florestas (IEF), importantes fontes para a construção desta proposta de estudo.

Como caminho metodológico adotamos a História Oral, visto que nosso objetivo consistiu em compreender as experiências dos assentados do Projeto de Colonização Sagarana, em Arinos, Minas Gerais, bem como as relações estabelecidas no contexto local e regional. No que se refere à importância da História Oral, Michael Frisch (2005) afirma que

as histórias orais ocupam o primeiro plano no conjunto mais amplo de estudos inovadores sobre história social e cultural que tiveram profundo impacto revisionista sobre conceitos de processo e explicação históricos, mesmo em áreas tradicionais como a história diplomática e política (...) e as novas metodologias fundamentadas no esforço de recuperar a experiência e os pontos de vistas daqueles que normalmente permanecem invisíveis (...). E mais, o impulso de fazer a chamada história de baixo para cima (FRISCH, p.75).

Dessa forma, a História Oral que na contemporaneidade pode ser usada para se estudar a vida de pessoas, de grupos ou de comunidades, como possibilidade de se conhecer a trajetória de um povo, foi utilizada para construir as memórias dos assentados da Comunidade Sagarana. No que se refere às fontes orais, essas assumem espaços significativos e diferenciados, pela possibilidade de se reportar à memória coletiva a partir das experiências individuais vividas em uma determinada época, no âmbito de certo grupo social. Portanto, no contexto desta pesquisa, a História Oral se constituiu uma rica possibilidade, às fontes orais somou-se a análise empírica, enquanto

³ As comunidades tradicionais aqui definidas como generalistas englobam tanto as comunidades que vivem nos chapadões quanto as que vivem nos vales próximo às veredas denominadas como veredeiros.

ferramenta metodológica, fundamental na construção desta pesquisa. A partir das análises empreendidas neste estudo, foi possível abranger que as fontes orais permitem o transitar no tempo e no espaço por meio da memória dos sujeitos, o que possibilitou compreender a territorialidade e, respectiva, historicidade, da Comunidade Sagarana.

De tal modo, aferimos que as narrativas dos cidadãos e cidadãs não representaram mera informação para a obtenção de dados, mas antes foram responsáveis por compor o arcabouço que fundamentou todo o processo de construção e organização desta pesquisa. As impressões dos sujeitos pesquisados tiveram relevante importância para pensá-los de “outra maneira”, tal qual assevera Portelli (1997) ao dizer que: “não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que pensa que fez” (p.31), esses são fatores que permeiam a relação do homem, fazendo-os reconhecidos como atores sociais, uma vez que suas experiências serão a fonte de interpretação das reflexões, respaldadas pelos conceitos da História Oral.

Trabalhar com a História Oral proporciona ao pesquisador romper com o encerramento acadêmico que demuda a entrevista em simples suporte documental. Os depoimentos, na perspectiva da História Oral, podem ser aprofundados, analisados, fazendo emergir novas possibilidades ante o propósito do estudo que se deseja realizar. A opção pela metodologia de História Oral também possibilita, segundo Portelli (2001), o discurso dialógico criado não somente por aquilo que os entrevistados dizem, mas pelo que os historiadores fazem e ainda por sua presença no campo de pesquisa e pela apresentação do material produzido.

Para Thompson (2002), História Oral é a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências. Le Goff (2003) corrobora que ao buscar as experiências vividas por sujeitos concretos, pode-se considerar que a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem manipulações conscientes ou inconscientes sobre a sua memória individual, tanto no esquecimento, como na recordação. Assim, muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como gestos, lágrimas, risos, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo expressões faciais que, na maioria das vezes, não têm registros verbais garantidos em gravações, podem integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista de História Oral. Neste ponto destacamos um grande desafio que envolve o pesquisador, o saber ouvir. Uma das riquezas da História

Oral é ser um bom ouvinte, pois ao lidarmos com as entrevistas e as conversas com os moradores, essas tendem frequentemente a delongar-se mais que o planejado, sendo a paciência, neste caso, fundamental. A respeito da técnica da entrevista, Portelli ressalta que:

A entrevista não é um ato de extrair informações, e sim o abrir-se de um espaço de narração, um espaço compartilhado de narração, em que a presença é aqui que o historiador oferece ao entrevistado alguém que está ali para escutá-lo, coisa que não lhe ocorre com frequência (PORTELLI, 2009, p. 04).

Para a fundamentação deste estudo, além das bases teóricas, que serão relacionadas adiante, empreendemos a coleta de dados nos meses finais de 2013 e, nos meses de fevereiro, julho, agosto e novembro de 2014, período em que realizamos a pesquisa de campo a partir de entrevistas com os moradores, representantes de associações e de instituições que atuam na Comunidade. As entrevistas foram semi-dirigidas, seu roteiro foi uma forma de preparar e encaminhar as etapas do processo na elaboração desta pesquisa.

Na construção desta pesquisa selecionamos vinte e dois entrevistados⁴, os quais foram agrupados em categorias⁵ com o objetivo de melhor abranger desde o processo de constituição da comunidade até os dias atuais, considerando os aspectos culturais, o papel das associações e a relevância dos projetos sociais como garantia da permanência e autonomia da Comunidade. Assim sendo, na primeira categoria foram elencados os moradores que participam do PIC desde sua constituição; na segunda, os moradores responsáveis por projetos sociais e culturais; na terceira, os moradores líderes de associações; e na

⁴ Lista de entrevistados: Gercina Maria de Oliveira, Edmundo Gonçalves de Lima, João Barbosa de Azevedo, Conceição Lourença Leite, Areolino Fernandes de Souza, Militão Gomes Monteiro, Alaor Tavares da Silva, Joaquim Fagundes da Rocha, Gessy Rodrigues da Silva, Maria Domingues Pereira, Virgílio Martins Júnior, Argemiro Graciano de Jesus, Alvarinda Francisca de Jesus, Luciano Regis Cadoso, Valdir Pereira Cardoso, Celso Emídio de Jesus, Suely Francisca de Jesus, José Lúcio do Amaral, Antônio Silvio Nunes de Oliveira, Maria Cardoso de Matos, Maria Isabel Dantas Rodrigues.

⁵ O roteiro das entrevistas encontra-se nos anexos desta pesquisa, esse roteiro obedeceu às especificidades de cada categoria, e por isso foi estruturado em tópicos para melhor direcionar os questionamentos.

quarta categoria os representantes das instituições locais. Ressaltamos que, quando do início da pesquisa de campo, no momento da realização das entrevistas, expusemos os motivos desta pesquisa e esclarecemos a nossa intenção, enquanto pesquisadora, de conhecer e registrar as histórias da Comunidade, a partir das memórias e relatos dos entrevistados, considerando o recorte temporal delimitado (1971-2014). Também tivemos o cuidado com os aspectos éticos e legais das entrevistas, para tanto os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre (TCL), em anexo. Outro cuidado que tomamos foi solicitar autorização para divulgar as reais identidades dos entrevistados, sem ter recorrer ao uso de pseudônimos.

Para compreendermos o movimento de territorialização que possibilitou o processo histórico da formação do projeto PIC – Sagarana, suas memórias e ressignificações foram necessárias algumas considerações teóricas, no que se refere à questão agrária, território e construção das identidades, proporcionando uma reflexão histórica e sociológica acerca da constituição da Comunidade. Nesse sentido, buscamos dialogar com autores como Ilse Scherer-Warren (2006, 2007, 2009, 2012), José de Souza Martins (1985, 1999, 2003), Ligia Helena Hahn Lückmann (2011), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001), Leonilde Servolo Medeiros (1986, 1994, 1995, 2003), os quais nos permitiram compreender as trajetórias, territorialização e movimentos sociais em que está inserido o nosso objeto de estudo.

Também Stuart Hall (1997, 2014), Manuel Castells (1999) e Ernesto Laclau (1985, 2006) fundamentaram nossa análise na discussão em torno da formação identitária da Comunidade Sagarana. Os historiadores Eric Hobsbawm (1995), com seus estudos sobre a modernidade, e Edward Palmer Thompson (1981, 1987, 2002), que pondera sobre a experiência construída a partir das manifestações culturais, tradições, e formas institucionais, possibilitaram estabelecer uma distinção entre os aspectos culturais tradicionais e modernos que permeiam as relações sociais presentes na Comunidade pesquisada. Nesse contexto, dialogar com Maurice Halbwachs (2006) foi importante para abranger a trajetória da Comunidade Sagarana considerando a memória dos entrevistados e suas experiências, sejam as que permaneceram ou as que foram re-significadas.

Paul Thompson (1992), Alessandro Portelli (1997, 2001, 2009), José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), cujas abordagens tratam da História Oral, forneceram aporte teórico para empreendermos uma reflexão a partir das vozes daqueles que vivenciaram, participaram e que representam o sujeito desta pesquisa.

Rogério Haesbaert (2004), Claude Raffestin (1993), Bernardo Mançano Fernandes (2001,2005,2008), Sonia Maria Bergamasco (1996) e Milton Santos (2004,2006), estudiosos da área da geografia e da agronomia, que tratam de questões agrárias e rurais propiciaram desenvolver uma análise sobre as relações existentes entre os assentados, o meio geográfico e os aspectos socioculturais em que estão inseridos.

Considerando a quantidade de assentamentos rurais na região do noroeste mineiro e analisando as publicações (teses e dissertações) do acervo da “Biblioteca digital da Questão Agrária Brasileira” é possível afirmar que existe uma quantidade significativa de trabalhos que discutem as questões econômicas e políticas da reforma agrária em diversas regiões do Brasil. Entretanto, percebemos certa incipiência no desenvolvimento de pesquisas relacionadas à constituição sociocultural desses espaços e de suas identidades coletivas. Essa constatação fez emergir a seguinte indagação: por que uma região com grande quantidade de assentamentos, produção de grãos e riqueza cultural encontra-se à margem dos olhares acadêmicos? Assim, considerando tal questão, a relevância desta pesquisa está em contribuir para preencher as lacunas existentes, sobretudo, no norte e noroeste mineiro, regiões onde se observa um grande vazio científico sobre os aspectos apontados. Nesse sentido, pesquisar as ocorrências em nível local, estabelecendo um diálogo com a cultura foi uma tarefa importante e necessária, para conferir visibilidade a homens e mulheres, “Chegantes e Urucuianos” que foram “escolhidos” para compor o Projeto Integrado de Colonização Sagarana em Arinos, Minas Gerais.

A partir do exposto, sem desmerecer os diversos estudos que já foram produzidos ou que ainda estão em andamento, visto que essas pesquisas representam um viés bastante valioso a respeito da região e de suas demandas, acreditamos que a nossa pesquisa configura-se como justificativa para a presença de pesquisadores comprometidos em analisar, discutir e evidenciar as questões sociais e culturais daquele espaço. É, pois, neste cenário, onde diferentes atores sociais constroem a sua identidade, estabelecem o sentimento de pertença, delimitando sua territorialidade, que procuramos analisar as construções feitas por esses distintos sujeitos e seus significados, cujas vivências estão impregnadas de práticas, hábitos e costumes próprios do ser sertanejo.

Como forma de atender o caminho de pesquisa proposto, este estudo foi organizado em três capítulos. No primeiro, intitulado **“Ensaio sobre a política agrária no Brasil”**, procuramos apresentar em linhas gerais o histórico da questão agrária no Brasil, refletindo

sobre a política de reforma agrária durante e pós-regime militar. O primeiro aspecto considerado foi a questão agrária como legado histórico no Brasil, marcado por desdobramentos sociais e políticos, cuja origem remonta ao processo de colonização portuguesa que instaurou o regime de sesmarias. Esse modelo de distribuição de terras prevaleceu mesmo com a “modernização agrícola”, como exemplo a Lei de Terras de 1850, por meio da qual só era possível ter a posse da terra através da compra em espécie, fator que, a nosso ver, perpetuou uma desigualdade histórica. Desse modo, a terra tornou-se um “cativeiro” nas mãos de uma minoria, ou seja, muita terra nas mãos de poucos, o que resultou em um dos grandes problemas sociais do Brasil, historicamente, conforme Martins (1999),

a questão agrária se expressou por meio de tensões religiosas, de confrontos sangrentos (...) ancorado no aparelho de estado, mesmo com a separação entre a Igreja e o Estado da era republicana. Portanto, uma questão agrária que se torna questão religiosa, que se torna questão política, que se torna questão policial, que se torna questão militar, como aconteceu em Canudos, no Contestado e em vários outros episódios das lutas sociais no campo, incluindo episódios relativamente recentes, do tempo da ditadura (MARTINS, 1999, p.99).

É a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960 que a questão fundiária e a reforma agrária passam a ser amplamente debatidas, isso fez emergir grupos políticos e sociais de diferentes setores rurais como, por exemplo, as Ligas Camponesas do Nordeste, que revelam e contestam a estrutura agrária, pressionando o governo para a realização de uma ampla reforma no país. Naquele contexto, o debate sobre a questão supracitada representou “a tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país” (MEDEIROS, 1994, p. 329). No fim do período militar surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Rio Grande do Sul, tendo se constituído como o principal movimento social de luta pela terra no Brasil, até os dias atuais. Ainda no primeiro capítulo, outro ponto de grande relevância que procuramos destacar foram algumas diferenças entre o Projeto de Colonização e a Reforma Agrária, visto que, nosso objeto de estudo é fruto desse primeiro modelo. Para finalizar o

capítulo apresentamos um breve esboço da reforma agrária na região noroeste de Minas Gerais.

No segundo capítulo, denominado “**Assentados no sertão: conversas, cafés, jeitos e memórias**”, nossa intenção foi compreender os conceitos de sertão e de espaço, e ainda entender o movimento de territorialização, a luta pela terra, sua conquista e a construção de laços de pertencimento. Também buscamos analisar as ações de efetivação do Projeto Integrado de Colonização Sagarana (PIC), como forma de perceber as motivações e os desafios enfrentados no processo de constituição da Comunidade. No contexto rural está a gênese da gente do sertão, de sua construção identitária e ainda da conquista do território que, definido por Guattari e Rolnik (1986) pode ser,

relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI, ROLNIK, 1986, p. 323).

Partindo das ponderações dos autores supracitados, os quais entendem território como sinônimos de apropriação, buscamos, no citado capítulo, discutir como se administrou a nova condição dos assentados da Comunidade Sagarana e as consequências desse processo de (des)construção de sua territorialização, procedente da participação (ou não) no movimento que, posterior à conquista, resultou na constituição de um novo espaço, permitindo ao sujeito redefinir sua condição cidadã e seu papel na formação de uma identidade coletiva. Deste modo, nossa intenção foi compreender como as relações estabelecidas no contexto espacial e territorial foram organizadas, interpretadas, reproduzidas e simbolizadas por aqueles que foram assentados no sertão.

No terceiro capítulo, cujo título é “**Chegantes e Urucuianos: uma identidade construída**” tratamos dos aspectos relacionados à construção identitária e à memória. A construção da identidade da Comunidade Sagarana e o sentimento de pertença dos novos atores sociais foram alguns dos aspectos observados. A relação dos assentados

com o meio geográfico e sociocultural no qual estão inseridos, bem como, o processo de gestão coletiva do espaço, sua adaptação, transformação e formas de organização social, daí resultantes, foram analisados no terceiro capítulo como forma de abranger a distinção que os próprios assentados estabelecem entre Chegantes e Urucuianos, sem, contudo, deixarem de formar e constituir uma comunidade. Ainda nesse mesmo capítulo, para analisar a construção das identidades coletivas tornou-se imperativo buscar entendê-las a partir das relações que os membros de certos grupos estabelecem com o seu e com o Outro, visto que é no interior dessas relações que as identidades se constroem e se modificam, cria-se um espaço de referência identitária, um “espaço de memória”.

Também procuramos evidenciar no terceiro capítulo a preocupação com o meio ambiente que há muito tem despertado o interesse dos diversos organismos e instituições e, na contemporaneidade, sem dúvida, tem atingido todas as sociedades, exigindo mudança de postura e hábitos com relação aos recursos naturais. Nessa perspectiva, analisar as formas utilizadas pelos territorializados para apropriarem e interagirem com o meio natural foi fundamental para percebermos o grau de conscientização sobre a problemática ambiental e ainda as estratégias que vêm sendo elaboradas para encontrar alternativas de conservação e /ou restauração do meio ambiente. As alternativas empreendidas pela comunidade revelam a preocupação em vincular a questão ambiental à questão social e, essas, por sua vez, têm influenciado as relações com os espaços: sertão, gerais e veredas. Os sujeitos da nossa pesquisa, constituintes da Comunidade Sagarana, vêm sendo envolvidos numa espécie de responsabilidade comum, a partir de ações que visam o uso sustentável dos recursos naturais, paralelamente ao avanço da fronteira agrícola que vem ocorrendo de forma acelerada em todo o território do Noroeste Mineiro. Alvarenga, em seus estudos, assevera que:

Desde um período muito mais recente do que a formação da biodiversidade e da diversidade cultural, Povos e Ambientes Naturais vêm sofrendo um processo de destruição sem precedentes diante das mudanças, no tempo e no espaço, marcadas pelo individualismo, privatização de recursos, destruição da natureza e do próprio ser humano (ALVARENGA, 2006, p. 7).

É nesse sentido que a luta pela sobrevivência está atrelada a conscientização e à necessidade de preservação do meio ambiente. Hector Ricardo Leis (1995) afirma que a esperança do ambientalismo se constrói na “escuta” dos séculos passados e na “fala” com o futuro, no diálogo, que possa levar-nos a “re-encantar” nosso caminhar pela terra. Na Comunidade analisada, nosso objeto de pesquisa, essa alternativa se materializou com a implantação da “Estação Ecológica Sagarana” que, sob a coordenação do Instituto Estadual de Florestas (IEF), ocupa-se da preservação da biodiversidade, da pesquisa científica e da educação ambiental, tornando-se, dessa forma uma representante ativa da conservação dos recursos naturais, possibilitando a otimização de práticas conservacionistas que procuram envolver a comunidade.

Ainda no capítulo mencionado, ao final de nossa discussão, procuramos evidenciar o papel das associações que têm articulado o poder público local, estadual e federal para que voltem sua atenção às demandas da Comunidade Sagarana. Nessa perspectiva os conceitos de ação coletiva, sociedade civil, redes sociais, empoderamento, participação e cooperação foram fundamentais para entendermos como Comunidade vem conquistando sua autonomia, lutando pelos seus direitos e garantindo sua permanência.

CAPÍTULO 1

ENSAIO SOBRE A POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL

Neste capítulo objetivamos apresentar um breve histórico sobre a questão agrária no Brasil, bem como analisar e estabelecer uma diferenciação entre projetos de colonização e projetos de reforma agrária. De tal modo, ao discorrermos sobre o citado histórico será possível entendermos os fundamentos que conduziram a trama da constituição da Comunidade Sagarana, visto que essa surgiu na década de 1970, durante o período de repressão militar no Brasil. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários é motivo histórico de lutas desde o período colonial, século XVI, até a contemporaneidade, provocando em torno do tema antagonismos, diversos conflitos e acirrados embates políticos, econômicos e sociais que, a nosso ver, encontra-se longe de se esgotar.

A fim de estabelecermos uma discussão com bases teóricas bem fundamentadas, buscamos dialogar com autores como José de Souza Martins (1985, 1999, 2003), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001), Leonilde Servolo Medeiros (1986, 1995, 1994, 2003), Bernardo Mançano Fernandes (2001, 2005, 2008), Sonia Maria Bergamasco (1996). Os apontamentos desses autores abordam sobre a prática da reforma agrária, suas transformações, mudanças e ressocializações, e ainda, as tentativas do governo brasileiro em acomodar as populações surgentes desse embate histórico. Ressaltamos ainda a contribuição de Dryden Castro Arezzo (1982), cujas abordagens tratam sobre o tema colonização, fundamental para a elaboração desta discussão.

O presente capítulo obedecerá a estrutura de tópicos, com a finalidade de remontar as demandas ocorridas no Brasil em torno da propriedade da terra. Para tanto, inicialmente apresentamos um breve histórico desse processo e, posteriormente discorreremos a respeito dos desafios e embates ocorridos no âmbito da reforma agrária. Também as concepções sobre colonização e reforma agrária são apresentadas como forma de perceber a diferenciação entre um e outro termo, bem como os objetivos e método de cada um. Por fim, no último tópico, evidenciamos a conquista da territorialização no Noroeste mineiro, considerado que a região se impõe como espaço relevante de atuação de movimentos sociais.

1.1 HISTÓRICO DA QUESTÃO AGRÁRIA

“A concentração fundiária tem uma história no Brasil”
José de Souza Martins (1985)

A história agrária no Brasil está apoiada na partição do território conquistado pelos portugueses em grandes propriedades. Portanto, foram nesses termos que se iniciou a divisão do Brasil no século XVI e assim permanece. Como consequência, temos um exército de excluídos, índios, negros, imigrantes, sem terras e sem trabalho. A questão agrária rememorada a partir da colonização portuguesa, alterada pela Lei de Terras de 1850⁶ e perpassada por todo o processo de industrialização iniciado no século XX, conserva-se sem rupturas significativas, apresentando-se como objeto imaculado, ao disabor de avanços decorrentes das gradativas contradições sociais e econômicas.

Visto como um problema complexo, a questão agrária requer análises comprometidas de conhecimento para identificar seus avanços, paralisias e retrocessos. Produzida pela demanda de terras exige, também, a emergência de intervenções, uma vez que se trata de um

⁶ A lei de 1850 representou a introdução do sistema de propriedade privada das terras, estabelecendo, desde então, um mercado de terras. As terras que não se reduziam à condição de propriedade de algum ocupante foram declaradas devolutas, pertencentes ao Estado brasileiro, que fora (...) conivente com fraudes, títulos e documentos falsificados e alterações topográficas, de modo que a lei pouco alterou a conformação fundiária nacional e muito menos a correlação de forças políticas no seio do Império. Na verdade, o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso à terra por parte da população supostamente livre (dado o esgotamento da escravidão), antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra. Nestes termos, e ainda com Florestan Fernandes, bloqueia-se a constituição de uma ordem social competitiva e bloqueia-se violentamente o processo de mobilidade social, como que congelando o tempo histórico e político, e, nesse bojo, a questão agrária. (NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César, 2012, p.219)

mecanismo capaz de devolver a dignidade àqueles que veem a posse da terra como uma continuidade das suas vidas.

Conforme analisa Medeiros (2003), a questão agrária pode ser entendida como a forma pela qual se organiza a posse, a propriedade e o uso das terras no território brasileiro. Com uma estrutura fundiária altamente concentrada, o Brasil é palco de conflitos, embates e conquistas. Esses aspectos formam a tríade principal quando a questão é a posse da terra. Fruto do desenrolar histórico que remonta à época do Período Colonial, quando o país foi dividido em 15 grandes latifúndios, denominadas de capitanias hereditárias, processo de constituição fundiária que promoveu desdobramentos históricos, econômicos, sociais e políticos que marcam e delimitam sua historicidade. Cabe esclarecer que os problemas referentes à questão agrária estão:

relacionados essencialmente à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, à violência contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, a qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (FERNANDES, 2001, p. 23).

A questão agrária é pauta constante na atualidade e, para Fernandes (2008), é muito comum ignorá-la, disfarçando deliberadamente parte da realidade, entretanto, ela ressurge dia a dia, com mais intensidade. Deste modo, podemos asseverar que a reforma agrária é uma problemática que tem raízes no passado, mas se revela no presente, está ali, aqui, em todo o lugar. Em cada canto do estado brasileiro a questão se manifesta, principalmente nas ocupações de fazendas, nos acampamentos à beira das estradas ou em manifestações coletivas, sendo sempre destacada nas manchetes de jornais, revistas e noticiários, como uma luta de conhecimento popular. No meio acadêmico é um tema que constantemente compõe as mesas de debates,

fóruns, dissertações e teses⁷. Seu caráter conflituoso é percebido, analisado e torna-se um desafio para aqueles que tentam compreendê-lo. Reforçando e complementando esta ideia, Martins (1999) traz considerações, mostrando que:

a questão agrária tem a sua própria temporalidade, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. É por isso mesmo alcançada continuamente pelas condições cambiantes do fazer história. O próprio ato de intervir na questão, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão agrária (MARTINS, 1999, p. 98-99).

A dimensão temporal do tema em discussão, neste texto, concentra-se no período posterior à segunda guerra mundial, quando se constrói um discurso político-teórico e ideológico sobre a reforma agrária, seguido de uma reação conservadora imposta com a “Revolução de 1964”⁸, quando se propõe uma modernização técnica da agricultura. Toda essa movimentação agregou-se a um contexto histórico marcado, externamente pela guerra fria⁹ e, internamente por uma intensa mobilização político-ideológica e pressões dos movimentos sociais no campo em torno das chamadas Reformas de Base do governo do presidente João Goulart¹⁰, que vislumbrava a possibilidade de mudanças significativas na questão fundiária.

⁷Conforme verificamos na Biblioteca digital da Questão Agrária no Brasil disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/teses.

⁸ CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 1964. Revista Brasileira de História- Brasil, 1954-1964. São Paulo, ANPUH – Marco Zero, v.14, n 27,1994.

⁹ HOBBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

¹⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 2004.

É nesse contexto de reformas, que o rumo da discussão referente à questão agrária, quer seja no meio social, político ou acadêmico ganha projeção. Diante das possibilidades de mudanças que se apresentavam, a partir da década 1960, as lutas, mobilizações e organizações por uma sociedade mais equitativa se acentuaram. Martins afirma que:

O desenvolvimento econômico do país, dos anos 50 aos anos 70, e suas turbulências e recuos, teve como uma de suas implicações a ampla valorização da propriedade da terra, fosse como meio de produção, fosse como reserva de valor e meio de especulação, [...] Fechou mais ainda aos pobres a porta que por séculos lhe permitira acomodar-se em nichos protetores de sobrevivência subalterna no interior de um sistema econômico iníquo (MARTINS, 2003, p.50).

Inflamavam-se os discursos no Brasil acerca do modelo de desenvolvimento do país, tendo em vista que o modelo baseado no processo de substituição de importações já não atendia aos interesses da nossa economia. Era, portanto, necessário delinear uma nova forma para a adequação ao padrão urbano-industrial, ainda incipiente no país. Ou seja, adequar a tradição agrícola à modernização capitalista que avançava, deixando de fora as pequenas propriedades, completamente dependente dos interesses do capital industrial. Nesse sentido, fez-se imprescindível a organização e a mobilização política dos diferentes setores da sociedade para garantir o futuro, segundo as previsões de cada grupo de interesses. De um lado a elite fundiária, com suas pretensões, e do outro os expropriados de seus direitos de cidadão, e ainda, o Estado como intermediário (ou não) das relações conflitivas, dos problemas sociais urbanos e rurais decorrentes da modernização capitalista da agricultura. O aspecto problemático desta questão, considerado por Martins é,

a injusta distribuição de terra se tornou e, sobretudo, se revelou problema, de fato, há apenas algumas décadas. Isto é, passou a criar a marginalização social e consciência da marginalização, e passou a mobilizar politicamente como problema que se pede

solução, unicamente a partir dos anos 50 do século XX, os anos da industrialização intensa e das grandes migrações. Foi na época do rompimento do equilíbrio que nas relações de trabalho rural se introduzira com o fim da escravidão e o advento do trabalho livre (MARTINS, 2003, p.16).

Assim, a questão ganha força, visibilidade e notoriedade, principalmente pelo acesso a terra, a partir de 1955, com a criação das Ligas Camponesas. Essas se tornaram símbolo de luta e expressão de representação social e política. Iniciada no nordeste, em Pernambuco, a liga era uma associação de moradores do Engenho da Galileia que, para assegurar assistência à saúde e acesso à educação de seus filhos, encetou uma batalha contra o latifúndio no Brasil. Sob a chefia do advogado Francisco Julião, recém-eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), a Liga Camponesa tinha à frente trabalhadores assalariados, principalmente dos canaviais nordestinos, meeiros, pequenos arrendatários e outros expropriados de seus direitos, os quais incentivados a lutarem, serviram de exemplo para outros trabalhadores no restante do país.

Em apoio à questão, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) também fomentou ações populares, organizando a criação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. A Igreja, representada principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), possibilitou um espaço de articulação das relações comunitárias, sobretudo, em situações de conflito tendo, igualmente se tornado base de apoio aos movimentos populares. Toda essa força reacendeu o fogo “da terra”, a esperança de finalmente tornar realidade a quimera camponesa, ou seja, um pedaço de chão.

A luta foi ganhando magnitude e tomando outros rumos, os trabalhadores rurais sem terra de forma organizada procuraram agregar força e lutaram pelo acesso democrático à posse da terra por meio da resistência e das ocupações da mesma. Sob essa ótica, emergem e se fortalecem novos sujeitos históricos que abrem espaços para dar voz àqueles que estavam mergulhados no desamparo político e social. “Um sujeito que nasce, portanto, também, das mediações conflitantes que nessa trama introduz a ação e as concepções de outros protagonistas” (MARTINS, 2003, p.15).

Toda essa movimentação em torno do objeto “reforma agrária” semeava o desejo e influenciava a luta pela terra, permitindo,

assim, o inflamar de debates sobre a temática ganhando mais força, principalmente no Governo João Goulart, quando a mesma se tornou parte principal de seu programa de reformas políticas.

Pressionado pelas forças à direita e à esquerda do espectro político, o governo, em 1962, criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), encarregada de executar a reforma agrária. As forças à esquerda, embasadas na participação popular, predominaram. Seguiram-se a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (março de 1963), regulando as relações de trabalho no campo e, em 13 de março de 1964, a assinatura do decreto que previa a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas nas faixas de 10 km ao longo de rodovias, ferrovias e açudes construídos pelo governo federal (FERREIRA, 2008, p.158).

Tais direitos não foram realmente aplicados e deram lugar a expulsões massivas e à reação dos agricultores, estimulando a organização em torno dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). A mobilização estava assustando os ruralistas e, na efervescência do contexto, a demonstração por parte do Governo de ser partidário à realização da reforma agrária sentenciou seu representante, João Goulart, à destituição do poder, culminando com a implantação do regime militar no Brasil através de um golpe apoiado por grande parte dos setores ruralistas.

As repressões sobre os articuladores da luta pela reforma não tardaram a ocorrer. Representações, como as Ligas Camponesas, foram fechadas e representantes, como Francisco Julião, foram presos, alvos imediatos do novo sistema político que começava a apresentar sua dura face. “Com o golpe de 1964, os movimentos sociais no campo e na cidade que, até então, impulsionavam a discussão da reforma agrária, foram severamente reprimidos” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.18). Em contrapartida, o novo governo, sob a presidência do militar Marechal Humberto Castello Branco (1964-1967), promulgou a Lei nº 4.504¹¹, nomeada por Estatuto da Terra, que trazia em sua essência

¹¹ Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. § 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de

diretrizes legais para promover a reforma agrária. No entanto, como analisa Martins,

o governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significa impedir ou dificultar o desdobramento político da luta pela terra [...] O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família. O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza a sua atividade

medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. § 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. § 2º É dever do Poder Público: a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei; b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo. § 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho. (LEI Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm Acesso em 21 abr 2014).

econômica segundo os critérios da racionalidade do capital (MARTINS, 1985, p.33).

Contrariando o Estatuto da Terra, cuja redação afirmava ser a reforma agrária o conjunto de medidas que visava promover melhor distribuição da terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso, atendendo os princípios de justiça e aumento da produtividade agrícola; o que se observou na prática foi a limitação e incapacidade de uso da terra para fins sociais. Nota-se que a execução da política agrícola de reforma agrária, visando à distribuição de terras, prevista no Estatuto, foi direcionada pelos militares de forma a atender e fortalecer a expansão da grande empresa capitalista.

Destarte, foi deixada de lado sua função social, e qualquer forma de reivindicação passou a ser tratada como insurreição aos princípios da segurança nacional.

A proposta que vinha claramente explicitada no Estatuto da Terra com relação à Reforma Agrária ajuda a entender a razão do porque foi aprovada sem maiores problemas na Emenda Constitucional nº 10: a importância da medida vinha atenuada pela concepção de Reforma Agrária que defendia a ditadura militar. A Reforma Agrária, segundo o Estatuto da Terra, deveria ser executada, principalmente, através de medidas complementares como a tributação, a colonização e, por último, mediante a desapropriação. A desapropriação só seria realizada nas áreas onde houvesse tensão social. Assim, a burguesia agrária poderia ficar mais tranquila, pois a medida vinha de um grupo político no qual eles tinham confiança e não era proposta pela “esquerda” nem pelos “comunistas”, como a do governo anterior (GERMANI, 2006, p.140).

O verdadeiro interesse dos governos militares era transformar as terras improdutivas em empresas agrárias altamente produtivas. Em outras palavras, “desenvolver” e “modernizar” a produção no espaço agrário, nos moldes da produção industrial instalada no espaço urbano. O Estatuto da Terra se configurou como ferramenta estratégica e legítima para conter os problemas no campo, ou seja, para silenciar as lutas sociais e desagregar os conflitos por terra.

No entanto, nem por isso o tema deixou de se fazer presente, pois era alimentado pela persistência da luta por terra e dos conflitos que se davam de forma dispersa e atomizada, fomentados por um ideal camponês que se configurava no modelo familiar de produção. Ele enraizava-se nas experiências dos trabalhadores, alimentando suas resistências cotidianas, mas tinha pouco espaço para se tornar visível, visto que era intensa a repressão às organizações populares (MEDEIROS, 2003, p.26).

Percebemos que a luta pela terra e por reforma agrária não esvaeceu durante o período em que vigorou o regime militar, há aqueles que resistiram em prol de uma causa maior, como por exemplo as Comunidades Eclesiais de Base, transformando as manifestações em expressão de resistência à naturalização da exploração e miséria em que vivia/vive grande parte da população brasileira. Outro objetivo da mobilização era o enfraquecimento do regime militar, portanto, seria necessário manter viva e fortalecer a luta pela terra contra o latifúndio e, consequentemente a favor da democratização da terra, bem comum de todos. Todavia, a propriedade injustamente concentrada teve durante esse período, ao contrário do que propunha o Estatuto da Terra, um aumento significativo na concentração fundiária, fomentando ainda mais a necessidade de ser redistribuída, sendo a luta constante pela reforma agrária a face necessária dessa dimensão.

Embasados no Estatuto, a ação política do Estado para regularização e distribuição de terras teve como suporte órgãos federais, entre eles o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), para tratar da reforma agrária; e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), para cuidar do desenvolvimento rural. Em 1970 ambos foram extintos e, em 1971, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para executar a reforma agrária e, ao longo das décadas seguintes, dar cumprimento a políticas de colonização no setor agropecuário. Segundo Leal (1986), um exemplo dessa política é a ocupação da Amazônia que, durante a década de 1970, recebeu grande atenção.

A iniciativa do governo era justificada pela existência, dentro da política federal de integração nacional e da ênfase na complementariedade entre o Nordeste e a Amazônia de programas de impacto, como o Programa de Integração

Nacional – PIN[...]. O objetivo explicitado era um desenvolvimento integrado, onde o Nordeste se caracterizava por ter excedente populacional, baixo nível de renda, além do problema das secas e a Amazônia como era de baixa densidade populacional, mas com grande potencial de recursos naturais (LEAL, 1986, p. 100).

A visão de integração promoveu uma grande migração caracterizada pela mudança de pessoas de diversas áreas rurais em direção aos polos colonizadores e aos grandes centros urbanos. Assim, nesse modelo de modernização perpetuou-se as grandes estruturas fundiárias, que avançando concentravam mais terras e recursos, mantendo a tendência histórica e lógica do modelo agrário. Aos que sonhavam com a posse da terra coube meramente adaptarem-se à lógica de comercialização de mão de obra barata ou, então, aumentar o contingente de excluídos nos centros urbanos, fruto de uma imensa demanda reprimida.

De acordo Medeiros (2003), o início da Nova República reacende as esperanças em torno da realização da reforma agrária. Em 15 de janeiro de 1985, a vitória de Tancredo Neves, após 20 anos de regime ditatorial, apresentou-se como símbolo do rompimento ao autoritarismo, marcou uma mudança no quadro político institucional com a volta da democracia. Era um presidente civil e isso alimentava a “esperança” de mudanças sociais. Ainda segundo a autora, “o fato de ter sido criado, logo nos primeiros dias do novo governo, um Ministério especialmente voltado para o tema não significou garantia de realização da reforma fundiária almejada pelos trabalhadores do campo” (p.34). De acordo com o decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, é aprovado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República e suas metas para o período 1985/2000. O documento produziu reações antagônicas, de um lado permitia aos trabalhadores uma oportunidade de avançar na luta pela terra, uma vez que propunha no art. 2, parágrafo 2º, a desapropriação como instrumento para a reforma agrária, retomando um dos princípios básicos do Estatuto da Terra e incentivando a mobilização e organização dos trabalhadores em prol da conquista. Por outro lado, a partir da análise de Medeiros (1995), esse decreto fora amplamente combatido pela classe patronal e pela União Democrática Ruralista (UDR) pois, na visão dessa classe, estava deslocado da realidade, sendo economicamente e politicamente inviável. Ainda conforme a mesma autora, na prática o 1º PNRA

representou falta de “vontade política”, repetindo a timidez de governos anteriores, dispostos a agir para promover o cumprimento do Estatuto no tocante à Reforma Agrária. De tal modo, demonstrou nas leis e nas atitudes que sua função prática apenas serviu para elevar e aprofundar ainda mais a tensão refletida no campo e na cidade.

Ainda, cumprindo compromisso de campanha, acolhido por Tancredo, o Presidente José Sarney, que assume o governo com a morte do presidente, então, eleito, encaminhou ao Congresso Nacional proposta de convocação de uma constituinte para reelaborar a Carta Magna do país que se concluiu em 1988, a “Constituição Cidadã”¹². As propostas da Constituinte em relação à questão agrária foram conduzidas em uma atmosfera de muita tensão e de mobilização popular, espelho do que ocorria no interior da sociedade. Em alguns aspectos a nova Carta expressou um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra.

Em 1988, foi incorporado à Constituição o princípio da necessidade de reforma agrária. Há, inclusive, uma polêmica estabelecida. Alguns juristas consideram a atual constituição ambígua e menos eficaz que o Estatuto da Terra; outros argumentam que a legislação atual é suficiente, e o que falta é determinação política dos governos. Afinal, a lei sempre viria depois dos fatos sociais (STÉDILE, 1997, p. 20).

Nesse sentido Medeiros esclarece,

A definição da função social da terra não impediu, no entanto, que a Carta Magna contivesse um conjunto de mecanismos de bloqueio à possibilidade de uma reforma agrária tal como defendida pelas organizações representativas dos trabalhadores do campo. Entre eles, a definição de que as desapropriações deveriam ser feitas mediante prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDA), com cláusula de preservação do valor real[...].

¹²Ver mais em COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. de. Brasil História, 1999, p.394.

Eliminou, assim, o caráter punitivo das desapropriações, reivindicado pelas organizações de trabalhadores (MEDEIROS, 2003, p.40).

A nova Constituição tornou-se, pois, alvo de denúncias das entidades representativas, a desapropriação e a implantação de assentamentos foram emperradas pelas instâncias do poder público. Os governos subsequentes, Fernando Collor de Melo (1990/1992), Itamar Franco (1992/1994), Fernando Henrique Cardoso (1995/1998), Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, por se tratarem de governos com bases representativas populares, não conseguiram constituir, concretamente a resolução da questão agrária como meta prioritária de seus governos. Isso fez com que persistissem muitos obstáculos em relação ao tema, resultado do embate entre os distintos interesses observados em diferentes contextos e dimensões.

Na gestão de Fernando Collor considera-se certa estagnação em relação à reforma agrária e, conseqüente aumento da luta e dos embates sociais e políticos em torno do tema. Apesar de presente nos discursos do governo, no período o programa de assentamento foi incipiente, praticamente não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária, ao contrário, tentou-se calar aqueles que a defendiam, prevalecendo os interesses neoliberais defendidos que não admitiam a melhor distribuição da terra.

Num contexto pós-impeachment do presidente Fernando Collor¹³, Itamar Franco, seu sucessor, inicia uma tentativa de retomada do programa de reforma, porém de maneira tímida. Medeiros esclarece que,

inciou-se uma abertura de diálogo com os demandantes de terra, sendo nomeados para a direção do INCRA pessoas com trânsito e respeitabilidade entre os movimentos sociais. Ao mesmo tempo, retomaram-se as desapropriações de terra para a realização de assentamentos suscitando a força e a luta dos movimentos sociais pela terra (MEDEIROS, 2003, p.48).

No governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) a questão é retomada com força total pelos movimentos que, devido ao alto teor de violência, frente às novas ocupações, levaram o

¹³Ver mais em COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. de. Brasil História, 1999, p.399.

governo a se posicionar diante das demandas que emergiam com grande intensidade no interior da sociedade. Quando eleito, o governo Fernando Henrique Cardoso,

herdou o aparato institucional e legal que a ditadura estabelecera (...) a multiplicação de ocupações de terra e da demanda de reforma agrária, a partir do fim do regime militar, e o correlato recuo do governo Sarney no trato das pressões pela reforma, além da reforma agrária passar com o decorrer do tempo a ser interpretada como um convite à conflitividade (MARTINS, 2003, p. 15).

Nesse sentido, ciente da emergência e do caráter político da reforma agrária, o governo de FHC esmerou-se, principalmente após as repercussões dos massacres de Corumbiara e de Eldorado de Carajás¹⁴, em elaborar ações que viabilizassem de fato a implementação de uma política agrária. No entanto, notamos “(...) a permanência da lógica dos governos anteriores, que somente efetivaram programas de reforma agrária após intensa reivindicação dos movimentos sociais, através de ocupações, ou pelo número de mortos em conflitos pela posse da terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.35). Em meio a nomeações que despertavam a desconfiança de lideranças e diante da intensificação dos movimentos, ações como a constituição do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (1996), ao qual o INCRA foi incorporado, a implementação de programas como Cédula da Terra e o Banco da Terra, faziam parte da tentativa desse governo para assentar, segundo sua proposta, 280 mil famílias, justificando a realização da reforma agrária, como meio de desenvolvimento da agricultura familiar.

¹⁴Os massacres de Corumbiara e de Eldorado de Carajás foram pontos de inflexão na luta pela terra, explicitando não só os níveis de violência que a acompanham como a precariedade dos instrumentos utilizados para lidar com os conflitos fundiários. No caso, de Corumbiara, estado de Rondônia, em agosto de 1995, ao realizar uma ação de despejo num acampamento, a polícia agiu violentamente e ocorreram várias mortes. A ação foi realizada à noite, o que é ilegal. Alguns meses depois, em abril de 1996, no estado do Pará, trabalhadores sem terra bloquearam uma estrada numa manifestação política foram cerceados pela polícia. Do enfrentamento resultou a morte de 17 deles (MEDEIROS, 2003, p.48).

Nesse governo priorizou-se implantar uma “Reforma Agrária de Mercado” (RAM)¹⁵, buscando alcançar uma solução para a questão. A RAM desenrola-se numa perspectiva semelhante à “colonização particular” do período militar, que será abordada com detalhes ainda neste capítulo, baseada na compra de terra. Essa colonização contou com o apoio de mecanismos nacionais, por exemplo, o Programa “Cédula da Terra”¹⁶, sustentado por organismos internacionais, como o Banco Mundial. Para a efetivação do RAM não se percebe uma concreta participação dos trabalhadores rurais no processo de pactuação e implantação do assentamento. As ações principais ficaram a cargo de mediadores, interessados em ofertar o financiamento para a compra da propriedade, até mesmo a coordenação inicial das associações foi articulada por agentes externos, ou seja, excluiu-se o principal interessado, o agricultor, e atribui a políticos, proprietários de terras e até pessoas ligadas ao Banco Mundial e ao Banco do Brasil, a função de concretizar o processo.

Ainda no Governo de Fernando Henrique Cardoso colocou-se em prática uma nova estratégia de cadastramento e de seleção de beneficiários do Programa de Reforma Agrária. Conforme informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tratava-se de uma proposta, um “Programa de Acesso Direto a Terra”, o qual, viabilizado por cadastramento, em agências do Correio, permitia aos interessados serem incluídos em projetos de assentamentos. Foram cadastradas quase 700 mil pessoas em todo o país, as quais, após uma pré-seleção,

¹⁵ As políticas conhecidas como “reforma agrária de mercado” foram implementadas ao longo dos anos 1990 em diversos países, tais como Filipinas, África do Sul e Colômbia, e emergiram a partir de uma série de críticas que os técnicos do Banco Mundial formularam às abordagens clássicas de reforma agrária, nas quais o Estado desempenhavam um papel central (MEDEIROS, 2003, p.59).

¹⁶O projeto conhecido como “Cédula da Terra”, fruto de um acordo entre o Governo Federal e o Banco Mundial, foi anunciado oficialmente no ano de 1996 e efetivamente implantado a partir do ano seguinte, em quatro estados do Nordeste (Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia) e uma região preferencial em um quinto estado (o norte de Minas Gerais), na forma de um projeto-piloto — portanto, destinado a produzir lições operacionais e um aprendizado consistente, visando a sua possível extensão, posteriormente, ao restante do país (NAVARRO, 1998, p.1).

passariam por um processo específico de seleção antes de se tornarem aptas ao assentamento. Esse Programa expressava a intenção do MDA de somente vir a assentar as famílias que estivessem inscritas no chamado “cadastrão” dos Correios. Tal estratégia tinha como objetivo conhecer a demanda imediata por terra; e ainda, aliviar a pressão social por novos assentamentos. Essa tática não foi bem vista pelos movimentos sociais, especificamente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tendo sido entendida como uma tentativa governamental de esvaziá-los. Tais processos e programas vistos com desconfiança pareciam ser parte de uma política “desarticuladora” dos movimentos sociais, tornando inóspito o processo de acesso a terra e, ao mesmo tempo, inibindo as crescentes ocupações de terras lideradas pelos movimentos sociais rurais.

Nas eleições de 2002 vence o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, apoiado por entidades representativas dos movimentos sociais, revivendo-se a esperança de que seriam colocadas em prática medidas taxativas para a realização de uma reforma agrária. Logo no início de seu primeiro mandato, apresentou-se o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual propunha mudar a estrutura agrária excludente. Balizado no processo de democratização da terra e de mudança do modelo econômico vigente alvitrava desde uma política de crédito rural ao cadastramento e regularização fundiária, contemplando ainda atendimento às necessidades dos remanescentes quilombolas, solução das demandas e reassentamento dos pequenos posseiros de áreas indígenas. Também se previa soluções para os problemas daqueles atingidos pelas barragens das usinas hidrelétricas, revigoramento e consolidação econômica dos assentamentos atualmente existentes. E ainda, metas de apoio à produção e assistência técnica, propondo, assim, uma reforma agrária estruturante que assegurasse o combate à pobreza e a recuperação dos assentamentos.

Novamente uma esperança, um governo com o compromisso de romper com problemas históricos. Portanto, para os movimentos sociais, a vitória do Partido dos Trabalhadores representava uma possibilidade de concretude da reforma agrária pela via institucional. Segundo o líder do MST, João Pedro Stédile (1997), mudou-se a direção do governo, esse era ‘simpático’ às causas sociais. Ou seja, para Stédile, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva era mais uma somatória de forças na questão da Reforma Agrária. Com a

representação dos trabalhadores no governo e os esforços dos movimentos sociais, a batalha contra o latifúndio era inevitável.

No primeiro mandato do governo Lula houve um grande número de famílias acampadas na expectativa de que as promessas de campanha pela realização da reforma agrária se efetivassem. Esperança renovada, mas não passiva, como se pode verificar nas mobilizações e jornadas de lutas que os movimentos sociais do campo realizaram naquele período. No ano de 2003, grandes ocupações foram feitas nos estados de Pernambuco, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, caracterizando a tensão que se propagou nesse governo. O quadro também se agravou por conta da falta de uma proposta concreta do governo para acelerar o processo de Reforma Agrária.

De acordo Medeiros (1994), grande manobra articulatória dos setores contrários a mudanças do modelo agrícola se levantaram, tendo a União Democrática Ruralista (UDR) como grande entidade representativa, dando continuidade à política agrícola que privilegia o agronegócio. Essa passou a atuar com o objetivo de dificultar e até mesmo impedir os avanços no processo da reforma agrária, nos moldes defendidos pelos movimentos de trabalhadores rurais: ampla, massiva e imediata.

Apesar das dificuldades e na tentativa de atenuar as tensões, o diálogo entre governo e mediadores fez crescer as expectativas em torno da questão. Ao perceber que as metas do 2º PNRA não foram assumidas em sua totalidade e que os ajustes e cortes feitos pelo governo, para adequar-se aos interesses econômicos e a tão sonhada reforma agrária, não atenderia às perspectivas, o MST retomou as ocupações de terra e as mobilizações públicas. Nota-se que a pauta da Reforma Agrária não dava indícios de se esgotar tão cedo no Brasil. Embora, com ritmo e sentido diferentes, a Reforma Agrária há anos tem sido matéria de discursos, ações e preocupações dos governos brasileiros no sentido de incrementar sua aplicação. Sua importância e atualidade decorrem tanto da busca em corrigir a excessiva concentração da estrutura da propriedade, quanto da necessidade de se estabelecer um instrumento de justiça social numa área em que a igualdade de direitos é delicada e corre riscos, constituindo-se, assim, simultaneamente, em uma política social e econômica.

1.2 DESAFIO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA... O QUE SE FEZ?

As demandas relacionadas à histórica luta pela função social da terra e do trabalho como meio de vida e inclusão econômica despontam contradições que incitam a consciência social sobre sua injusta distribuição e uso. Essas também estimulam a organização de movimentos sociais no campo e na cidade que, dispostos a lutar de forma organizada contra as opressões dos grandes latifundiários, pressionam o governo para a execução de políticas de assentamentos. Entretanto,

a tentativa que o governo brasileiro tem feito para acomodar as populações residuais desse impasse histórico, na chamada reforma agrária, têm pedido mais transformações, mais mudanças, ressocializações amplas das vítimas da questão agrária nos programas de reforma agrária. Este é o principal desafio da luta pela reforma agrária (MARTINS, 2003, p.22).

Contrária e historicamente percebemos, quer seja em governos militares ou em governos marcados pela democratização, que a estrutura fundiária pouco se alterou no Brasil nos últimos cinquenta anos. De maneira geral, as propostas para a reforma agrária deveriam apontar para além da distribuição de terras, ou seja, a elaboração de Políticas Públicas que almejem a inclusão dos assentados num processo de busca pela cidadania. Entretanto, os obstáculos políticos, jurídicos e administrativos têm feito da reforma e de seus desdobramentos um processo lento, burocrático e, muitas vezes, ineficaz, visto que a conquista da terra deve vir atrelada a ações como: suporte à educação, formação técnica profissional, apoio técnico e financeiro, programas de inclusão, mobilizações voltadas para ações ambientais e a consciência dos direitos do cidadão. Essas seriam, pois, condições básicas e necessárias para atenuar os problemas posteriores à conquista. Para Bergamasco e Norder,

com a conquista dos assentamentos, esta população começa a procurar solução para novos problemas e desafios: o difícil acesso aos instrumentos de política agrícola, a baixa fertilidade em boa parte destas áreas, a falta de assistência técnica, o descaso estatal para com o sistema de saúde, transporte, eletrificação rural e

educação. Criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico (BERMASCO E NORDER, 1996, p.80).

Assim sendo, a luta, que antes fora movida pela conquista da terra, continua, agora, como forma de garantir os direitos básicos e o enraizamento na terra. Reforçando e completando essa ideia Scherer-Warren pondera:

As lutas das populações socialmente e relativamente excluídas do modelo da reprodução concentrada da riqueza no país, são lutas pela democratização da propriedade, pela preservação da natureza, pela distribuição da riqueza nacional, pela inclusão social, política e cultural dos mais pobres e discriminados da nação (SCHERER-WARREN, 2009, p.106).

Nesse sentido, tem-se observado que, nos últimos anos, o Estado tem tido um cuidado maior em não apenas distribuir terras, mas proporcionar condições ao agricultor de sobreviver dela, agenciando ações que instituem/fortaleçam o capital social¹⁷, aperfeiçoando, desse modo, o programa de assentamento.

É incontestável a ideia de que existiram/existem “reformas agrárias” e essas são, ainda, experiências passíveis de análises e interpretações. É importante diferenciar e analisar as dinâmicas dessas políticas de redistribuição da propriedade fundiária em favor das pequenas e médias propriedades que, empreendidas em momentos

¹⁷ Putnam (1997) torna evidente o conceito de Capital social, e o aponta como mecanismo social produtivo, no entanto após leitura de sua obra, tal conceito ainda nos pareceu indefinido, assim recorremos a outro autor, para uma melhor compreensão. Bourdieu (2010) apresenta capital social, como um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

distintos, destinavam-se a amenizar os efeitos da facciosa distribuição de terras no Brasil. Segundo Martins,

mais do que uma reforma no regime de propriedade, a reforma agrária é uma reforma social que tem por objetivo, por meio da redistribuição de terras, ressocializar populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social ao longo de décadas, já para não falar de séculos. Desse modo, seu objetivo é o de criar efetivos mecanismos de integração e participação [...] um dos principais aspectos da reforma diz respeito, justamente, à dimensão democrática de sua reinserção social nas oportunidades do presente (MARTINS, 2003, p. 33).

De tal modo, a reforma agrária perde seu caráter econômico de produção agrícola nos moldes capitalistas competitivos e se justifica como política social destinada a manter o trabalhador na terra, reduzindo, assim, as relações de trabalho ligadas à concentração fundiária, atenuando o êxodo rural e a consequente marginalização desses trabalhadores e de suas famílias. No que se refere à dinâmica dos assentamentos, o caminho seguido por cada um é particular, único, e os resultados apresentados impossibilitam qualquer tipo de generalização no que diz respeito à sua constituição. No entanto, Bergamasco e Norder sugerem que,

apesar de sua múltipla origem, os assentamentos rurais no Brasil representam uma resistência ao processo de separação entre trabalhador rural e a propriedade de uso da terra. Outros pontos em comum entre os diferentes tipos de assentamentos são a intensa mobilização política dos trabalhadores e a preexistência de conflitos sociais, que pressionaram o Estado a formular respostas a um fato político (BERGAMASCO, NORDER, 1996, p.42).

Nesse processo de grandes diversidades situacionais é necessário que o indicativo pela reforma agrária brasileira estabeleça uma amplitude de ações, ultrapassando as cercas da mera desapropriação em benefício dos camponeses que ainda não possuem terras, garantindo a condição de desenvolvimento de sua cidadania em consonância com sua permanência na terra.

Diante da complexidade das experiências de assentamentos, apresentamos as propostas de intervenção do Estado durante o regime militar por meio dos “Projetos de Colonização” e dos governos democráticos nas propostas de “Reforma Agrária”. Para tanto, procuramos elaborar um perfil desses modelos, destacando seus aspectos principais como condição para diferenciá-los. Interessa-nos analisar em que medida e de que modo tais ações e suas implantações contribuíram para amenizar a questão fundiária no Brasil e o caráter que esses projetos assumiram.

TIPOS DE ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS NO BRASIL

TIPO	SIGLA	TIPO	SIGLA
ASSENTAMENTO FEDERAL	PA	ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PF
ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA FEDERAL	PAE	ASSENTAMENTO QUILOMBOLA	PAQ
ASSENTAMENTO ESTADUAL	PE	PROJETO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PDS
ASSENTAMENTO MUNICIPAL	PAM	RESERVA EXTRATIVISTA	RESEX
PROGRAMA CÉDULA DA TERRA	PCT	TERRITÓRIO REMANESCENTES DE QUILOMBOS	TRQ
ASSENTAMENTO ESTADUAL SEM CONVÊNIO	PE	ASSENTAMENTO FLORESTAL	PAF
ASSENTAMENTO CASULO	PCA	FLORESTA NACIONAL	FLONA
COLONIZAÇÃO	PAP	RESERVA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	RDS

ASSENTAMENTO DIRIGIDO	PAD	REASSENTAMENTO DE BARRAGEM	DE	PRB
ASSENTAMENTO RÁPIDO	PAR	RECONHECIMENTO DE ASSENTAMENTO FUNDO DE PASTO	DE	PFP
ESPECIAL DE ASSENTAMENTO	PEA	TERRA INDÍGENA		TI
COLONIZAÇÃO OFICIAL	PC	RECONHECIMENTO DE PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO	DE	PPI
ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO	PEC	ASSENTAMENTO AGROINDUSTRIAL		PAG
INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO	PIC	FLORESTA ESTADUAL		FLOE
ASSENTAMENTO CONJUNTO	PAC	ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA		PF

Quadro 1 - Tipos de assentamentos implantados no Brasil.
Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em 22 abril 2014. Adaptado.

A partir do quadro, observamos a variedade de projetos, em torno de quase trinta, para implantação de assentamentos rurais. Esses evidenciam os tipos de ocupações planejadas com fins diversos e que constituem nossa política agrária, dentre os quais destacamos: a colonização dirigida, projetos de assentamento, projetos de desenvolvimento sustentável e, recentemente projetos agroextrativistas. Os projetos de planejamento da ocupação das terras no Brasil, apresentados no quadro acima, refletem ações que remontam desde o final da década de 1960 aos dias atuais. Aqui ressaltamos que não é nossa intenção analisar esses projetos, visto que o interesse de nossa pesquisa concentra-se no PIC Sagarana, e também por se tratar de experiências diferentes que, em momentos distintos, e em virtude da complexidade e das demandas, vão ganhando contornos diferenciados.

Esses projetos foram efetivados com caracterizações, especificidades e diretrizes operacionais próprias. Alguns modelos de assentamentos são considerados ultrapassados e não são mais implantados pelos governos federais, estaduais ou municipais, como é o caso do Projeto Integrado de Colonização (PIC), que foi parte do Programa de Reforma Agrária, implantado durante o Regime Militar. Na atualidade, observamos novos contornos na constituição dos projetos, como os assentamentos federais (PAs), que são programas políticos dos novos governos.

1.3 COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA: DUAS CONCEPÇÕES

Colonização e Reforma Agrária postulam em duas concepções de política bastante diferentes, cada uma com objetivos e métodos próprios. Portanto, faz-se necessário, para esta pesquisa, clarificar tais concepções. De tal modo, iniciamos com o termo “colonização”. A colonização sempre esteve presente no contexto agrário brasileiro, muitas vezes confundido com povoamento, tratava-se do empenho do Poder Público para seduzir homens, em períodos distintos, para o território. Fato que ocorreu no início da colonização nos séculos XVI, XVII, XVIII, em seguida, pelos meados do século XIX, com a imigração europeia e, no século XX, com a chegada de asiáticos, principalmente japoneses. Segundo Arezzo (1982), evidencia-se que até 1945 não havia uma significado preciso e oficial para a colonização, somente nesse ano o termo ganha uma nova conotação, legal e oficialmente destina-se a fixar o homem na terra e aumentar o aproveitamento econômico daquela região onde ocorre.

No entanto, essa sedução para a “colonização” sempre esbarrou em restrições de acesso ao espaço agrário, destinado especialmente àqueles que pudessem de fato desenvolvê-lo, seja por meio das cartas de doações que determinavam os “escolhidos”, ou pela Lei de Terras de 1850. Essa lei, implantada num período de transição de trabalho escravo para o assalariado, coibiu e tentou regulamentar a posse da terra através da compra, ou ainda por constituições ulteriores que também limitavam e disciplinavam a atividade colonizatória mantendo, assim, seu sentido primeiro e contribuindo para a péssima estrutura fundiária outrora iniciada.

Grande marca do período militar, os projetos de colonização faziam parte de um enorme esforço no sentido de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro. Segundo MARTINS (2003), analisar os projetos de assentamentos do período anterior à “Nova República”¹⁸ é um desafio, pois depende de dados da memória e dos participantes e, ainda, daquilo que permanece da vivência, o que se converge em obstáculo. Nosso desafio, nesse sentido, é rememorar o ideal dos Projetos de Colonização do período militar, uma vez que o objeto de estudo desta pesquisa, a “Comunidade Sagarana”, é fruto desse programa.

O termo colonização ganha definições oficiais durante o regime militar, o decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, em seu artigo 5º, assim o define:

Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agro-industriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas. § 1º A colonização em áreas prioritárias terá por objetivo promover o

¹⁸ Período pós 1985 que marca a transição e o retorno à democracia. Conforme art. 3º da Constituição do Brasil de 1988 constitui como um dos objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

aproveitamento econômico da terra, preferencialmente pela sua divisão em propriedades familiares congregados os parceiros em cooperativas ou mediante formação de cooperativas de colonização de tipo coletivo (cf. DECRETO Nº 59.428, DE 27 DE OUTUBRO DE 1966).

Arezzo (1982) infere que a colonização recebeu um sentido amplo e generalizado, visando facultar o acesso à propriedade da terra pelo seu melhor aproveitamento, seja pela sua divisão em propriedades familiares, em empresas individuais, em cooperativas do tipo coletivo ou empresas de caráter comunitário. Além da definição oficial, o termo ganha interpretações mais claras como cita Rafael Augusto de Mendonça Lima,

a colonização é uma forma de política agrária dirigida ao povoamento de terras desabitadas ou pouco povoadas, virgens ou incultas, objetivando introduzir nelas a infraestrutura necessária para permitir a organização de um parcelamento de terras que permita o racional aproveitamento ou utilização, bem como a introdução de serviços públicos e privados adequados, para o assentamento de uma população rural (LIMA, 1975, p. 80).

Nessa perspectiva, por preceito, a colonização seria direcionada para novos espaços considerados “vazios”, sem uso e dono. Tratava-se de uma ação que deveria ser direcionada pelo Estado ou por particulares, pois se ajustava a uma ocupação voltada para a ampliação econômica de áreas significativamente agricultáveis. Arezzo (1982) indica que a ocupação das áreas novas foi influenciada pelas seguintes variáveis:

disponibilidade de terras férteis nas áreas não ocupadas do país; existência de agricultores “empresários” com conhecimentos e recursos materiais para “abrir” propriedades agrícolas nas áreas novas; existência de trabalhadores rurais dispostos a submeterem-se às condições difíceis de vida das áreas novas; as explorações agrícolas nas áreas novas mostravam-se mais lucrativas do que nas áreas velhas em que se aplicavam

técnicas primitivas; existência e incentivos governamentais (AREZZO, 1982, p.12).

A colonização deveria, prioritariamente ser instalada em terras públicas e, excepcionalmente estender-se para terras particulares. No caso do Projeto Integrado de Colonização Sagarana, as terras foram desapropriadas pelo Governo Federal nos termos dos artigos 18 letra “d”, com o propósito de “permitir a recuperação social e econômica de regiões”; e 20, inciso VI, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, que assinalava: “as terras cujo uso atual, estudos levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária comprovem não ser o adequado à sua vocação de uso econômico, será nestes termos passíveis de desapropriação” como, por exemplo, as Fazendas Boi Preto e Logradouro situadas nos Municípios de Arinos e São Romão. A questão é tratada ainda nos artigos 63 e ulteriores do Estatuto da Terra, que dispõem:

para atender aos objetivos da presente Lei e garantir as melhores condições de fixação do homem a terra e seu progresso social e econômico, os programas de colonização serão elaborados prevendo-se os grupamentos de lotes em núcleos de colonização, e destes em distritos, e associação dos parceleiros em cooperativas (cf. Estatuto da Terra, art.63).

Dessa maneira, a posse da terra e seu caráter social estavam diretamente condicionados à função econômica. Os projetos de Colonização foram implantados no Governo Militar na década de 1970, delegando ao Estado o papel de indutor de relevantes modificações sociais, políticas e espaciais. No entanto, limitou-se a desenvolver um programa de colonização dirigida às regiões, como Zona da Mata de Pernambuco, Noroeste de Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Piauí e Amazônia.

A colonização foi considerada pelo Estado como uma alternativa à reforma agrária, ou seja, maneira recorrente da ação do Estado para concretizar a ocupação de novas terras. Ao longo da década de 1970, existiu um esforço do Estado no sentido de abrir fronteiras para projetos de colonização, oficiais e particulares que, de alguma forma, serviram de canal para as demandas que começavam a se

avolumar no Sul do país e em outras regiões, fruto do processo de exclusão e desapropriação intensificado pelo avanço de modernização da agricultura. Grupos com interesses distintos, atraídos ora pelo preço baixo das terras nessas regiões do norte, nordeste e sudeste; ora por serem terras demograficamente pouco ocupadas e carentes de programas de desbravamento, seduziu capitalistas representados pelos aventureiros e pelos especuladores latifundiários, bem como por camponeses sem terra. Os autores Bergamasco e Norder inferem:

O Estado procurando promover a integração econômica dessas áreas consideradas “as mais atrasadas” do país,[aventou] a colonização dirigida estimulou a modernização tecnológica em seus projetos,[...]. Dentro desta perspectiva, a ocupação dos novos territórios seria efetivada de duas formas: por pequenas unidades familiares, e simultaneamente, por grandes empresas agropecuárias, que contavam com subsídios, financiamentos, incentivos fiscais e grandes obras de infraestrutura patrocinadas pelo Estado. [já] as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelos colonos induziram ao abandono do projeto, à venda dos lotes e à concentração da propriedade (BERGAMASCO, NORDER, 1996, p.20).

Dadas essas especificidades e suas implicações, pesquisadores como Ianni (1979) sugere que “a contrapartida do apoio dado pela burguesia rural, composta pelos grandes latifundiários, ao Golpe de 1964 foi à contrarreforma agrária, apresentada como colonização dirigida”. Apontada com erros e desvios, a tal política, foi alvo de questionamentos e críticas, quando assinalada como forma de favorecer a monopolização das terras a favor dos grupos econômicos que faziam oposição àqueles que migravam livremente e que de fato precisavam da terra e do incentivo do governo.

Cabe aqui ressaltar as características da colonização de caráter particular e oficial. Segundo Mariana Miranda (1987), a primeira trata-se de uma iniciativa privada, balizada em atividades extrativas, vendas especulativas de terras e pelo desenvolvimento de projetos de colonização que lhe atribuía maior controle sobre o mercado de terras e produção agrícola. As empresas assumiam total responsabilidade com o empreendimento, detentoras em sua maioria de terras devolutas do Estado. A outra tinha como meta principal resolver as situações de conflito geradas pela exclusão da Terra e eliminar focos de tensão,

sendo também marcada por um processo não discriminado e aberto a pequenos agricultores de qualquer status socioeconômico. Contrariamente à primeira, esta caracterizava-se também pela concessão de terras e pela implantação de uma razoável infraestrutura de bens e serviços.

Sua forma distinta de aquisição por meio de processo seletivo, tanto de caráter oficial, que deixava claro a seleção das famílias que estavam ‘aptas’ a contribuir com o crescimento e a produção; como a particular, esta, em especial, limitava e excluía aqueles que não tinham “condições”, cooperando inadequadamente para a reestruturação agrária do país. A partir de 1970, a criação de organismos oficiais, como o INCRA, se fizeram mediadores na promoção e execução da reforma agrária e também responsáveis por controlar a colonização dirigida (oficial ou particular),

entre 1970 e 1984, período em que a colonização dirigida teve maior alcance, foram assentadas cerca de 86.500 famílias em projetos oficiais de colonização. A colonização particular, na qual o Estado transferia ao setor privado a gestão dos empreendimentos ou o loteamento das colônias, foi responsável pelo assentamento de quase 27.500 famílias. Os assentamentos rápidos, em que o INCRA promovia a demarcação e titulação de áreas colonizadas [...] oferecendo então uma infra-estrutura mínima, regularizou a propriedade de pouco mais de 38 mil famílias[...]. Se somarmos outros convênio...obteremos, nestes 20 anos, um total superior a 160 mil famílias assentadas em mais de 260 projetos de colonização, principalmente nas regiões amazônica e de fronteira (BERGAMASCO, NORDER, 1996, p.20-21).

Evidenciada através da colonização dirigida, o Estado arroga para si, através dos variados órgãos, toda a condução do processo até o momento em que, querendo criar condição para a expansão do capital e a acumulação na fronteira, passou a apoiar a colonização particular, transferindo parte do controle social do processo aos projetos particulares e de cooperativas.

Considerando o contexto de “silenciamento” em que a colonização “dirigida” foi implantada, questiona-se: esta prática se

revelou eficiente enquanto uma das estratégias de controle social e de apropriação dos espaços pelo Estado? Atendeu de fato aos interesses de ocupação e modernização? Coibiu focos de tensão? Blindou as estruturas vigentes? Se observarmos o desdobrar histórico na vigência do regime militar e, posteriormente com a redemocratização, constataremos que a resposta para todos esses questionamentos tem desencadeado diversos objetos de estudo.

É axiomático que a colonização não aventava transformações radicais nas estruturas fundiárias, todavia, por não ser em si mesma um obstáculo, tratava-se de buscar novos sentidos para as futuras formas de ocupação e uma reorientação dos instrumentos políticos e do papel do Estado para o meio rural, conforme entendemos, não se esgotar com o acesso a terra.

Se a estrutura fundiária inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social. A população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política (WANDERLEY, 2001, p.36).

Os principais aspectos, neste típico Projeto de Colonização era seu caráter econômico e desenvolvimentista, já as questões sociais não eram consideradas relevantes, visto que a grande preocupação estava centrada na difusão do projeto para promover a integração econômica das áreas consideradas atrasadas; e estava longe de se pensar a reforma agrária como programa de modelo social, pois não era prioridade naquele momento.

Referente aos programas de reforma agrária, pós-regime militar, esses têm como aspecto fundamental a presença de organizações como o MST, que fizeram e fazem diferença na implantação dos novos projetos de assentamentos. Essas organizações começam a ser constituídas num período carregado de mudanças, com um novo olhar sobre o mundo rural, sobre os atores sociais e também sobre as novas formas de entidades de representação dos trabalhadores do campo. Enfim, com o envolvimento dos diversos setores em favor da reforma agrária, considerando as questões sociais como prioridade.

Desvelar a importância dos novos projetos de assentamento significa potencializar sua função social transformadora para milhares

de trabalhadores que sonham encontrar nos projetos de reforma agrária a condição necessária para refazerem suas vidas. Assim a Reforma Agrária pode ser definida como a redistribuição em grande escala da propriedade da terra, bem como da renda, das oportunidades e de outros benefícios dela decorrentes, em favor dos agricultores que trabalham efetivamente na terra.

A modernização iniciada nos anos de 1960 e acentuada nos anos seguintes tem como palco principal o espaço rural. Além de ser lugar de produtividade, como sempre esteve em evidência, seja quando da produção para a exportação, fato que marcou a maior parte da história econômica brasileira; seja no fornecimento de matérias-primas para o surgimento e solidificação da agroindústria nacional, mas também, recentemente, como principal responsável pelos saldos positivos na balança comercial, é lugar de existência e de interação social, condição muitas vezes relegada a segundo plano quando analisada.

Em uma percepção que foge ao padrão da produtividade do mercado, este espaço é visto pelos excluídos dos benefícios da modernização como necessário para um desenvolvimento socialmente mais equitativo. Sendo assim, “o tema reforma agrária (...) ganhou novas dimensões, resultado do encontro entre as profundas transformações sofridas (...) e a herança que alimentava as lutas” (MEDEIROS, 2003, p.30).

A principal característica da Reforma Agrária referente à sua aplicabilidade é o seu direcionamento para áreas já ocupadas, onde se conserva distorções do sistema de posse e uso da terra, sua configuração mais ampla e ágil potencializa maior quantidade de variáveis de natureza social. Nesse sentido,

a reforma Agrária visa o assentamento de trabalhadores rurais (minifundistas, arrendatários, parceiros e assalariados) organizados num complexo social capaz de proporcionar democraticamente condições adequadas de reprodução dos meios de vida e de trabalho para suas famílias. Ou seja, visa a criação de grandes organizações modernas de gestão de trabalho e de capital. Esta é a prioridade (MÜLLER, 1986, p.56).

Esse modelo de reforma agrária prioriza a desapropriação por interesse social, admite-se a participação direta dos beneficiários, quer seja em mobilizações ou ocupações, com o objetivo de atingir uma

justiça social que considere a promoção humana, social, econômica e política dos trabalhadores do campo.

De acordo Martins (2003) as diferentes propostas de Reforma Agrária têm uma dinâmica própria mas no conjunto tudo muda muito pouco e lentamente.

COMPARATIVO	REFORMA AGRÁRIA	PROJETO DE COLONIZAÇÃO
O QUE É?	<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto de medidas que visam promover uma melhor distribuição de terras. Uma reorganização fundiária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta complementar à reforma agrária
AQUISIÇÃO DA TERRA	<ul style="list-style-type: none"> • Por compra ou desapropriação por interesse social 	<ul style="list-style-type: none"> • Terras públicas, desapropriação que visa à expansão do setor agrícola,
POSSE DEFINITIVA	<ul style="list-style-type: none"> • Estar na condição de assentado por mais de 10 anos. • Cumprimento de cláusulas resolutivas. • Proibida a venda. (período) • Pagamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Autorização de ocupação. • Proibida a venda • Pagamento • Após cumprir as exigências legais.
MANEJO	<ul style="list-style-type: none"> • Participação direta dos beneficiários nas definições sobre formas 	<ul style="list-style-type: none"> • Deveriam seguir e cumprir as metas propostas pelo projeto

	possessórias e de uso da terra	técnico.
FUNÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Social • Apoio a agricultura familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Social • Criar novos centros de produção agrícola
SUJEITO	<ul style="list-style-type: none"> • Diversas origens sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversas origens sociais
PARTICIPAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de mobilização • Ocupações • Negociações políticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Vista como subversiva • Centros negociadores incipientes – Sindicatos Rurais.

Quadro 2 – Comparativo reforma agrária e projeto de colonização

Fonte: FONSECA, R. F.

A reforma agrária, nos moldes atuais, conta com o apoio de entidades representativas, essas interessadas pela reorganização dos trabalhadores do campo e potencialização de suas ações se articulam para dar voz àqueles que, em meio a tantas mudanças, continuam excluídos. O sindicalismo rural, com a predominância estrutural em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG), com sede em Brasília, e a maior parte das Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais (FETAGs) com sedes nas capitais de todos os estados e, finalmente o núcleo aglutinador municipal, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os chamados (STRs), sediados na maior parte dos municípios, além de outros diversos movimentos sociais que, a partir da década de 1990, são os primeiros em face de sua estrutura organizacional que, instigados pela emergência de novas frentes de conflitos, coordenam ações em torno da luta. Nesse sentido, percebemos a importância dos movimentos sociais para pressionar o Governo na criação dos assentamentos rurais.

1.4 NOROESTE MINEIRO: ESPAÇO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Minas Gerais é uma evidência na questão fundiária. No Estado, assim como nas outras regiões do Brasil, a ocupação é um importante meio de acesso a terra, visto que a entrada em propriedades consideradas improdutivas tem sido a principal ação de luta dos movimentos sociais pela conquista da territorialização. Considerado como um dos estados com maior número de ocupações, Minas Gerais, com especial atenção ao noroeste mineiro, tornou-se ponto de acentuadas investidas e atuação de movimentos sociais.

Os primeiros assentamentos rurais do Estado criados com a participação do MST datam de 1986, e são fruto de uma luta intensa entre os governos Federal e Estadual. No quadro abaixo, percebermos como a questão agrária está presente em praticamente todo o território do noroeste mineiro, vale destacar sua importância social ao possibilitar que um número considerável de famílias tenha acesso a terra. De acordo com o Relatório Analítico do município de Arinos, cidade na qual se desenvolve esta pesquisa, existem 17 assentamentos e 1031 famílias assentadas.

DADOS SOBRE OS ASSENTAMENTOS NO TERRITÓRIO NOROESTE DE MINAS

TERRITÓRIO NOROESTE DE MINAS	Nº ASSENTAMENTOS	Nº FAMÍLIAS ASSENTADAS
Arinos	17	1031
Bonfinópolis de Minas	2	58
Brasilândia de Minas	4	203
Chapada Gaúcha	1	75
Dom Bosco	1	42
Formoso	5	506
Guarda-Mor	1	40
João Pinheiro	8	536
Lagoa Grande	5	243
Natalândia	3	178
Paracatu	9	671

Pintópolis	3	92
Presidente Olegário	3	220
Riachinho	5	966
Santa Fé de Minas	1	141
São Romão	2	126
Uruana de Minas	4	137
Urucuia	4	400
Varjão de Minas	1	50

Quadro 3 - Dados sobre os assentamentos no território noroeste de Minas.

Fonte: Assentamentos: INCRA e FETAEMG Regional Paracatu; Banco da Terra e Para Terra: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos respectivos municípios. Adaptado da tabela 7 página 53 do Relatório Analítico do Território Rural Noroeste de Minas Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009.

O citado relatório traz informações de que os assentamentos criados a partir da década de 1980 se encontram em diferentes fases de constituição, um processo que ainda continua, como por exemplo, o Assentamento Esperança, em Paracatu, que abarca 75 famílias e, em 2011, ainda estava em processo de implantação. Segundo nos informou Alberto Teixeira Muniz, representante do Assentamento Rancharia, no município de Arinos, os assentamentos se encontram em estágios diferenciados de formação e, mesmo aqueles mais antigos, passam por problemas semelhantes, tais como acesso ao crédito, falta de assistência técnica, infraestrutura, entre outros. Ainda, Segundo Alberto, existe assistência, mas essa ocorre de forma muito lenta.

Caracterizado como um espaço de colonização, cuja referência é o PIC Sagarana, o noroeste mineiro também se destaca como uma das regiões com o maior número de assentamentos, um total de 79, conforme aponta o Relatório Analítico do Território Rural Noroeste de Minas. Essa realidade contextual vislumbrada na região traz para as plenárias territoriais o debate sobre a questão agrária, envolvendo todas as esferas da sociedade local. Sejam públicas ou privadas, estejam envolvidas direta ou indiretamente, as instituições têm tido um papel relevante para que esse tema se torne palco de reivindicações, chamando a atenção do poder público e da sociedade

para a promoção de ações que possibilitem aos assentados uma melhor condição de vida no seu espaço de atuação.

Nessa perspectiva, considerando esse cenário profícuo e plurissignificativo, que é o Noroeste mineiro, onde projetos e assentamentos se configuram como espaço de ressocialização, é que nos enveredamos a fim de abranger a constituição, a territorialização e a construção identitária da Comunidade Sagarana.

CAPÍTULO 2

ASSENTADOS NO SERTÃO: CONVERSAS, CAFÉS, JEITOS E MEMÓRIAS

Neste capítulo procuramos compreender os conceitos de sertão, espaço e território, por se tratarem de temas relacionados ao contexto integrante deste estudo. Tal entendimento propiciará, sobremaneira, uma outra perspectiva do nosso objeto de pesquisa, a “Comunidade Sagarana”. Para tanto, realizamos uma análise dos seus múltiplos sentidos, a partir de autores como Janaina Amado (1995), Ricardo Ferreira Ribeiro (2005), cujos estudos discutem o conceito de sertão. Também Antônio Carlos Robert de Moraes (2003), Milton Santos (2006, 2004), Bernardo Maçano Fernandes (2001, 2005, 2008), Rogério Haesbaert (2006) entre outros, que tratam dos conceitos, espaço e território, foram utilizados. Expomos ainda a concepção de alguns moradores sobre o sentido de sertão. Ao final, apresentamos a constituição do Projeto Integrado de Colonização, denominado Sagarana, a partir das trajetórias e particularidades dos sujeitos¹⁹ envolvidos na “luta” pela terra, bem como a construção dos laços de pertencimento entre as famílias e delas com o território. Evidenciamos os inúmeros desafios que se apresentaram como obstáculos a serem superados, bem como as experiências ainda presentes na memória dos assentados.

O ponto de partida deste capítulo e do subsequente são as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, além das nossas impressões e interpretações sobre os fatos observados. Nessa empreitada tomamos como base os documentos referentes ao processo de criação do PIC-Sagarana e outros documentos oficiais.

2.1 O INFINDÁVEL SERTÃO DE MINAS GERAIS

“O sertão é a alma de seus homens”
João Guimarães Rosa (2001).

¹⁹ A denominação sobre sujeitos, indivíduos, e atores sociais difunde que, “sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência” (CASTELLS, 1999, p. 26).

De acordo com a epígrafe acima, João Guimarães Rosa²⁰ nos aclara a grandeza do sertão e daqueles que o habitam, esses têm em suas veias tantas histórias que embrenham nosso corpo e nossa alma. As representações do sertão penetraram profundamente nas estruturas de pensamento do povo brasileiro. Diversas áreas das ciências humanas têm se dedicado ao tema, buscando clarificar suas formas de entendimento, apropriação e representação²¹, merecendo a atenção de vários estudiosos.

Para além desses aspectos, discutir a noção de sertão em toda sua multiplicidade de significados é um imenso e instigante desafio. Assim, nossa pretensão é assingelar essa categoria de forma que nos permita adentrar em parte de seus significados para perceber a grandeza do *lócus* desta pesquisa, a Comunidade de Sagarana, localizada no distrito de Arinos, noroeste de Minas Gerais. As pesquisas em torno da Comunidade têm seduzido as mais diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, a história, a geografia e a literatura, entre outras que, enlevadas pela categoria sertão, têm nela estímulos para explorar suas interfaces espacial, social, cultural, econômica, política e ainda as dicotomias interior/litoral, barbárie/civilização, campo/cidade, ressaltando os espaços e suas peculiaridades.

Para tanto, o entendimento acerca das configurações sociais da Comunidade Sagarana construídas sobre essa categoria será analisado a partir de referenciais teóricos e de fontes de informação da própria região, considerando suas limitações, os sentidos por elas fornecidos, as formas de percepção do espaço, sendo esse representado não somente como um lugar, mas também como um cenário de encantamento fitofisionômico e pluricultural.

Talvez, para muitos que desconhecem a trajetória desse povo, seja desnecessário referenciar essa categoria separadamente, uma vez que o sertão aqui tratado pertence à rica região sudeste que, desde o

²⁰ **João Guimarães Rosa** nasceu em Cordisburgo – MG em 27 de junho de 1908, filho de Francisca Guimarães Rosa e Floduardo Pinto Rosa, comerciante, juiz de paz, caçador de onças e contador de histórias. Disponível em http://veracruz.edu.br/assessoria/encontro/recomendamos_biografia_gr.pdf. Acessado em 01 de out. de 2014.

²¹ Nesse sentido, nos referimos a representação social, que entendemos como, a maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, suas posições em relação as diversas situações, eventos, é uma prática que dá sentido às construções sociais.

final do século XVII, tem se apresentado como grande potencial econômico e é destaque no cenário nacional.

Visto dessa forma, ao tratarmos de questões referentes ao interior do Brasil, é impossível não fazermos menção ao sertão, pois desde a chegada dos colonizadores, foi classificado como “uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil- espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados” (AMADO, 1995, p.148). Por ser necessário desmitificar essa carga conceitual, enveredamos na reflexão e apresentação do sertão e de sua essência a partir da menção daqueles que nele vivem.

De tal modo, faz-se necessário compreender a constituição do território mineiro que se materializou a partir de acontecimentos históricos distintos, expedições, entradas, bandeiras, encontros, capturas, elementos que, ao se entrecruzarem nos tempos de colonização e exploração econômica empreendida pelos portugueses, a partir do século XVI, se fundem determinando aspectos identitários distintos, mas amplamente carregados de significados.

Nesse sentido, ao diferenciarmos essas identidades, abrangemos a distinção entre o “ser mineiro” e o “ser sertanejo”. Entendemos que esta diferenciação é o primeiro passo para o reconhecimento da diversidade que compõe o Estado de Minas Gerais, ressaltando que nosso foco se concentra no sertão do noroeste mineiro. “O ser mineiro” é reconhecido pelo simbolismo construído, inicialmente em torno da formação socioeconômica e cultural vinculada à extração do ouro e dos diamantes no final do século XVII e século XVIII, períodos de bonança e poderio econômico-cultural, que contribuiu para o estabelecimento de um discurso fundador em torno da história de Minas. Múltiplos são os adjetivos atribuídos ao “ser mineiro”, quieto, desconfiado, receptivo, amante da liberdade, entre outros.

E em relação ao “ser sertanejo”, o que o caracterizaria? Ele é percebido? Talvez. O processo de interiorização e desbravamento do sertão, entre os séculos XVI e XVII, provocado pela liberação da criação de gado e da expansão da lavoura de cana-de-açúcar, principal produto econômico do período colonial, desencadeou a articulação e o intercâmbio do sertão com o resto do país e fez surgir os povoados e as primeiras vilas. Entretanto, é a partir da decadência da mineração, no final do século XVIII, que o sertanejo começa a se impor como parte integrante da identidade mineira. Personificação do rural, o “ser sertanejo” assimila os atributos do mineiro e a este acrescenta outros, que vão desde o manejo tradicional com a terra, o apego à família, a

exaltação e a fidelidade às tradições, à sua simplicidade e gosto pelos “causos”.

Na Comunidade Sagarana ainda se percebe entre seus habitantes, principalmente os mais velhos, a disponibilidade de tempo para as conversas informais seja, na porta das casas num final de tarde ou na porta do açougue de Seu Edmar²², morador da Comunidade. Sentar em volta de uma mesa ou à porta da cozinha para contar “causos” ainda é prática comum na vida do sertanejo. No entanto, as queixas, principalmente entre os mais idosos, é que esse costume está se perdendo. Neste mundo imediatista, pautado pelo acontecimento simultâneo das coisas, os jovens da Comunidade já não veem mais sentido nessa prática, como nos relata Alvarinda Francisca de Jesus em entrevista no dia 02 de agosto de 2014,

(...) o novo não quer, o povo de hoje só fica no computador, eles só querem saber é de internet e pronto, o povo novo nem conversa com a gente. No tempo do meu pai quando dava sábado ou domingo que ninguém tava trabalhando, a gente fazia o almoço...terminava o almoço, aí sentava todo mundo em volta dele, ele ia contar as estória...contar causos...a gente passava aquele dia tão gostoso... (JESUS, Alvarinda Francisca de, 02 ago. 2014).

Durante a pesquisa de campo fomos percebendo as atitudes e posturas daquele povo que nos acolheu em suas casas. Por meio do chamado informal para o almoço, da conversa simples e do sempre tradicional café com biscoito, eles oferecem abrigo “aos forasteiros”, como são apelidados os que vêm de fora. “O povo é muito acolhedor”, essa foi a primeira impressão que Gabriela e Tainá²³ tiveram ao chegar

²² Edmar Silva morador da Comunidade Sagarana. É proprietário de um açougue na Comunidade, ponto de referência e de encontros.

²³ **Gabriela Eloízia Pazello**, 18 anos, natural de Brasília DF e **Tainá Aragão de Almeida**, 17 anos, natural de Manaus, vieram com mais seis pessoas com a intenção de montar uma ecovila na Comunidade Sagarana. Estão na comunidade há três meses e a ideia inicial era constituir um espaço alternativo de subsistência e proporcionar um espaço cultural aberto para a comunidade. A proposta foi apresentada ao então deputado estadual Almir Paraca que incentivou o projeto. Os idealizadores, no entanto, em função de um conflito interno não levaram a proposta adiante conforme nos relatou as entrevistadas no dia 14 de dezembro de 2013.

de Brasília, Distrito Federal, na Comunidade Sagarana, e de tantos outros que por aqui passaram e passam. Os inúmeros adjetivos qualificadores do sertanejo e também do sertão representam um diferencial, além do geográfico e do político, torna-se literário, apreciado e reconhecido pela ficcionalização, portanto, um amplo campo de pesquisa.

A paixão pela sabedoria e simplicidade do povo é, certamente, um dos aspectos que mais encanta romancistas, pesquisadores, visitantes e tantos outros que por aqui transitam. João Guimarães Rosa²⁴ apresenta e representa o sertão para além da forma socioeconômica ou geográfica, evidenciando os aspectos jocosos desse povo. O autor transforma o espaço geográfico do sertão em espaço literário; e o sertanejo, de homem simples a um universal, livre e capaz de intervir nas mais diversas situações cotidianas. Na construção literária, o sertão é constantemente submetido às leis da imaginação, revela sentimentos e contribui para as fantasias que perpassam a formação da nossa personalidade.

As obras de Guimarães Rosa têm sido referencial para diversos campos de análises e os títulos dessas têm sido usados como forma de homenagear o autor e rememorar suas produções, a exemplo da Comunidade aqui analisada, cujo nome é “Sagarana”. Atualmente, outros nomes têm denominado as comunidades, como no caso dos assentamentos Chico Mendes e Paulo Freire, escolhidos por serem importantes representantes de lutas e conquistas sociais. A nomeação “Sagarana” dada pelos condutores do Projeto de Colonização à Comunidade foi concebida simbolicamente pelas obras de Guimarães Rosa, “Sagarana e Grande Sertão: veredas”. Essas obras foram eleitas por apresentarem personagens diversos do universo sertanejo: jagunços, coronéis, religiosos, políticos e mandatários. Assim descrevendo e repensando a cultura como espaço poético marcado pela fala sertaneja

²⁴ O romance **Grande Sertão: Veredas**, do renomado escritor João Guimarães Rosa, apresentam-se na história da literatura brasileira como marco da prosa regionalista brasileira. Com características tão particulares, publicada em 1956, da primeira fase do modernismo e a temática regionalista da segunda fase do movimento, para criar uma obra única e inovadora. Assim como a linguagem inovadora e densa, proposta pelo romance, a descrição da vida sertaneja e os costumes e hábitos do homem do sertão. Texto adaptado. Disponível em http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php. Acessado em 01 de out. de 2014.

singular, mas também como espaço díspar, caracterizado por lutas, sofrimentos e mazelas “o senhor tolere isto é o sertão” (ROSA, 2001, p.23).

Quando da realização das entrevistas, constatamos o desconhecimento dos entrevistados sobre a significância do nome dado à Comunidade, “não sei nem porque, aí já foi o INCRA que colocou [esse nome], não sei explicar essa parte” (Monteiro, Militão Gomes, 01 de ago. de 2014). Apesar da desapropriação do significado pelo entrevistado, a escolha está relacionada às percepções das experiências desse povo que, apresentados por Rosa, é parte de uma perspectiva romanceada e literária, assim, mesmo sem esse conhecimento o nome Sagarana reflete o cotidiano daquele povo.

Espaço de/em transformação o sertão e seus significados é inspiração sempre presente nas representações artísticas, literárias ou científicas, constitui-se como parte da vida do povo brasileiro e encarrega-se de alimentar ricamente as várias referências simbólicas em torno do termo. A palavra sertão é comumente utilizada para representar os territórios que tinham na atividade pecuária extensiva seu referencial, sendo nessas imensidões pastoris que o sertanejo conduziu a conquista da terra.

Os sentidos atribuídos para o termo são vastos e sofreram, desde o século XVI, processos que buscaram agregar percepções diversas aos significados primários do termo. Como indica Ricardo Ferreira Ribeiro,

talvez desde o século XII, com certeza desde o século XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a “sertão ou certão”, para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa. A partir do século XV, usaram-na também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam (...). A ideia de sertão como um deserto pode expressar a população rarefeita talvez associada à forma como a região foi apropriada na sua colonização por meio de grandes fazendas de gado, propriedades construídas com a obtenção de enormes sesmarias. Vários relatos nos falam de grandes distâncias percorridas no sertão sem que o viajante observe nem mesmo sinais de presença humana (RIBEIRO, 2005, p. 55).

Percebemos no início do trecho que os pelos colonizadores portugueses, ao se reportarem às terras longe dos centros de referências, neste caso Lisboa, utilizavam o termo para designar distâncias e desconhecimento, ou ainda ao se referirem ao “novo”. Esta forma de se relacionar com os espaços, hierarquizando-os conforme o grau de conhecimento e domínio sobre eles foi uma prática que antecedeu a chegada dos primeiros colonizadores portugueses em terras brasileiras.

Em seguida, o trecho apresenta uma característica também muito comum, observada ainda hoje quando se percorre as estradas do interior do noroeste mineiro, muitas ainda de terra, cascalho ou areião, deparamos com longos trechos ainda desabitados. A extensão territorial e a baixa densidade demográfica levam a se percorrer grandes distâncias entre as sedes municipais e a zona rural, “sertão: [e] estes seus vazios” (ROSA, 2001, p.47).

A figura 1, abaixo, retrata a via de acesso ao Distrito de Sagarana, nela é possível constatar esse “despovoamento”, ou seja, longos trechos sem nenhuma moradia. Geralmente, em outras regiões, é bastante comum encontrarmos à beira da estrada uma ou outra habitação, contudo, em quase todo o trajeto, até chegarmos ao distrito, encontramos apenas pessoas que transitam em alta velocidade em seus veículos, deixando somente a poeira para trás.



Figura 2: Via de acesso ao Distrito de Sagarana.

Fonte: FONSECA, Rosemere Freire, 02 de agosto de 2014.

Outras características inerentes ao conceito de sertão podem ser identificadas, principalmente em referência à sua natureza físico-geográfica como longas extensões planas, vegetação de cerrado ou

caatinga, e também as já elencadas acima, associando sertão à região oposta ao litoral. “Ao contrário do litoral, onde a civilização²⁵ dominou a floresta e moldou a natureza, implantando canaviais e cidades, no sertão, o homem não consegue se impor ao meio” (RIBEIRO, 2005, p.56). Entretanto, a definição não delimita onde começa o sertão, apenas o relaciona com o interior do continente.

O termo ganha visibilidade nas reflexões e estudos efetivados por Janaina Amado. A autora apresenta algumas das suas variáveis, “(...) seria corruptela de ‘desertão’; proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (trançado, entrelaçado, embrulhado), *desertum* (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor)” (AMADO, 1995, p.147).

Ao termo “sertão” foram sendo agregados alguns sentidos, trata-se de uma categoria que foi sendo construída e, ainda hoje, é passível de novas significações. Conforme depoimento recolhido durante a pesquisa de campo, realizada em dezembro de 2013, Dona Gercina Maria de Oliveira, assim definiu “sertão é o subúrbio do mundo” (OLIVEIRA, Gercina Maria de, 14 dez. 2013). Percebe-se na fala da entrevistada uma conotação negativa, distante de tudo, o sertão torna-se fronteira entre os bens de serviço e a falta desses.

Para Ribeiro (2005), outra característica intrínseca à natureza do sertão é a liberdade por ele proporcionada, renunciando às regras e padrões estabelecidos pelo modelo colonizador europeu. O comportamento daqueles que habitam (vam) o sertão é livre dos enredamentos reguladores que a “civilização” propõe. Corrobora Elias

²⁵ Para Elias, o **processo civilizatório** se construiu a partir da interdependência entre as classes sociais que impunham o autocontrole e que convencionaram mecanismos legais, desejáveis e praticáveis de comportamentos. Sendo necessária para manter esse processo uma regulação intensa de paixões e sentimentos. O autor analisa a história dos costumes a partir da formação do Estado Moderno e suas influências sobre a civilização. As sociedades europeias apresentam-se como ponto de partida e particulariza essas características que estão atreladas ao seu desenvolvimento histórico. Para o autor, hábitos, comportamentos e costumes, apreendidos amiúde como naturais, são na realidade frutos de uma construção e de um processo cultural. A civilidade aqui refere-se a disseminação de instituições e padrões de conduta cujas tendências tornaram-se características dentro e fora do ocidente. ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

(1990) ao afirmar que “os estratos inferiores, os grupos marginais e mais pobres, tendem a seguir suas paixões e sentimentos de forma mais direta e espontânea, regulando-se sua conduta menos rigorosamente que os estratos superiores” (ELIAS, 1990, p.210). Ou seja, o sertão é lugar de homens simples, que vivem com intensidade e são livres das amarras que os reprime. Esse caminho, afastado do processo civilizatório, abriga em seu interior figuras marcantes e singulares, como cangaceiros, jagunços, rebelados, aqueles que fugiram para onde o braço da lei não os alcançava, ou longe da visão dos que eram julgados civilizados.

Para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, “Sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida melhor, mais feliz (AMADO, 1995, p.149-150).

Essa liberdade e despreocupação de que fala a autora agradavam aqueles que encontravam no sertão o refúgio, no entanto, esses passam a ser ameaçados por aqueloutro que se julga capaz de civiliza-lo e conduzi-los a uma ordem estabelecida. Assim, por ser uma região desconhecida, porém com potencialidades encobertas, careceria ser alcançada, submetida e trazida à civilização. Nessa óptica, a civilização²⁶ traduzia os bons valores de uma determinada sociedade em um determinado tempo, ou seja, aquilo que seria mais precioso, constituindo o modelo que se desejaria alcançar, manter e transmitir.

²⁶ A respeito do conceito civilização é importante ressaltar que existem distintos e até divergentes definições. Fernand Braudel é um expoente no assunto e diverge em parte do pensamento de Norbert Elias. Braudel considera que, uma civilização é antes de tudo um espaço, uma área cultural, dizem os antropólogos, ‘uma morada’. O agrupamento regular, a frequência de certos traços, sua onipresença é que constituem os primeiros sinais de uma coerência cultural. Se a esta coerência no espaço vem somar-se uma permanência no tempo, denomino civilização ou cultura, o conjunto, o total do repertório. Esse total é a forma da civilização assim reconhecida como civilização. Ver BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.269.

Considerado ainda uma fronteira interétnica²⁷, isto é, espaço que é transformado, por excelência, em local de trocas ou de imposições culturais de um grupo sobre o outro, e de estratégias diversas de resistências culturais e avanços dessa mesma fronteira, operando no interior de contextos sociais comuns, então as áreas (de atrito interétnico, noutro momento) que representam contextos privilegiados para a descrição e análise da produção social da diferença nacional. Seja como for, o Sertão, enquanto espaço de conflitos e de disputas é (era) também uma região que assegura (va) sobrevivências físicas e culturais.

Areolino Fernandes de Souza, morador do Município de Arinos, conhecedor da história da região, quando questionado sobre o que entendia ser o sertão, expressou-se com muita propriedade: “sertão é onde tudo fica solto” (SOUZA, Areolino Fernandes de, 18 fev. 2014). As ideias de liberdade e de virtuosidade estão presentes em sua afirmação e permitem observar que a natureza negativa ou positiva do conceito depende do lugar de onde se fala. Visto assim, o sertão pode ter significados amplos, diversos e aparentemente antagônicos.

João Guimarães Rosa, romancista e viajante, descreve em suas várias obras um sertão desconhecido e fantástico, o qual se desvela por meio da fala de seus personagens retratando o modo de vida dos habitantes do lugar. Riobaldo, um dos personagens do livro *Grande Sertão: Veredas*, afirma: “o Sertão está em toda a parte” (ROSA, 2001, p. 24). Trata-se de um mundo com regras próprias onde não existe a lei de Deus: “onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!” (ROSA, 2001, p. 35). Lugar de atração e encantamento, o sertão, enquanto produto das representações territoriais na obra do autor é livre, fluído e sem porteiras. Assim resume Ribeiro, “O sertão aparenta ser tão vasto que oferece a possibilidade de sempre se ir mais além, de ser possível abrigar a qualquer um que nele se aventure” (RIBEIRO, 2005, p.57).

Contudo, os homens que habitam o sertão carecem de normas sociais, sendo comuns tramas de parentesco e compadrios. Essas são as bases de formação das comunidades que, enleadas por condições sociais, econômicas e ambientais, direcionam práticas distintas sobre o seu manejar. Virgílio Martins Júnior, morador da Comunidade, responsável por projetos sociais, adverte:

²⁷ Ver OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen G. (Org.). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora UnB, 2005. 278 p. (Coleção Américas, Coordenação Ana Maria Fernandes).

no sertão se dorme cedo e acorda cedo. No sertão é diferente [com ênfase]. Não adianta trazer o ritmo da cidade prá cá, que você não sobrevive, não sobrevive mesmo. Aqui se você quer comer verdura, você tem que trabalhar, você quer soberania alimentar, você tem que ralar mesmo (JUNIOR, Virgílio Martins, 05 de ago. 2014).

Considerando o excerto acima, nota-se que os vínculos humanos com o território se constituem de acordo com cada grupo social. Além disso, os liames sociais modificam a utilização dos espaços e suas representações sociais. Segundo Hall,

damos sentido às coisas pela forma como as representamos, as palavras que usamos sobre elas, as histórias que contamos a seu respeito, as imagens que delas produzimos, as emoções que lhes associamos, as maneiras como as classificamos e conceitualizamos, os valores que lhes atribuímos (HALL, 1997, p.3)

De tal modo, no sertão os hábitos mais simples, como dormir e comer, por exemplo, determinam e caracterizam as relações sociais na medida em que se constroem hábitos de convivência com os pares. Nesse sentido, as redes compostas pelos sujeitos desta pesquisa, que começaram a ser analisadas e se desenvolverão nesse e no capítulo seguinte, são um entrelaçamento entre o agir humano e a natureza. Para construir um pensamento social sobre a categoria sertão, o sujeito baseia-se no imaginário coletivo, mas, isso é feito considerando os laços de lugar e tempo, estabelecendo significações territoriais que são constituídas nas especificidades do indivíduo. Por fim, a partir dos elementos que compõem a vida sertaneja é possível verificar um emaranhando de formas sociais no sentir e no fazer do sertão que se relacionam diretamente com os aspectos econômicos, políticos e simbólicos, os quais serão tratados na seção seguinte.

Refletir a integração do sertão ao cenário nacional e sua inclusão no “mundo civilizado” provocou o alargamento do progresso e do desenvolvimento. Vale ressaltar, que se trata de um projeto de interiorização iniciado no século XVI e que se estende até os dias atuais, o qual previa ocupar, civilizar e modernizar as terras distantes do litoral, os chamados “sertões”, ainda destituídos de territorialidade. A discussão

dessas questões contribui para o entendimento dos impactos contemporâneos percebidos na região analisada.

Evidenciamos e reforçamos a ideia de que política, economia e as relações estabelecidas com a natureza não se excluem na constituição do sertão, ao contrário, há uma articulação de lógica social que produz, ao mesmo tempo, um espaço aberto para a modernidade e para a percepção da alteridade.

2.2 O “PROGRESSO” NOS CAMINHOS DO SERTÃO

O sertão ora foi tratado como deserto, vazio humano e econômico, espacialmente periférico, fora dos dinâmicos centros culturais do mundo moderno, ora é conhecido e reconhecido pelo Brasil litorâneo. Este, sempre voltado para o mundo civilizado do além-mar, começa a deslocar seu olhar para as potencialidades no interior de seu território.

Para tanto, segundo Ribeiro (2005), era necessário desbravar e conhecer os sertões “desterrar a ferocidade” dessa região, como definiu, em 1800, o naturalista José Vieira Couto, enviado à Capitania das Minas a fim de verificar a viabilidade econômica da região: “E, assim, mais receitavam integrar o Sertão Mineiro ao ‘mundo civilizado’ para sacudir e acordar seu povo com um ‘choque de progresso’, pouco importando se ele o desejava, ou quais seriam suas expectativas de futuro” (RIBEIRO, 2005, p.347).

Cabe dizer que o processo civilizatório considerou não apenas o vazio demográfico, no sentido de domar a tímida população local, mas também voltou sua atenção para os aspectos relativos à natureza, especialmente à vegetação. Esta por muitos, depreciada, portanto, suscetível às demandas do progresso, justificava o futuro processo de avanço da fronteira agrícola e do capitalismo nas regiões dos cerrados.

Considerando o aspecto demográfico e a constituição vegetativa, vê-se uma condição propícia para propagação do progresso rumo ao sertão. João Guimarães Rosa (2001) corrobora esta ideia ao descrever este espaço como um lugar em que “os pastos carecem de fechos, onde tudo dá, grandes fazendões almargem de vargens de bom render” (p.24). Observamos, a partir desse excerto, a importância econômica que poderia ser agregada por meio da exploração das potencialidades da região sertaneja.

Os espaços concebidos como sertões seriam a oposição ao litoral, o qual já experimentava o processo civilizatório, caracterizado

pela vida urbana que refletia traços da cultura europeia. Atualmente, é possível observar que em grande parte do sertão os “fechos” se expandem a perder de vista, dividindo gentes, territórios e gerando conflitos. Para Moraes (2002), o sertão é

comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma nova órbita de poder que lhe escapa aquele momento. [...] Porém, como visto, a mera qualificação de uma localidade como sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que ali identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e ou do domínio político (MORAES, 2002, p. 14 e 19).

No sertão do noroeste de Minas a população (convivia) convive com o cerrado, as veredas e as matas secas, cenário no qual os sertanejos engendram estratégias contínuas de sobrevivência e convivência dentro de suas possibilidades e limitações. Entretanto, desde a segunda metade do século XX, experimentam a expansão dos interesses capitalistas e os reflexos das ideias globalizadoras na região. Espaço vital para essa população, a região converteu-se em atração econômica, devido as riquezas da flora, fauna e da exploração de outros recursos, como o hídrico e o gás natural, esse encontrado na bacia do rio São Francisco. Assim, essa biodiversidade continua atraindo e despertando interesses, prevalecendo a hegemonia do capital em agravo daqueles que encontram nesse espaço a existência. Em consequência disso, o cerrado e a população sertaneja que ali habitava/ habita, sofreu/sofre profundas transformações. Para Ribeiro,

[...] os projetos de modernização da agricultura, que criaram oásis de “desenvolvimento” por várias regiões, a própria capital do país se transfere para o Planalto Central e o sertão se transforma em celeiro agrícola e até se industrializa. O êxodo para as grandes cidades esvazia o “deserto”: as cidades passam a concentrar a maioria da população e os problemas nacionais. O sertão diminui de tamanho, geográfica, social e politicamente, mas continua a ser o espelho para mostrar as situações sociais mais graves: fome, mortalidade infantil, ausência

de políticas públicas de saúde e educação (RIBEIRO, 2005, p. 58-59).

Reforçando e complementando essa ideia, Martins explana,

No rural, no latifúndio está a gênese da gente do sertão, da identidade e do território. Nestes territórios está também a origem das múltiplas populações que ocupam estes territórios. A abertura e o fechamento econômico do latifúndio, no isolamento econômico e social, ora limitou ora fomentou a expansão da posse camponesa sobre a terra de trabalho (MARTINS, 2011, p.82).

Os autores, Ribeiro e Martins, acima elencados, evidenciam que o projeto de modernização, ao se direcionar para a região centro-sul do Brasil, colocou em risco a população e a economia camponesa, uma vez que o advento da urbanização e suas peculiaridades atraíram essas populações, tornando eminentes os problemas decorrentes desse processo, quais sejam a exclusão social, a favelização, a violência, entre outros. Também apontamos o aumento da demanda por produtos que estimulou/a o empreendimento de grandes proprietários, esses viram na região um potencial para o agronegócio. Consequentemente, se assistiu a uma desflorestação da mata nativa, a expulsão de trabalhadores rurais, a alteração das formas tradicionais de trabalho e plantio e o crescimento de conflitos pela terra.

Com a modernização incentivada pelo Estado, a partir da década de 1970, a conquista e a devastação das áreas do cerrado foram sendo concebidas e incentivada a partir de projetos de colonização e exploração agrícola. Tais empreendimentos tinham como objetivos tornar essa área grande produtora de *Commodities*²⁸ para atender, principalmente ao mercado externo. Assim, o cerrado, considerado o

²⁸ **Commodities** é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária que são transacionados nas bolsas de mercadorias. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global. Também podem ser estocados sem perda significativa em sua qualidade durante determinado período. Podem ser produtos agropecuários, minerais ou até mesmo financeiros. Disponível em www.agrolink.com.br/ acessado em 16 de setembro de 2014.

berço das águas, teve que se curvar ante a ampliação da fronteira agrícola.

A principal modificação ocorreu na utilização das terras, com a substituição das áreas de pastagens por monoculturas destinadas, sobretudo, às exportações, como a soja, o milho e o feijão. Vírgilio Martins Júnior, em entrevista realizada em agosto de 2014, expõe sua percepção sobre as consequências dessa ocupação,

A tecnologia de ponta ainda não tinha alcançado essa região aqui. A agricultura era desenvolvida de forma rudimentar, a aração era feita a boi e a roça era tocada na enxada mesmo, era um modelo que ocasionava menos impacto, né? Porque não tinha esse peso de máquinas agrícolas. Aí eu vi (...) e foi chegando paulista, gaúchos, japoneses e foram ocupando, ocupando, hoje tá isso aqui, a gente sofrendo, é uma colheita do que nós plantamos(...) na verdade o que pesou mesmo foi as culturas vindas de fora, vieram os japoneses a YKK, que é uma multinacional japonesa, gigantesca (...) ela comprou 30 mil hectares de cerrado, a topografia do cerrado (...) plano, né? As pessoas cresceram os olhos no cerrado(...) as pessoas que vinham de fora já enxergavam que a topografia favorecia o maquinário (...) desmataram tudo, o cerrado foi todo jogado no chão (MARTINS JÚNIOR, Vírgilio, 05 de ago. 2014).

As transformações advindas da modernização do campo e de sua “remodelagem” ocorridas nesse bioma, para atender ao agronegócio, colaboraram significativamente para o desrespeito ao meio ambiente²⁹. Acrescenta-se a isso, a substituição dos trabalhadores, a concentração fundiária e, por fim, o crescimento do êxodo rural. Outro fato decorrente da modernização agrícola bastante perceptível e significativo foi o aumento da área produtiva, bem como as desigualdades intrínsecas ao modelo econômico vigente, o capitalismo.

Nota-se nesse cenário a polarização do espaço sertão marcado pela produção hegemônica concentrada e pela exiguidade de

²⁹Trataremos melhor dessas consequências no terceiro capítulo.

demandas sociais primárias. A perspectiva de uma racionalidade³⁰ voltada à modernização agrícola limitada suscitou, sobremaneira, a exclusão e precarização das relações de trabalho. Segundo Santos,

[este é] o momento que estamos vivendo (a racionalização do espaço é esse limite) aponta para essa perda da razão. Mas, ao mesmo tempo, e felizmente, aponta para a possibilidade da construção de um novo sentido, a partir justamente da elaboração das contra-racionalidades, que a análise geográfica revela nos comportamentos atuais do campo e da cidade (SANTOS, 2004, p.310).

Nesse contexto, os atores que estavam fora da órbita hegemônica do capital seguiram em busca de formas alternativas para sua sobrevivência, as quais foram substituídas, em grande medida, pela tecnologia agrária, como ressaltou Virgílio ao relembrar o cenário inicial da expansão agrícola e a exclusão do camponês,

[antes] o que mantinha o homem do campo no campo, era a fartura. O homem do campo gostava do campo. Com o desmatamento da região, mudou a incidência das chuvas (...) já não tinha mais aquela fartura. A tecnologia já estava despontando, o uso da máquina, (...) os que

³⁰ **Racionalidade e Contra racionalidade** em Milton Santos. Em obra mais recente, Santos (2006) chama a atenção para dois tipos diferentes de racionalidades nos circuito superior e inferior: a racionalidade orgânica (ou Contra-racionalidade) e a racionalidade organizadora (ou Racionalidade), de modo que o cotidiano dos mais pobres se confunde com o circuito inferior. O circuito superior é dominado pela racionalidade organizadora, de modo que não há nele qualquer espaço que não seja dominado pelos cálculos econômicos, pela economização. Não é assim no circuito inferior, aqui não se trata meramente de atividades econômicas (ao menos no sentido neoclássico que essa palavra carrega nos nossos dias). A dimensão econômica é, aqui, também a dimensão da vida e da coletividade. É neste sentido que se constitui o circuito inferior em processos pedagógicos que se conformam no senso comum, no tempo lento, no cotidiano, em uma racionalidade distinta, tratada por Milton Santos como Contra-racionalidade. (GALVÃO Victor Araujo. Por uma Contra-racionalidade Autônoma: as articulações entre a economia solidária e os softwares livres.) Disponível em <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos.pdf> acessado em 01 de out. de 2014.

vieram de fora, já enxergavam que a topografia favorecia o maquinário em substituição ao trabalho do homem. Qual foi a alternativa do trabalhador? Foram as carvoarias que estavam chegando a mil na região (...) aí o povo foi migrando das fazendas (...) foi saindo, buscando as carvoarias como [uma das] alternativa (s), precisava sobreviver. (MARTINS JÚNIOR, Virgílio, 05 de ago. 2014).

Na contemporaneidade, os personagens que outrora foram excluídos e/ou marginalizados, retomam e re-significam seus anseios políticos, sociais e culturais. Essa será, portanto, a temática que trataremos na seção a seguir, ao passo que refletiremos também sobre as populações desterritorializadas³¹, uma das características centrais do capitalismo em busca de uma territorialização como prerrogativa à sobrevivência.

2.3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: SUA DIVERSIDADE DE CONCEITOS

“O espaço, enquanto território é local e referência aos conflitos mais acirrados da sociedade.”
Ilse Scherer-Warren (2009)

Lutar pela terra significa, prioritariamente batalhar pelo espaço da estruturação familiar, produtivo e de sobrevivência. “Nossa! Essa terra é minha benção! Era meu sonho ter uma terra! Eu sempre tive vontade, para largar de trabalhar para os outros. Gosto de tudo daqui” (Monteiro, Militão Gomes. 01 de ago. de 2014). Concebemos, na fala de Militão, a admiração e entusiasmo ao se referir à conquista da terra, para o sertanejo a vida no campo carece e se fortalecer com a territorialidade.

A luta pela conquista da terra, mesmo com suas singularidades, sempre existiu, sendo uma forma admirável de resistência contra a expropriação. Trata-se também de uma apropriação pelas “populações que buscam sobreviver com dignidade, com base

³¹ Ver Rogério Haesbaert “O mito da desterritorialização”.

num modo de vida peculiar que é o da economia familiar” (MARTINS, 2003, p.41). Por conta desses aspectos, é possível perceber o espaço e o território como forma de melhor compreender as necessidades e conflitualidades daí resultantes, questões imprescindíveis para esta pesquisa.

O conceito de Espaço e Território em sua amplitude tornou-se foco de reflexão não só da geografia, como de outras ciências sociais, tema de fundamental importância para a análise e compreensão das relações sociais cotidianas. Pensar sobre sua diversidade conceitual reforça nossa percepção de suas principais dimensões e seus principais campos de debate, posto que cada campo de estudo evidencia uma determinada perspectiva sem excluir a outra.

No entanto, é necessário entender que “espaço e território não são termos equivalentes” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Para esse autor, o espaço é um substrato, um palco sob o qual se constrói o território; ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, por exemplo, pela representação, o ator territorializa o espaço, ou seja, o espaço passa de geográfico à social, sendo assim todas as dimensões, as quais chamamos, anteriormente, de demandas sociais primárias, emergem e são postas em prática. Sobre o espaço social, Fernandes explica que,

[ele] está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional (FERNANDES, 2005, p.26).

Entender a diversidade desses espaços, além dos elementos que o compõem, seja em suas dimensão social, cultural, política e econômica, desperta a percepção de que esses se completam. Por conseguinte, resultam numa construção de relações entre os sujeitos com a natureza, bem como desses e de suas intencionalidades na constituição de tal espaço.

Na perspectiva de Raffestin (1993), ao se apropriar do espaço, por meio do trabalho humano, os atores territorializam esse espaço. O território, nessa concepção, salienta as relações marcadas pelo poder, ou seja, “é um espaço onde se projetou um trabalho. [O território então] se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma

produção, a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O território, nesse sentido, apresenta-se a partir das relações de poder³². Na opinião de Fernandes,

o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder [...] é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. (FERNANDES, 2005, p.27).

Como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que os conceitos espaço e território se misturam repletos de significados e significações, sendo então impossível dissociá-los quando se tem como foco a compreensão do indivíduo, ou de uma determinada sociedade ou comunidade. Nossa intenção é compreender como as relações estabelecidas no contexto espacial e territorial do sertão, são organizadas, interpretadas, reproduzidas e simbolizadas por aqueles que agora foram assentados no sertão.

Na concepção de Rogério Haesbaert, outro autor que se destaca na discussão e análise do território e de seus significados, “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico territorial” (HAESBAERT, 2006, p.20). Para tanto, compreender os vínculos da comunidade, objeto desta pesquisa, com o seu território, sua

³² Para Michel Foucault, o poder não existe, o que existe são as **relações de poder**. No entender de Foucault, o poder é uma realidade dinâmica que ajuda o ser humano a manifestar sua liberdade com responsabilidade. A ideia tradicional de um poder estático, que habita em um lugar determinado, de um poder piramidal, exercido de cima para baixo, em Foucault é transformada. Ele acredita no poder como um instrumento de diálogo entre os indivíduos de uma sociedade. A noção de poder onisciente, onipotente e onipresente não tem sentido na nova versão, pois tal visão somente servia para alimentar uma concepção negativa do poder. (MARINHO, Ernandes Reis, 2008. Disponível em <http://www.facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/view/7> acessado em 08 de out.2014

conquista, mudanças e permanências são fulcrais, para sua diferenciação. No entanto, por se trata de um conceito vasto, nossa pretensão é abordá-lo de forma concisa. Cabe dizer que sua essência contribuirá para o entendimento do movimento de territorialização de um povo.

Etimologicamente a palavra território, *territorium* em latim, deriva do vocábulo latino *terra*. Conforme Di Méo, o “*jus terrendi* se confundia com o ‘direito de aterrorizar’” (DI MÉO, 1998, p. 47 *apud* HAESBAERT, 2006, p. 43). Embora não haja consenso a respeito dessa origem etimológica, é relevante observar aquilo que direta ou indiretamente se propagou sobre território, conforme o citado autor (2006), existe uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico. Desse modo, a terra é considerada espaço geográfico, e o território materialidade dos sentimentos que inspira como, por exemplo, temor, para aqueles que dele são excluídos, e júbilo para aqueles que usufruem dele ou com ele se identificam.

Destacamos Haesbaert (2006), que traz em uma de suas obras “O mito da desterritorialização” reflexões sobre o conceito de território nas suas diversas dimensões. Ele as define como materialista, idealista e integradora. Para a primeira, o autor propõe três subdivisões: naturalista, econômica e política. A segunda trata-se da dimensão idealista e de suas perspectivas cultural e simbólica. Na terceira e última dimensão, a integradora, o território somente é concebido através da associação das outras duas dimensões. Vale ressaltar, que essa categorização ocorre apenas para fins de análise, visto que a dinâmica territorial, muitas vezes, conjuga várias visões.

De todo modo, para se compreender a noção de território neste trabalho, faz-se necessário elucidar as características das dimensões materialista e idealista, que compõem a integradora, sendo esta última subsidio para esta discussão. A respeito da dimensão materialista, sabe-se que ela engloba a perspectiva naturalista e emprega uma noção de território baseada nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em seu ambiente físico.

É comum para os naturalistas “reduzir a territorialidade ao seu caráter biológico, a ponto de a própria territorialidade humana ser moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinado” (HAESBAERT, 2006, p.44). Isso significa que qualquer animal instintivamente, incluindo nessa categoria o homem, tenderia a defender uma área que lhe parecesse vital. A perspectiva econômica

focaliza o território a partir do controle e usufruto dos recursos como fonte econômica.

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar (GODELIER, 1984 p, 112 *apud* HAESBAERT, 2006, p. 56)

Percebemos, nessa perspectiva, a importância dada ao território, sendo que esse está diretamente relacionado aos recursos materiais que pode oferecer. Ou seja, a condição necessária de recursos para a manutenção e reprodução de um determinado grupo. Na perspectiva política, “o homem não é concebível sem o solo terrestre, assim como a principal obra humana: o Estado. [Esse] vive necessariamente do solo” (RATZEL, 1988, p.13 *apud* HAESBAERT, 2006, p.65). Observamos que as relações espaciais se estabelecem no âmbito do Estado-Nação. Nessas relações, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, e o homem, ser político, é indissociável do território, é nele que o “político³³” emerge. Ainda, segundo Ratzel, tais dimensões são enleadas no espaço constituindo o território e graças a ele é que a nação supera suas misérias e alcança as condições para sua projeção.

Sobre a dimensão idealista, Haesbaert (2006) esclarece que o conteúdo cultural ou simbólico-cultural delimita o território, isso a partir da teia de representações e subjetividades que se enraízam na fração do espaço-território, concebendo assim, uma identidade³⁴ aos seus. Entre o espaço físico e o homem sempre se interpõe uma ideia, uma concepção, ou seja, a partir das características físicas do território é que se produzem as representações.

Segundo Eduard T. Hall (1986), “o território é considerado como um signo cujo significado somente é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve” (HALL, 1986, *apud*

³³ Aqui tratamos o **Político**, a partir do conceito de Chantall Mouffe, como espaço de poder, conflitos e antagonismos, considerado pela autora como constitutivo das sociedades humanas. Ver MOUFFE, Chantal. EN TORNO A LO POLÍTICO. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 2009.

³⁴ O conceito de Identidade será aprofundado no capítulo três.

HAESBAERT, 2006, p.69). Visto dessa maneira, o território torna-se produto da apropriação e/ou valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço em que vive. Ainda sobre território, Haesbaert (2006) sinaliza uma correlação entre “espaço-tempo vivido”, deste modo, elucida a ideia de relações de poder, não apenas no sentido mais concreto de dominação, mas também no sentido simbólico de apropriação. À medida que o primeiro diz respeito a um sentido funcional do território, como recurso a ser explorado ou mercadoria, ligado ao valor de troca, o segundo é mais subjetivo, simbólico, *locus* de construtor de identidade, impregnado pelas marcas do vivido.

Ainda, segundo o autor, não se pode analisar o território apenas sob uma dessas dimensões, mas sob as três inter-relacionadas, integradas, admitindo-se a dinâmica e a fluidez dos territórios. Para Haesbaert, é preciso entendê-lo numa perspectiva integradora,

aquela que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais e da sociedade com a própria natureza’(HAESBAERT, Rogério, 2006, p.64).

É essa abordagem integradora e complexa que melhor nos auxilia na compreensão da territorialização aqui analisada. Para defesa e análise dessa abordagem, outro expoente é Milton Santos. Esse geógrafo utiliza o termo “território usado” para referir-se às diversas e distintas funções econômica, cultural, política, dentre outras, que o território tem. Visto assim, o estudioso desvela o território como ‘um todo complexo’, que deve ser analisado em sua totalidade, a partir das tramas de relações que nele se estabelece. Para Santos, o “território é o lugar onde se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 2006, p.13).

Diante das definições assinaladas pelos autores é possível depreender que o território é multidimensional, é um espaço ocupado, moldado e transformado pela ação humana, um espaço no qual se materializam e se reproduzem relações passíveis de contradições, antagonismos, solidariedades e conflitos. Numa distinção muito interessante entre território como recurso e território como abrigo,

Haesbaert (2006, p. 59) referencia Santos, quando este explica a existência de duas perspectivas. Em uma delas, o ‘território usado’ é um recurso e, desse modo, os atores hegemônicos permanecem nele até o momento em que garanta a realização de interesses particulares. Em contrapartida, existe também a perspectiva dos atores hegemônizados que pensam o ‘território como abrigo’ e conforme vão acontecendo as transformações eles buscam adaptar-se ao meio geográfico local, bem como recriar estratégias que garantam suas sobrevivências. Ainda sobre as diversas concepções as quais a temática suscita, é válido neste trabalho apontar a definição de território apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, este o percebe como,

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA/SDT, 2005, p.07).

O conceito apresentado na perspectiva do Estado engloba e corrobora as outras concepções apresentadas. Ademais, enfatiza a questão das instituições sociais na constituição do território, além de fazer uma alusão às suas funcionalidades, ou seja, dar suporte, subsidiar ações que contribuam para o desenvolvimento e permanência do homem no campo. Esse aspecto, por sua vez, é o papel fundamental das instituições na consolidação dos territórios que, por meio de programas e projetos, têm o intuito de promover o protagonismo e empoderamento dos sujeitos que vivem no/do campo. No caso da região estudada, pode-se citar programas como, Mulheres Mil³⁵, Centro de Referência em

³⁵ **Programa Nacional Mulheres Mil** que tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, mulheres em situação de vulnerabilidade social têm acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Viabilizado através do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-Campus Arinos. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php.programa-mulheres-mil.

Tecnologias Sociais do Sertão (CRESERTÃO)³⁶, os quais de modo geral viabilizam essa aproximação entre Estado e comunidade.

Entretanto, vale ressaltar a efemeridade dos programas e projetos, considerando que são pensados para serem realizados em curto prazo, prevalecendo, de modo geral, os interesses políticos partidários sobre a real necessidade do homem que sobrevive no/do campo. Na visão de Virgílio,

existe um esforço por parte do governo federal (...), o governo tem coisas boas, o que falta é aplicabilidade. Tá faltando pessoas certas, para aplicar aquelas boas ideias. Para desenvolver projetos para o campo, tem que ser homem do campo, (...) que vive no campo, que sofre com o campo, que sente a necessidade do campo, esse é que vai ter um perfil que pode criar um projeto que realmente atenda o homem do campo. Aqueles que têm o entendimento são excluídos, eles não têm voz. Os políticos descontinuem os projetos, porque eles esperam resultados rápidos, para que eles possam aparecer, como o processo é lento, mudança cultural é demorado, é no mínimo quinze anos, para começar a dar resultados. O custeio é necessário por mais tempo, para as ações sistematizarem, para que haja independência, liberdade e autonomia da comunidade (MARTINS JÚNIOR, Virgílio, 05 de ago. 2014).

É interessante percebermos que os programas e projetos direcionados para a comunidade, segundo Virgílio, são bons, no entanto, a falta de vivência dos articuladores e ainda suas descontinuidades têm sido empecilhos para o êxito de tais programas. Sua aplicabilidade é comprometida quando o homem urbano tenta conceber projetos para o homem rural, sem se preocupar em ouvir seus reais interesses e ainda exigindo resultados rápidos. Virgílio acrescenta,

existia, onde hoje funciona o Instituto Federal, o Centro de tecnologia da Vale do Urucuia [por meio dele], muito dinheiro foi investido em

³⁶ Centro em Referências em Tecnologias Sociais do Sertão. Ver reportagem em <http://rts.ibict.br/noticias/destaque-1/tecnologias-sociais-para-o-sertao>

projetos de psicultura, fruticultura, biodisel, apicultura, mas, qual desses projetos funcionou? Muito dinheiro foi investido, era tudo 0800, traziam tudo, mas sem participação e sem mercado de consumo garantido. Onde é que isso ia dá? Dá em nada! Então aconteceu isso! Os recursos foram investidos, não funcionou nada, o biodisel acabou, os projetos viraram mato de novo, os projetos de apicultura ficaram dois. O êxito dos projetos vem, da sistematização, e isso não é em curto prazo. Para que haja uma mudança, é necessário um tempo mais longo (MARTINS JÚNIOR, Virgílio, 05 de ago. 2014).

O depoimento é rico em percepções sobre a aplicabilidade de projetos sociais, notamos que houve uma grande quantidade de investimentos, porém, sem a participação efetiva da comunidade, resultando, assim, na sua ineficiência e posterior abandono. Entendemos, então, que o caminho para o sucesso desses projetos é a participação efetiva dos atores sociais, visto que a forma mecanicista como vem ocorrendo compromete o sucesso das ações empreendidas, estas devem ser contínuas, independentemente das aspirações políticas que as move.

Ao direcionarmos nosso olhar para o noroeste de Minas, espaço numeroso em assentamentos rurais, resultantes de Projetos de Colonização e/ou de Reforma Agrária, nos deparamos com um terreno fértil, heterogêneo em contradições, conflitos e sujeitos. Destarte, é necessário um olhar mais atento sobre as concepções de território, visto que essas concepções norteiam a presente pesquisa e também contribuem para a compreensão das relações que permeiam a Comunidade em estudo. Cada assentamento possui singularidades no que diz respeito a sua territorialidade, como a Comunidade Sagarana que é um espaço circundado pelo agronegócio, este fora projetado para promover o desenvolvimento político, econômico e social da região, com vistas à expansão da fronteira agrícola. Contudo, na prática, observamos que o efeito disso, foi na verdade, a criação da territorialidade travestida de pequenas ilhas. Chamamos de ilhas os assentamentos existentes em meio aos grandes latifúndios, comuns na região. Essas ilhas são carentes, entre outros aspectos, de infraestrutura básica, saúde e segurança.

A Comunidade Sagarana é uma dessas ilhas que depende de ações externas, visto que sozinhos os seus personagens não têm meios

de exercer seu protagonismo no desenvolvimento local. Além disso, é um território marcado pelo desemprego, principalmente para os mais jovens que, atraídos pela modernidade das cidades, abandonam o campo. Na comunidade, como afirma a moradora Alvarinda, “as pessoas mudam sempre, chegam aqui não tem serviço! As pessoas num lugar sem serviço é difícil de ficar, tanto que aqui, a gente vê mais é os ‘veio’, porque os jovens é difícil de ficar, os jovens formou o terceiro ano, vai embora prá cidade” (JESUS, Alvarinda Francisca de, 02 de ago. de 2014). A saída dos mais jovens e o envelhecimento da população tem sido motivo de preocupação para os moradores “a enxada é vista pelos jovens como coisa inferior, é bruto” (MARTINS JÚNIOR, Virgílio, 05 de ago. 2014). Constatamos na fala de Virgílio e de dona Alvarina um cenário marcado pela exclusão e pela angústia de ver ameaçada a vivência e permanência da Comunidade.

Na seção seguinte, discutiremos dois aspectos de um tripé, no qual se fundamenta a territorialização de uma comunidade, a implantação e a consolidação do território. O terceiro aspecto que sustenta este tripé, a conquista da autonomia, será tratado no capítulo III. Entendemos que refletir essas questões é relevante, pois permitem compreender o modo singular como ocorreu a constituição da Comunidade Sagarana, bem como o posicionamento dos sujeitos frente aos desafios da modernidade.

2.4 ASSENTAMENTO NA FAZENDA DO BOI PRETO: DA IMPLANTAÇÃO AO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO

Nosso propósito neste tópico é delinear o processo de formação do Projeto Integrado de Colonização Sagarana. Cabe destacar que, além dos documentos oficiais, consideramos também a interface entre as vozes daqueles que vivenciaram o processo, e que ainda permanecem na Comunidade. Para tanto, tivemos a contribuição daqueles que ali vivem e estão diretamente ligados à trajetória local, ainda que não tenham vivenciado a constituição da Comunidade.

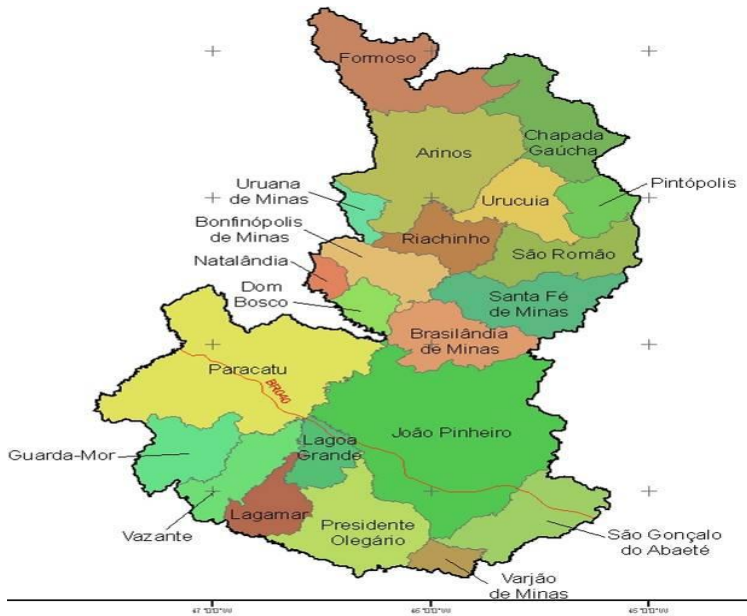
Outro fator determinante foi a temporalidade, visto que a constituição do Projeto Integrado de Colonização Sagarana, segundo análise do Projeto Técnico, iniciou a desapropriação no ano de 1967, e os programas operacionais e de infraestrutura física e administrativa nos anos de 1971, 1972 e 1973, quando foi autorizado a execução do

Projeto. Portanto, tomamos como ponto de partida a década de 1970, período em que ocorreu a distribuição das parcelas aos primeiros colonos, e sua trajetória nas décadas seguintes até o ano de 2014.

2.4.1 UMA COMUNIDADE CONSTRUÍDA NO SERTÃO

A área pesquisada, “Sagarana”, está localizada no noroeste de Minas Gerais, distrito do município de Arinos, o 6º maior de Minas Gerais e, segundo o IBGE, compreende uma área de 5279,419km quadrados. O distrito, por sua vez, possui uma área geográfica de 352 Km², cujas cidades próximas são Uruana de Minas e Riachinho/MG. A bacia hidrográfica da região é formada pelos rios Urucuia e São Miguel, Ribeirão Marques, Ribeirão Boi Preto e Ribeirão da Ilha. Sobre a população desse distrito, estima-se que seja de aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta habitantes). A renda *per capita* da população é baixa, originada principalmente da agricultura familiar e da pecuária leiteira.

MAPA 1 – REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS



Mapa 1: Região noroeste de Minas Gerais.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

O mapa 1 apresenta a divisão política da região noroeste do Estado de Minas Gerais.

O Território Rural Noroeste de Minas (mapa 1) foi criado em 2003, mas só foi homologado em 2004, ainda no início da execução do Programa de Desenvolvimento Territorial levado a termo pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do desenvolvimento Agrário – SDT/MDA. Nesse contexto, dezenove municípios deveriam participar das ações do Território: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Dom Bosco, Formoso, Guarda Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Presidente Olegário, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté, Urucua de

Minas, Urucuia, Varjão de Minas e Vazante. Em fevereiro de 2008, o Território foi incluído no novo programa do Governo Federal, conforme Decreto de 25 de fevereiro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 26/02/2008, transformando-o no Território da Cidadania Noroeste de Minas, que incorporou mais três municípios: Chapada Gaúcha, Pintópolis e São Romão (MDA- RELATÓRIO ANALÍTICO DO TERRITÓRIO RURAL NOROESTE DE MINAS, 2009, p. 30).

Em 2009, foi realizado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, um Relatório Analítico para a discussão e para a formulação de propostas, visando o Desenvolvimento Sustentável do Território Noroeste de Minas. No documento, a região é fundamentada e caracterizada detalhadamente, observando os diversos aspectos naturais, sociais, econômicos e políticos. Visto assim, aporta sua origem histórica,

a meados do século XVII, quando os bandeirantes avançaram pelo interior do Brasil, o que levou um deles, Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanquera), em busca de ouro e pedras preciosas, partindo de Sabará-MG, a descobrir as minas dos goiazes. Segundo Durães (1996), foi Lourêncio Castanho Táquis, seguindo o roteiro traçado por Anhanquera, que chegou ao sertão do Rio Urucuia, cruzando uma das chapadas na região de Buritis-MG, no ano de 1670, em busca de ouro e de pedras preciosas. Estudos apontam que os primeiros habitantes tenham chegado a Buritis entre 1710 e 1725, logo após conflitos dos bandeirantes com os índios tupi-guaranis e fixaram os primeiros ranchos de pau a pique próximo às nascentes do Rio Urucum, que mais tarde foi denominado de Urucuia, palavra derivada do termo Urucun que significa ‘Rio Vermelho’ ou ‘Rio de Águas Vermelhas’(...) à exploração do ouro, que ocorreu no [a partir] século XVII;[na região] possuem duas importantes bacias hidrográficas, a do Rio Paracatu e a do Rio Urucuia, que contribuem com águas para mais três bacias. Atualmente, as terras

do Território são exploradas por atividades econômicas, com potencial para crescer mais, com forte presença da agricultura empresarial e destaque na produção de grãos nas chapadas e na presença de grandes áreas irrigadas, da pecuária e da agricultura familiar. No leito de vários rios mais caudalosos, ocorre a exploração de areia por dragas e a atividade de pesca. Nos solos do Território, são encontrados diversos recursos minerais, como ouro, zinco e gás natural. Há registros de importantes parques de preservação ambiental, com admirável papel na conservação do meio ambiente. Também existe forte atividade cultural de cunho local e regional (MDA-RELATÓRIO ANALÍTICO DO TERRITÓRIO RURAL NOROESTE DE MINAS, 2009, p. 36 e 2).

O histórico revela que, desde os primórdios, o sertão, seus rios e riquezas, já eram objeto de pesquisa dos bandeirantes. A possibilidade de encontrar metais preciosos motivou os primeiros povoadores a se fixarem próximo aos rios da região. Reportando-nos ainda aos estudos publicados no Relatório Analítico, evidenciamos, o volume de água que a região destina (va)³⁷ para outras partes do País. As águas que brotam na região, em quase toda sua totalidade, integram a Grande Bacia do Rio São Francisco, seus rios são, portanto, importantes depositários da margem esquerda do “Rio da Integração Nacional”³⁸.

Vale lembrar que a região escolhida para a implantação do Projeto de Colonização é rica em cursos d’água e está localizada no Vale do Urucuia. As cachoeiras, ribeirões e brejos despertam os olhares para a riqueza natural, em um perímetro compreendido por terras situadas entre a margem direita do Ribeirão da Ilha e a esquerda do Ribeirão dos Marques, em sua cabeceira, prosseguindo entre a margem do rio São Miguel e a margem esquerda da Vereda das Vacas, até

³⁷ A irregularidade das chuvas na região, tem provocado a falta d’água. Assim, as sub- bacias tem seu volume diminuído, comprometendo o abastecimento de importantes bacias como a do São Francisco.

³⁸ O Rio São Francisco é um dos mais importantes cursos d’água do Brasil e de toda a América do Sul. Sua nascente está localizada na Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas.

encontrar o rio Urucuia. Na região existem duas grandes sub-bacias: a bacia do rio Paracatu e a do rio Urucuia. Essas bacias, além de abastecerem a região, também foram responsáveis por atrair diferentes povos, em momentos distintos, para esses territórios em busca de seus recursos ou de seu abrigo.

Situado à margem esquerda do rio Urucuia, Arinos elevou-se à categoria de município no dia 1º de março de 1963. Segundo Napoleão Valadares³⁹, escritor de vários livros e historiador da região,

com a construção de Brasília, começaram a aparecer sinais de progresso em vários pontos do interior brasileiro que, até então, vivia meio esquecido. A melhoria das estradas levou os fazendeiros a comprar jipes e outros carros. E tudo teve um impulso visível. Até mesmo a mão de obra passou por importante transformação, pois a construção da nova capital puxava trabalhadores de todo o país e, da nossa região era grande o número dos que partiam para o Planalto Central, a fim de se tornarem candangos. Levavam e traziam ensinamentos. Brasília inaugurada em 21 de abril de 1960, deu vida a um imenso território que a rodeia. E nele está contida a região do Urucuia (VALADARES, 2013, p.16).

A região noroeste ganha visibilidade com a construção da nova capital do Brasil, fundamentada na necessidade de povoamento e no abastecimento desse grande mercado que surgia. Assim, em decorrência das transformações que estavam por vir os Governos Federal e Estadual iniciaram o Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste de Minas Gerais⁴⁰ (PLANOROESTE) na tentativa de incorporar a área a um circuito de mercado.

³⁹ Napoleão Valadares é natural de Arinos (MG), formado em Direito pela Universidade de Brasília, e um grande autor da literatura e da história regional, são algumas de suas obras “Os personagens de Grande Sertão: Veredas” (1982), o romance “Urucuia” (1990), “História de Arinos”, entre outras.

⁴⁰ Criada em 1966, a Fundação Rural Mineira (Ruralminas) é uma entidade pública voltada para o desenvolvimento humano e estruturada para oferecer tecnologia e serviços de engenharia, motomecanização e gerenciamento de programas de melhoria geral da infra-estrutura e crescimento econômico do meio rural. A partir da década de 70, a Fundação teve participação ativa dos projetos de expansão de fronteiras agrícolas, especialmente do Cerrado

A partir de organismos atuantes na área, em 1966 o INCRA e o Governo de Minas Gerais firmaram um convênio para o desenvolvimento de atividades de colonização e reforma agrária. Mediante tal convênio caberia ao órgão implantar um Projeto de Colonização na região noroeste, e ao governo do estado instituir outros núcleos de colonização. Com ação do INCRA foram selecionadas quatro regiões para estudos⁴¹, a região número dois, que incluía os municípios de Arinos e São Romão, foi selecionada como maior potencialidade para o desenvolvimento do Projeto de Colonização. Vale ressaltar que na década de 1970 o município de São Romão se estendia até o território que hoje compreende o município de Riachinho⁴². Antes disso, conforme explica o Estatuto Social do Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão (CRESERTÃO),

a área referente ao distrito de Sagarana pertencia ao Senhor Martinho Joaquim Estrela. Com área de 35.200,00 ha de terras localizadas nas Fazendas Boi Preto ou Alegre e parte da Fazenda Logradouro, situadas nos municípios de Arinos e São Romão. Após a morte do Senhor Martinho, a viúva Juvença Augusta Estrela passou a Fazenda em pagamento de uma dívida ao Senhor João Gonçalves da Costa, esse vendeu a mesma para o Senhor Saint-Clair Valadares Júnior e seus filhos, estes venderam para Nadir Almeida Franco que foi desapropriado pela Lei Federal de 27/10/67 e foi criado o PIC-Sagarana (Projeto Integrado de Colonização de Sagarana), onde foi dividido em 208 lotes e feito o assentamento de 208 famílias com o objetivo de Colonização Agrícola de efeito social (ESTATUTO CRESERTÃO, 2011, p.7).

O PIC- Sagarana foi o primeiro projeto de assentamento realizado nos moldes ditados pelo governo militar, na região

mineiro. Como exemplo, o Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste - PLANOROESTE, experiência pioneira de planejamento regional integrado, que foi o primeiro a ser implantado. Disponível em <http://www.ruralminas.mg.gov.br/component/content/article/1/153-vice-governador-empossa-novo-presidente-da-ruralminas?format=pdf> acessado em 11 set.2014.

⁴¹Não foi possível identificar quais foram às outras áreas pesquisadas, visto que, o Projeto de Técnico não mencionava as regiões em estudo.

⁴² Ver mapa dois, seção 2.5.

supracitada, sob a coordenação do INCRA. Cabe dizer, que a reforma agrária desse período diferencia-se da reforma feita a partir da segunda metade da década de 1980, a qual se apoia nos movimentos dos trabalhadores sem terra (MST).

A desapropriação, segundo consta no Estatuto Social do Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão, ela foi feita com base na Lei Federal de 27/10/67, esta considerava a indicação das potencialidades das áreas. Na região de Arinos e São Romão, as Fazendas Boi Preto e Logradouro foram declaradas de interesse social para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18 letra “d” e 20, inciso VI, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, pelo decreto 61.607 de 24 de outubro de 1967. Em vista disso, os beneficiários foram os pequenos agricultores, agregados e/ou empregados dos proprietários de imóveis, bem como aqueles que, atraídos pelas notícias de desapropriação veiculadas, principalmente pelo rádio, vieram de outras regiões. A área desapropriada media aproximadamente 35.000 hectares e contatava com 15 propriedades⁴³. Nadir de Almeida Franco, em entrevista no dia 30 de abril de 2000, declarou a Marcos Spagnuolo Souza⁴⁴ que,

o INCRA desapropriou a fazenda Boi Preto em 1967 e pagou 20% do valor real. Eu fiquei sendo o procurador de todos os fazendeiros que tinha terra na fazenda Boi Preto. Eram uns quinze fazendeiros com propriedades dentro da fazenda. Na época, deu a maior briga com o INCRA, pois ficamos dois anos e meio sem receber e só recebemos porque eu tinha parentes que eram oficiais do Exército e me levaram para conversar com o General Carlos de Moraes, presidente do INCRA, lá no Rio de Janeiro. Estive seis vezes no Rio de

⁴³ Sendo seus proprietários, Nadir de Almeida Franco, Edmundo Moreira de Magalhães, Albino José de Rezende, Antônio José Rezende, Mário Flávio Estrêla Valadares, José Antônio Domingos, Joaquim Graciano de Souza, Antônio Messias da Silva, José Inácio Montijo, Maria Rodrigues da Silva e Carlos Pereira da Silva, João Carlos Pereira da Silva e João Miguel Arcanjo e parcialmente, as propriedades de Rosário da Mota Corrêa, Alberico Perrela e Marcelo Paschoalli Carlo Pirfo, Manoel Pereira Salgado e Osório Porfírio dos Santos.

⁴⁴ Professor e pesquisador da história regional.

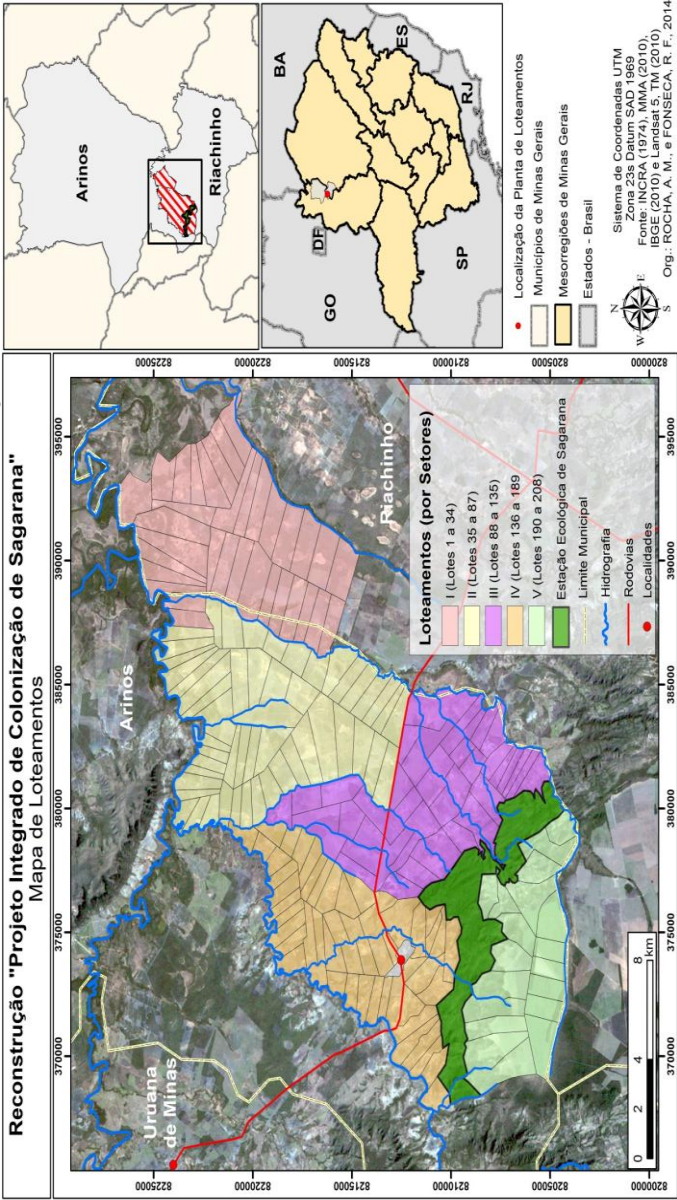
Janeiro para resolver a questão. Todo o problema foi que o procurador do INCRA, Dr. Peixoto, me pediu uma quantia muito elevada para ‘liberar’ o processo. Ele queria cinquenta mil cruzeiros e eu não queria dar a referida quantia, o que gerou a maior confusão (SOUZA, 2000, p.90-91).

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) foi autorizado a dar execução ao Decreto, após efetivar a desapropriação e indenização da área, promoveu as medidas necessárias, entre elas, pesquisas para o conhecimento dos ecossistemas solo, clima, flora, fauna, recursos minerais e hídricos. Após o reconhecimento, procedeu-se a “construção do solo” agrícola e de suas potenciais melhorias de produção, iniciando-se a implantação do Projeto Integrado de Colonização, denominado posteriormente, como já abordado, de “Sagarana”.

Com a atuação sistemática do recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em substituição ao IBRA⁴⁵, iniciou-se nos anos de 1971 a 1973 a implantação da infraestrutura física e administrativa do Projeto de Colonização Sagarana. Naquele momento, o território localizado na antiga sede da Fazenda Boi Preto foi demarcado e o plano físico foi desenhado, considerando 208 lotes rurais, a sede também foi dividida em 208 lotes urbanos, cada um com cerca de 400 m².

⁴⁵ Em 1972, foi extinto o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o IBRA, substituído pelo INCRA.

MAPA 2 – PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO SAGARANA



MAPA 2 - Projeto Integrado de Colonização Sagarana. Org: ROCHA, A. M. e FONSECA, R.F. 2014. Fonte : INCRA (1974), MMA (2010), IBGE (2010)

No mapa 2, reelaborado a partir do original que consta do Projeto Técnico de 1974, proposto pelo INCRA, verificamos o esquema de organização territorial, o qual agrupava em cinco setores os 208 lotes rurais, e ainda a sede nomeada no mapa como localidade. É possível perceber também a riqueza hidrográfica da região, bem com a estação ecológica de Sagarana que, atravessa a parte sul do atual distrito.

Após o esquema de organização territorial, em 1972, foi elaborado um diagnóstico da região e a identificação de seus moradores, e também a análise dos recursos e potencialidades naturais em parceria com a Fundação João Pinheiro⁴⁶. A respeito dos assentamentos, Virgílio destaca:

quando eu mudei para a região, mais ou menos em 1981, isso estava acontecendo, os assentamentos, alguns do INCRA outros do Banco da Terra. Mas, ‘Sagarana’, foi o segundo assentamento de Minas Gerais. ‘Sagarana’ iniciou seu processo de ocupação em 1973, mas foi o único, não se falava muito de reforma agrária, ainda (MARTINS JÚNIOR, Virgílio. 05 de ago. 2014).

Sobre isso, Ribeiro (2006) esclarece que o “primeiro projeto”, foi na verdade, uma experiência pioneira de colonização desencadeada na década de 1950 durante o governo de Getúlio Vargas. As terras da *Brazil Land Cattle and Paking Company*, foram desapropriadas com base em medidas nacionalistas, e assim a *Brazil Land* se transformou em Brasilândia de Minas. Sobre esse modelo de colonização, ponderamos que ele se difere daqueles estabelecidos posteriormente. Em 05 de junho de 1973, mediante a portaria nº 863, foi aprovada a autorização de execução do Projeto que tinha como objetivo promover o desenvolvimento agropecuário da região noroeste em colaboração com o PLANOROESTE.

⁴⁶ Entidade do governo de Minas Gerais de apoio técnico à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e demais sistemas operacionais do Estado. Atua nas áreas de ensino de graduação, especialização e mestrado em Administração Pública, avaliação de políticas públicas e na produção de indicadores estatísticos, econômico-financeiros, demográficos e sociais. Presta serviços técnicos mediante contratos e convênios, atendendo prioritariamente a demandas do governo de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/institucional> acessado em 11 de set. 2014.

Para a administração e execução do Projeto designou-se uma equipe técnica, cujos membros eram o engenheiro agrônomo Cícero Nogueira Fontenelle, Eliane Maria de Carvalho, Ângelo José Gueci, entre outros que vieram posteriormente, os quais não foram identificados. A equipe foi inúmeras vezes citada pelos moradores, os relatos revelam uma clara relação afetiva desses, com a comunidade. Conforme percebemos na fala de Valdir Pereira Cardoso (2014), conhecido como Valdo, “caso acontecesse qualquer problema com a família, tinha a Dona Eliane, era uma espécie de conselheira dos moradores, ela chamava, conversava e ajeitava tudo”.

Assim, após o período de implantação, os assentados deram início a uma trajetória de reconstituição de suas vidas. A partir de um lote, em terras desconhecidas, sem sentido e significação, até então, principia-se, o estabelecimento de um processo afetivo com o lugar. Do momento de chegada à terra conquistada, segue-se uma dinâmica da apreensão, planejamento e aprendizado do espaço vivido. Novos sentimentos foram despertados, o de apropriação é um deles, a necessidade de enraizamento dá início a um novo modo de vida para aqueles que chegam e para aqueles que já estavam ali, num esforço conjunto de (re) criar uma identidade em um espaço que agora é seu, eles se unem.

2.4.2 QUEM SÃO OS CHEGANTES? TEMPO DE ENCONTROS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

O processo de territorialização e a origem do Projeto Integrado de Colonização Sagarana estão vinculados a estratégias expansionistas de fronteiras e do capital. Ao analisar os sete objetivos gerais propostos para o Projeto, verificamos que cinco deles apontavam para metas relacionadas a aspectos econômicos. Evidenciando, desse modo, que o assentamento de responsabilidade do Governo Federal e Estadual propunha,

contribuir para o povoamento da Região Noroeste do Estado de Minas Gerais; permitir o acesso à terra a uma população de tradição agrícola, marginalizada pela estrutura fundiária; alcançar níveis tecnológicos preconizados pelo governo; criar novas oportunidades ocupacionais para a população; transformar a economia de subsistência da área em economia de mercado; contribuir, no abastecimento dos mercados

vizinhos inclusive Brasília e Belo Horizonte, com produtos agropecuários; criar um polo de desenvolvimento micro regional (INCRA-PROJETO TÉCNICO, 1974, p.6).

Sobre a origem das pessoas que compunham os assentamentos, Martins (2003) explica que,

a diversidade de origens sociais dos assentados sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregaram em consequência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura (...). Essa característica diversificada (...) pode ser um dos fatores de referência do modo como vive a sua experiência. E referência, também, das tensões e conflitos nos assentamentos, dos problemas de abandono da terra e repasse dos lotes e de outras formas de desorganização social (MARTINS, 2003, p.34).

Com base nas citações, acima, percebemos a prioridade dos aspectos econômicos produtivista. Por outro lado, as questões referentes à justiça e igualdade de oportunidades sociais não aparecem evidenciadas e, portanto, foram relegadas a segundo plano. Emerge assim, a constatação sobre a origem e intenção do Projeto de Colonização, sendo planejar, gerir e controlar o uso da terra, segundo uma ótica de interesses do mercado. Ademais, ao observarmos as considerações de Martins, vemos que a relação do público agricultor “beneficiado” pelos projetos de assentamento, serão mais tarde, também, excluídos do processo econômico produtivista, ao passo que não são fornecidos subsídios para sua permanência na terra. Tal constatação se deve ao fato da impossibilidade de que a agricultura familiar possa concorrer em igual medida com o agronegócio, o qual se firmou como prioridade na região. Esse contexto, com seus desdobramentos faz emergir as tensões político-sociais no campo, bastante explícitas na região noroeste de Minas Gerais. Ainda sobre os assentamentos, Virgílio Martins Júnior, morador da Comunidade Sagarana, que como dissemos na seção anterior, não vivenciou o início do processo de assentamento, visto que chegou posteriormente à região, compreende que,

os assentamentos que foram planejados pelo INCRA, a maior parte deles estão aí desassistidos, sem esses projetos terem sido concluídos, sem água, aqui, por exemplo, no Vale do Urucuia... Os assentamentos tão passando agruras... Totalmente desassistidos. O governo, eu costumo dizer, ‘o governo varrendo o lixo para debaixo do tapete’. As cidades foram inchando, a medida que as carvoarias foram acabando ... o povo que tinha mudado das roças para as carvoarias, para onde é que ia? Para as periferias da cidade. Foram inchando as cidades, né? O que aconteceu? O governo percebeu que tinha que tirar esse povo dali...o governo pegou esse ‘lixo humano’ e foi varrendo para debaixo do tapete. O tapete o que era? As regiões desocupadas com esse vazio demográfico. Pessoas que não tinham tanto, aí essas pessoas foram trazidas de volta pra terra (MARTINS JÚNIOR, Virgílio, 05 de ago. 2014).

Sob a responsabilidade do INCRA, a implementação e execução dos projetos de colonização, em especial os Projetos Integrados de Colonização (PIC), se destinavam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem terra. Este critério baseava-se em princípios do Estatuto da Terra, e dava preferência àqueles que possuíam maior número de integrantes na base familiar, necessários para o trabalho. Segundo o Projeto oficial, a área do PIC Sagarana estava ocupada desordenadamente por 108 agricultores, arrendatários, assalariados e pequenos proprietários. Estes começaram a ser identificados e classificados em janeiro de 1972.

O Projeto previa que dentre os colonos a serem assentados, 50% deveriam ser antigos moradores da área desapropriada, sendo que esses teriam preferência na escolha dos terrenos. Os 50% restantes seriam selecionados entre os moradores da região, de acordo com a classificação realizada através de questionário aplicado previamente.

Efetivamente, essa porcentagem não se cumpriu, visto que somente 40% dos nativos preencheram os requisitos para receberem o lote. Assim sendo, O PIC Sagarana foi constituído por dois grupos distintos, os “urucuianos”, as famílias nativas; e os “chegantes”, os forasteiros, *outsiders*⁴⁷. Em relação à distribuição dos lotes, apenas 85

⁴⁷ Ver Norbert Elias “Os estabelecidos e os *Outsiders*”.

unidades familiares já residentes na área foram escolhidas para receber a terra. Os outros 123 lotes foram distribuídos às famílias “chegantes”⁴⁸, pessoas oriundas de outras regiões, como Presidente Olegário, Patos de Minas, Lagoa Grande, Felixlândia, João Pinheiro, Abaeté, Tiros, Bonfinópolis, Dom Bosco, Natalândia, entre de outras.

Constatamos, a partir das memórias de Militão Gomes Martins, Alvarinda Francisca de Jesus, Edmundo Gonçalves de Lima, Maria Domingues Pereira e Argemiro Graciano de Jesus, e de outros moradores que presenciaram o início do Projeto, o modo como o INCRA detectava e selecionava os beneficiários. Para conseguirem o lote, esses eram submetidos a alguns critérios estabelecidos pelas normas⁴⁹ do INCRA. Aqueles que não atendiam aos requisitos não eram contemplados. Como mencionamos as famílias nativas tiveram preferência na escolha dos terrenos, assim como relata Sr. Militão:

a gente já trabalhava na Fazenda Boi Preto, era de Saint’Clairzinho Valadares, o patrão nosso mesmo era Afrânio Valadares. Nós não tinha terra, nós são possuidor de terra nessa época aí [pausa] de 74 prá cá, naquele tempo só trabalhava mesmo na fazenda. Aí quando saiu o lote prá gente, a gente tirou pegou a terra. Primeira terra que possuí foi essa, sempre trabalhei na terra. Fiz a inscrição né? Com os doutores, só que a gente tinha aquele direito de entrar na frente dos outros, porque nós era natural do lugar, sempre os natural foram os primeiros assentados, depois de nós assentados nas terras é que veio os particulares (MONTEIRO, Militão Gomes, 01 de ago. de 2014).

Alvarinda Francisca, filha de colonos, conta que o senhor Francisco Messias, com quem mais tarde se casou, “queria o lote, mas não conseguiu”, pois ainda era solteiro. Mesmo diante da negativa, ele permaneceu na localidade trabalhando (JESUS, Alvarinda Francisca de, 02 de ago. de 2014). Somente após se casarem, é que conseguiram comprar um pequeno lote urbano, na sede do assentamento. Na época,

⁴⁸ “**Chegantes**”, forma coloquial utilizada pelos moradores da comunidade para denominar àqueles que não eram da região.

⁴⁹ Normas constantes no Projeto Técnico de Colonização, 1974. Ministério da Agricultura/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

os lotes estavam sendo negociados e comercializados pelos colonos que desistiram de permanecer na terra, prática recorrente entre eles.

Cada um dos chegantes, como Edmundo Gonçalves de Lima, entrevistado em 14 de dezembro de 2013, que veio de Felixlândia, de carona, em 1974, com nove filhos, carregava o sonho de possuir a sua terra. Edmundo sempre trabalhou como agregado e recebeu o lote nº 46, ele nos relatou que chegou a passar fome juntamente com sua família, tudo o que plantaram foi perdido. Muitos colonos, diante das dificuldades, abandonaram as terras sem comunicar a situação ao INCRA, contudo, seu Edmundo destaca: “não, eu não desisti não, muitos aqui foi embora, não quis mais saber, eu não, eu fiquei aqui” (LIMA, Edmundo Gonçalves, 14 de dez. de 2013). Sobre a seleção dos assentados, é uníssono, entre os entrevistados, critérios que privilegiavam algumas famílias, com base, por exemplo, no número de filhos e na condição de já viverem na área. Sra. Alvarinda narra a situação

Meu pai ganhou a terra pelo número de filhos que ele tinha né? Ele foi o nº 7, se fosse mais homens ele tinha ganhado primeiro, mais ele tinha mais [filhas] mulher, apesar de que, nós trabalhava mais que os homens. Ele [O pai] era empregado, trabalhava na meia ou de arrendo. A prioridade [da terra] era pro povo daqui, quem tava dentro da área (JESUS, Alvarinda Francisca de, 02 de ago. de 2014).

Nessa fala, percebermos o despontar das relações de gênero, de forma incipiente, contudo, um prenúncio das mudanças vindouras. Ou seja, o papel desempenhado pela mulher no espaço rural ganha força, camponesas, tecelãs e fiandeiras são figuras de destaque, não somente na Comunidade de Sagarana, como também em outras cidades da região do noroeste de Minas Gerais. Dentre as senhoras da Comunidade, algumas são destacadas ao longo do nosso trabalho, como Gercina, Conceição, Nair, Alvarinda, essas propiciaram estabelecer um eixo para pensar a divisão social e de gênero em atividades familiares. Neste estudo, porém, nos centraremos na riqueza cultural dos ofícios empreendidos pelas mulheres da comunidade, a qual será analisada no terceiro capítulo.

Também destacamos nas entrevistas a representação que os entrevistados têm do espaço conquistado. Essa representação evidencia o sentimento de mudança da situação anterior, aos benefícios da nova

condição, é o sentimento de (re) construção de um modo de vida que estava sendo deteriorado.

A gente morava na fazendinha de meu pai, era só 6 alqueires e era de dois irmãos,então, nós trabalhava lá né? Como diz, onde dava o pão de cada dia pra nós, era essa terrinha deles lá. Aí então, quando eu casei continuei morando lá uns tempo, aí quando surgiu esse loteamento nós viemos pra cá. Eu já era casada tinha dois filhos. Meu marido sempre queria uma terra pra ele mesmo (...) a gente não podia criar nem uma vaca de leite (...) não dava pra gente produzir nada, meu marido tocava roça fora, era de meeiro, aí nós ficou sabendo... Zé Roxo falou que tava loteando, aí ele falou: se ocê quiser ir lá e olhar pra ver se ocê tira um lote. Era isso que a gente queria, naquela época a gente tinha força, tinha saúde, a gente movimentou muito aqui (PEREIRA, Maria Domingues,04 de ago.de 2014).

Nas falas de alguns dos nossos entrevistados percebemos a forte ligação que esses têm com a terra, possuí-la era um desejo comum. Isso, para eles, simbolizava a sobrevivência e a possibilidade de uma vida melhor, como destaca o Sr. Argemiro:

A gente morava numas veredas difícil de acesso, não existia estrada, lá pros lado de São Romão e São Francisco. Eu e meu irmão andava bastante pela região, trabalhando com gente de fora que comprava gado na região. E a gente foi conhecendo que o projeto aqui do INCRA tava bom, muita gente, um movimento bom. O INCRA tinha carro, escola, tinha tudo e lá onde nós morava não existia. Aí nós começou a falar com meu pai, vamos mudar pro INCRA [ele se refere as terras do Projeto] naquele tempo falava o IBRA. Lá no IBRA os meninos vai estudar. Aí meu pai veio, procurou os doutores Dona Eliane e Seu Cícero. Assim ele fez, o lote era lá na Serra,na chapada (JESUS, Argemiro Graciano de, 05 de ago. de 2014).

Como dissemos, a grande maioria dos assentados era de origem rural, do próprio município ou de municípios vizinhos ao

assentamento, em geral, possuíam experiência em algum tipo atividade agrícola. A média de idade dos colonos variava entre 30 a 35 anos, e o núcleo familiar era composto de mulher e filhos. Muitos trabalhadores com idade avançada não foram contemplados com o lote e foi preciso morar com os filhos casados, tal qual relata Militão Gomes “meu pai já não tinha mais idade [pausa] a idade dele já não era mais suficiente pra pegar a terra, aí a gente pegou e ele ficou morando com a gente” (MONTEIRO, Militão Gomes, 01 de ago. de 2014).

Trabalhadores que enfrentavam situações diversas de sujeição, no meio rural ou urbano, quando souberam do loteamento se deslocaram para a região. “A notícia correu, veio gente de todo lado, uns vieram tiraram a área, fizeram os barraquinhos de plástico ou de palha” (MONTEIRO, Militão Gomes, 01 de ago. de 2014). Senhor Militão destaca que os interessados aguardaram a resposta da classificação no município de Uruana de Minas, cidade vizinha ao PIC Sagarana, onde o comércio era mais desenvolvido.

Em vista das considerações que tecemos até agora, acreditamos que o PIC Sagarana projetava-se como uma realidade diversa daquela que os urucuianos e os chegantes vivenciaram historicamente. Por isso, era necessário dar um novo sentido às novas atividades produtivas, além de desenvolver novas atitudes, readequar as práticas e as relações com a natureza. Outra necessidade era efetivar laços de pertencimento com o território e com as outras famílias assentadas, aspecto essencial para o êxito da Comunidade. O objetivo era, portanto, produzir um novo sentido para o território, bem como para as relações sociais, de poder e de identidade coletiva. A respeito dos desdobramentos e transformações advindas do processo de reforma agrária, Martins (2003) discorre que,

as populações envolvidas na reforma e por ela beneficiadas a ela chegam parcialmente ressocializadas para a experiência da reforma, ou predispostas para a ressocialização. Isto é, reeducadas para formas modernas não só do uso da terra e de organização da respectiva economia familiar, mas motivadas para a afirmação ou renovação de valores sociais relativos à organização da família, à organização da vida comunitária e a afirmação de uma identidade com base na tradição do trabalho familiar. Há aí uma reavivamento, renovação e modernização dos valores tradicionais relativos à vida comunitária e

de seus 'dividendos' na reorganização da economia familiar (MARTINS, 2003, p.44).

Nesse ponto, encontramos uma questão fundamental de divergência entre os assentamentos nos moldes atuais da reforma agrária e do Projeto de Colonização. A experiência dos movimentos sociais engendra nas populações envolvidas uma visão de mundo e de experiência mais ampliada e participativa. Em contrapartida, os Projetos de Colonização alijaram os envolvidos dessa socialização e, portanto, não proporcionaram aos participantes a experiência de organização e participação política tal qual ocorreu naqueles movimentos. O resultado disso relaciona-se às diversas dificuldades no desenvolvimento político, econômico e social do grupo.

Entendemos que a conquista do território é alicerçado em experiências práticas e de conhecimentos globais, que findam num conjunto de saberes sociais, que poderíamos inferir serem diferenciados conforme a trajetória de vida do sujeito. Thompson discorre sobre o conceito de experiência, afirmando que para tal análise é necessário entender os sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais,

a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (...), parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social (...), fé religiosa (...), maneiras, tudo o que, em sua totalidade, compreende a genética de todo o processo histórico (...). Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito de pensamentos e de seus procedimentos, ou (como supõe alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura nas normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

Na passagem acima, as considerações de Thompson no auxiliam na reflexão de que a experiência não é simplesmente uma atividade prática do cotidiano, mas um conjunto de conhecimentos que pressupõem relações sociais e sentimentos, que operam no âmbito do

mundo da vida⁵⁰ e que são cruciais na (re) elaboração de estratégias para a sobrevivência na terra. A bagagem de conhecimento, adquirida ao longo da vida, possibilitará delinear estratégias de subsistência para uma nova realidade. Sendo o mundo da vida, nesse sentido, a materialização de estratégias de ação, na busca por elementos que balizem a situação vivida e possibilitem o entendimento sobre quais as propostas e objetivos dos sujeitos que, ao se identificarem como grupo organizado, tornam-se elaboradores de táticas de coletivização no território adquirido.

A partir desse entendimento, interpelamos: como esses saberes foram organizados no interior da Comunidade Sagarana? Visto que essa teve seu processo fomentador elaborado e executado durante o período de repressão militar no Brasil. Período em que a participação direta na luta pelos interessados na terra era tratada como subversiva. Esses, não experimentaram as vivências de mobilizações, negociações políticas, sentimentos de derrota ou de conquista, possibilitados somente após a organização da luta através das ações, por exemplo do MST, concebido como espaços que permitem conversas e aprimoramento das opiniões, enfim, uma imensidão de experiências não vividas.

Nesse contexto, observamos que, por se tratar de um Projeto de Colonização do período militar no Brasil, a origem do assentamento Sagarana não esteve diretamente vinculado às lutas dos trabalhadores rurais, mas a um processo atenuante na tentativa de silenciamento de um quadro de exclusão e desigualdades. Não se tratou de uma conquista com bases em processo de aglutinação a um determinado movimento, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), criado posteriormente. Os sujeitos aqui analisados, não se apresentavam como portadores de uma universalidade, definida a partir de uma organização determinada como centro, no entanto, a falta dessa, não invalida a trajetória desse povo carregada de lutas e saberes construídos em outros tempos da vida, bagagem necessária nessa nova etapa marcada pelo sujeito coletivo, por novas experiências e consciência dos seus

⁵⁰ O conceito “**mundo da vida**”, foi bastante desenvolvido por Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão, e se refere às reproduções das relações sociais, crenças, critérios de valores. Ver HABERMAS, J. Teoría da Acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social. 3. ed. Madri: Taurus, 2001.

interesses e vontades. Todavia, é no interior do território conquistado que os assentados dessa comunidade constroem conhecimentos que possibilitam um novo olhar sobre sua realidade, ora aprimorando a ideia de coletividade, ora lutando para a permanência de costumes e tradições, ideias que serão apontadas no terceiro capítulo desta pesquisa.

Apesar da aquisição da terra ter sido dirigida nos moldes do Estado, sem a vivência das ocupações e dos acampamentos, acentuadas nas décadas de 1980 e 1990 no noroeste de Minas, a conquista da terra para esse povo na década de 1970, resultou na constituição de um novo espaço que permitiu aos sujeitos não só a ruptura, mas as (re) elaborações de saberes, sobreviver com dignidade, a não dispersão familiar e a esperança de assegurar um futuro aos filhos, redefinindo sua condição cidadã. Bem como seu papel na formação de uma identidade coletiva. Martins corrobora,

o modo com se dá esse acesso [a terra] tem implicações profundas nessa experiência de vida. Os que foram beneficiados pelos assentamentos decorrentes de ocupação de terras desapropriadas pelo governo, dos que tiveram acesso à terra a partir de sua própria competência para adquiri-la com meios oferecidos por programas de financiamento de sua aquisição, dos que se beneficiaram por ações de regularização fundiária (...) permite conhecer o elenco das adversidades dessa experiência (...) e permite conhecer a criatividade dos beneficiários da reforma agrária, as técnicas sociais que desenvolvem e mobilizam para enfrentar as adversidades, sua competência criativa na construção das relações sociais possíveis e necessárias em face de sua opção por um reinserção social digna e ativa, cidadã (MARTINS, 2003, p.46-47).

As circunstâncias que uniram esses assentados, num coletivo, referem-se à exclusão social, expropriação, desemprego, pequenos proprietários e seus filhos, sem, no entanto, pertencerem a uma forma organizacional participativa com uma trajetória de luta nos moldes dos atuais assentamentos da reforma agrária. Nesse sentido, Bergamasco e Norder (1996) afirmam que “(...) no Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da

população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo (...)” (p.9).

O território, então, começa a ser concebido no espaço, como apontou Raffestin (1993) primeiro elegendo seus beneficiários, depois com a ingerência técnica do INCRA “fragmentando” o território em área total, loteamento, reservas ambientais, núcleos urbanos de apoio ao projeto, e áreas comunitárias. Ou seja, dividindo o território de maneira disciplinada, impondo limites, criando redes e formas de uso. Uma territorialização “dirigida”, segundo o Projeto Técnico (1974), a organização territorial, o estabelecimento e a ocupação planejada da área, era uma forma de evitar distorções comuns às ocupações “espontâneas”.

Quando a área foi efetivada como projeto e suas parcelas distribuídas, as famílias se perceberam com um grande desafio pela frente, de um lado a desconstrução de práticas territoriais de representações de origem, ou seja, deixam de ser meros coadjuvantes no processo produtivo, empregados; e por outro, passam ao protagonismo ativo, são donos da terra. Personagem central na emergência de uma (re)territorialização, responsáveis por promover novos significados para a apropriação, não excluindo necessariamente as experiências anteriores, ao contrário, se veem agora com a missão de (re) apropriar e (re) significar seu território. Em grupos de 10 agricultores por vez, realizava-se a escolha das parcelas (lotes), e providenciava-se sua instalação, essa se fez inicialmente de forma muito precária. É possível perceber que, as dificuldades enfrentadas inicialmente se referem às moradias improvisadas, como nos relatou Alvarinda e Gercina,

(...) foi difícil demais no início... no início nós fiz um barraquinho de palha beirando o chão pra nós dormir e aí cozinha no tempo [do lado de fora], aí foi construindo a casa de pau a pique, ia e rebocava e punha palha. Depois de quatro anos é que o INCRA fez uma casa (JESUS, Alvarinda Francisca de, 02 de ago. de 2014).

Assim, logo após a entrada na fazenda Boi Preto, os assentados buscaram se organizar de forma a edificar um lugar onde pudessem ter o mínimo de condições de sobrevivência.

A gente tinha dificuldade de tudo, estrada, transporte, comida, armazém. Aqui era o subúrbio do mundo, a gente morou primeiro numa casa de couro de Catitu, um bicho (espécie de porco do

mato), foi uns seis meses morando na casa de couro. Deu uma chuva... não tinha remédio, eu tinha uns 27 prá 30 anos. A cama era de vara... era um tempo difícil, os assentamentos de hoje é mamata (OLIVEIRA, Gercina Maria de, 14 de ago. de 2013).

A moradia e sua instituição eram, pois, o primeiro desafio a ser superado. Espécie de referencial sagrado de aspirações, por se destinar a manutenção e reprodução familiar se converte em ordenadora e referencial nos laços da família com a terra. Daí, quando se rememora as dificuldades enfrentadas, a primeira a ser apresentada é a moradia, essa causa um enternecimento mais acentuado, do que todas as demais dificuldades enfrentadas. Nas falas de dona Gercina e de dona Alvarinda está, também, presente a fala de Maria Domingues Pereira “(...) meu marido veio fez um quartinho ali embaixo [aponta a direção] nós moramos numa casinha pica-pau (...) depois é que o INCRA fez essa meia água prá nós” (PEREIRA, Maria Domingues, 04 de ago. de 2014).

Essa situação foi um marco referencial na constituição do assentamento, diferente dos acampamentos atuais, e de todo o ritual que hoje antecede à conquista da terra, conforme diferenciação feita no primeiro capítulo deste trabalho, o que aproximou e fez desse povo a “Comunidade Sagarana”, foram as dificuldades iniciais, vínculo comum a todos, que proporcionou a união e ajuda mútua, “essa é nossa terra, agora a gente tem que se ajudar” (PEREIRA, Maria Domingues, 04 de ago. 2014). Os laços de pertencimento começam a florescer e uma espécie de identificação comum passa a moldar, a partir das relações sociais estabelecidas, uma nova realidade, iniciada com precariedade e sofrimento, no entanto, a resistência a essas adversidades, contribuiu para definir a trajetória dessa Comunidade.

Após a escolha do lote, o agricultor tinha o prazo de um ano para fixar sua residência. Da antiga morada, se fosse antigo residente, só lhe caberia colher o que plantou e levar os seus bens pessoais. As famílias não possuíam capital próprio para custeio ou mesmo para investimento, apenas possuíam algumas ferramentas como foices, machados, enxadas, serrotes e utensílios domésticos, não possuíam animais de tração. Para alguns foi fornecido uma carroça e um animal para facilitar a locomoção.

A instalação fora “facilitada” pelo INCRA através do Programa Habitação Rural, que previa o financiamento da construção

de moradias para os agricultores. No entanto, como nos relatou Alvarinda, isso só aconteceu quatro anos depois que seu pai recebeu a parcela, outros divergem em relação ao tempo e acrescentam que o mutirão foi a forma usada para esse empreendimento de construção. A partir da implantação e na fase inicial da constituição do Projeto de Colonização Sagarana, O INCRA, responsável por oferecer uma infraestrutura, condição teoricamente mínima e básica, necessária para a execução do Projeto, dá início a construção de estradas, edificações onde funcionariam escolas, posto de saúde, armazém, posto de gasolina, cooperativa, moradias para os funcionários, serraria, caixa d'água entre outras. Grande parte dessa estrutura permanece e ainda hoje são utilizadas, mesmo que para outros fins, como recorda Virgílio,

onde a gente tá era uma cooperativa, 'COPAS', isso vivia abarrotado de produtos. Aqui ao lado, tá aí, as marcas dos reservatórios, onde tinha os tanques de um posto de gasolina. Aquele barracão grande lá era uma cooperativa a 'COAGRISA', tá lá dentro apodrecendo uma máquina de limpar arroz, que nova deve valer quase um milhão. Aquela construção menor do lado era uma cozinha comunitária. Estrutura da época do assentamento, o barracão das fiandeiras, uma marcenaria completa, tá aqui as máquinas dela (Martins JUNIOR, Virgílio, 05 de ago. 2014).

Nesse contexto, O INCRA se personifica e desempenha papel de mentor, articulador e interventor, gerindo impasses, desgastes que surgiram no decorrer da implantação do Projeto. No entanto, para muitos, o INCRA intimidava, impunha suas regras e metas, estas muitas vezes se chocavam com os interesses dos agricultores, uma relação de desconfiança que gerou afrontas e provocou mágoas, ainda perceptíveis em alguns relatos, “(...) o INCRA vinha... cês tem que trabaia na terra, se não trabaiaasse tomava a terra” (LEITE, Conceição Lourença, 15 de dez. 2013). Argemiro Graciano de Jesus diz que,

teve uma exploração muito grande aqui (...) os técnicos obrigava os colonos a fazer financiamento, que muitos não precisavam e nem tinham conhecimento, os técnicos traziam o cheque da caixa em branco, o colono assinava e só chegava a dívida. Chegou dívida alta aqui, meu pai mesmo entrou nessa. Um técnico veio com uma semente podre, eu recusei a plantar, a diretoria do INCRA queria me expulsar da área,

eu disse que eu ia , mas ia levar a semente no Ministério da Agricultura ou do Trabalho, eles abaixaram, todo mundo quietou (...) Os técnicos judiaram com os colonos...tiravam madeira...ninguém falava nada... (JESUS, Argemiro Graciano de, 05 de ago. 2014).

No excerto acima identificamos outra dificuldade enfrentada, a conexão entre técnicos e assentados (colonos), conflitos internos geraram insegurança, receio, medo. Ao serem questionados sobre o papel do INCRA nos assentamentos, os entrevistados demonstraram certo descrédito e relação ao órgão, confirmando a fragilidade da política de assentamento no que diz respeito ao papel do regulador da reforma agrária e ainda apontam seus possíveis erros, esses relacionados principalmente ao sistema de crédito e sua transparência. Verificamos que o agente de intervenção, neste caso o INCRA, não se preocupou em promover um diálogo entre técnicos e destinatários da reforma.

Os técnicos, sabe, era prá ajudar a gente com o manejo da terra, mas, eles não tinham conhecimento (...) quando as sementes chegavam o tempo de plantar já tinha passado. Os técnicos queriam que a gente arrancasse as plantações para usar o adubo e as sementes que foram financiadas (MONTEIRO, Militão Gomes, 01 de ago. 2014).

A questão da assistência técnica foi um dos problemas mais evidenciados durante as entrevistas, conforme afirmou um dos assentados, ora porque o técnico não compartilhava das ideias da comunidade, ora porque possuía pouco conhecimento sobre o rural. O compromisso dos colonos era produzir, no entanto, o que aprenderam se resumia a observações das ações práticas e tradições do fazer do meio rural. O conhecimento era aquele passado e repassado de pai para filho. Os assentados esperavam mais dos técnicos do INCRA, entretanto, esses não demonstravam experiência em lidar com o cerrado. A função dos técnicos, ao que parece, se restringia ao controle burocrático e à fiscalização das ações dos parceiros.

Eu conheço gente aqui que quando teve o projeto do INCRA eles ficaram foi com medo, retirou daqui e largou de medo. Eles tinham um medo, naquele tempo falava de um tal de 'comunismo, né? E falava que esse povo vinha era pra mode pô

eles pra trabaiá pra eles. E vinha uma conversa que caiu no nosso ouvido, que o IBRA, até o gado que a gente tivesse eles tinham uma marca especial que marcava, que o governo ia tomar, né? (JESUS, Argemiro Graciano de, 05 de ago. 2014).

Conferimos na fala de Argemiro o desconhecimento sobre as reais intenções do órgão responsável pelo projeto, evidenciando ainda o imaginário social e os medos sobre o princípio comunista. Presente fortemente no contexto social e político da sociedade brasileira na década de implantação do assentamento, tal princípio era disseminando, também, pelo interior acentuado de um consenso negativo, que o tornava inviabilizador de práticas sociais condizentes aos problemas emergentes do Brasil.

Em relação à produtividade, outra face do processo de distribuição dos lotes se evidenciou, esses tinham em média de 57,33 a 283,16 hectares. A diferenciação de tamanho explica-se pelo fato de que algumas áreas apresentavam solos com baixa produtividade, sem condições ideais de cultivo e com acesso limitado à água, sendo necessário permitir a cada parcela um potencial de produção semelhante. De acordo com o Projeto Técnico do Assentamento (1974), após essa divisão diferenciada, optou-se pela criação de Empresas Agrícolas Familiares individuais, nas quais os tamanhos dos lotes possibilitassem:

produzir uma renda bruta suficiente para que o proprietário possa cumprir com suas obrigações creditícias, arcar com os gastos do ano agrícola (...); deverá utilizar toda a força de trabalho da família (...); deverá ser além de uma fonte de subsistência para a família, uma empresa de produção para o mercado (INCRA-PROJETO TÉCNICO, 1974, p. 41).

Não resta dúvida que, aqueles que receberam lotes maiores, porém, menos produtivos, tiveram grandes dificuldades para cumprir as metas e arcar com o pagamento da terra. As categorias de acesso foram desiguais, os recursos limitados e sobreviver foi difícil, considerando a responsabilidade do parceleiro em relação ao grupo familiar e à sua manutenção, as dificuldades de produção representaram outro desafio.

Foi difícil prá todo mundo pagar o lote, principalmente igual nós, que tinha muita gente, que não tinha condição, que tinha que pagar era com o suor mesmo...é trabalhando muito na roça prá pagar... meu tio mesmo, não deu conta de pagar a dívida do lote. Muita gente foi embora porque não deu conta de pagar, o que fazia era quase a conta de comer, não sobrava dinheiro para quitar as dividas, não era todo mundo que tinha uma terra boa. O cerrado não tinha valor e quem recebeu cerrado, produzia pouco. (JESUS, Alvarinda Francisca de, 02 de ago. de 2014).

As citações acima deixam claro o distanciamento entre a proposta e a prática. Ao se delinear o projeto, elencaram alguns aspectos prioritários de capacidade de uso da terra, determinou-se o “volume dos negócios” e os deveres, no entanto, não se previu as dificuldades de manejo, os impactos no cotidiano do trabalhador e como ele reagiria a essas adversidades. “O trem tá feio (...) nós tem que confiscar a vida (...) ele esquentou a cabeça [aponta para o marido], ele veio no saco de aldrin [veneno] a valência é que Deus me deu muita calma. As coisas que nós passou, fome, falar a gente emociona (...) o juro era bravo” (LEITE, Conceição Lourença, 02 de ago. 2014). O depoimento emocionado de Conceição corrobora com o de Alvarinda no que se refere às dificuldades, entretanto, ela apresenta uma face mais radical ao revelar a tentativa de “suicídio” do marido como solução, por ele encontrada, frente a seus limites.

É sabido que o projeto original previa uma série de princípios e normas que norteariam o controle e a fiscalização dos atos praticados por aqueles encarregados pela administração do Projeto, porém, em um contexto de repressão, questionamentos foram sufocados e prevaleceu o medo. Curiosamente pode ser que, equívocos tenham sido cometidos e influenciado, quem sabe, a eficácia do Projeto. Isso nos induz a pensar: se o fracasso de muitos assentados não teria sido a ineficiência na implantação, ao não observarem e não ouvirem as reais necessidades dos colonos? Todavia, essas são portanto, considerações sem respostas oficiais, sabemos que os impasses prevaleceram nas concepções e nas memórias daqueles que vivenciaram.

A operacionalização do PIC engendrou mudanças nos espaços, nas relações humanas e com a natureza. Para tanto, na sede da antiga Fazenda Boi Preto, após a desapropriação, o INCRA elaborou um mapa de organização territorial dividindo a área em 208 parcelas

que foram subdivididas em 22 Unidades Agrárias de Trabalho e Produção (UATP's), consideradas células básicas do processo de colonização, porém para os moradores era uma espécie de “mutirão”.

Agrupadas em cinco setores de serviços, as UATP's, concebidas no Projeto Técnico do INCRA, intencionavam uma melhor administração do plano físico da área para superar as atitudes individualistas e potencializar a participação cooperativa e coletiva de produção, contudo, na prática, não funcionou. Essa movimentação esbarrou na dificuldade de atender as demandas individuais, por não conseguir desenvolver uma frente de ação eficaz que atendesse a todos em tempo hábil. Com o objetivo de fomentar ações coletivas, nas quais os moradores, em prol da preparação da terra para o plantio, se uniam em uma espécie de rodízio que antecedia o período da plantação. No entanto, essa atividade demandava certa disciplinarização de horários e tarefas, contrariando as expectativas de autonomia dos colonos. Maria Domingues Pereira vivenciou esse modelo de trabalho e nos relatou:

no início o INCRA pelejou, pra arrumar, mas é o tal negócio, uns trabalham, outros não. Era obrigado no início, chamava UATP's. Reunia um grupo de homens e trabalhava junto. Um dia tava pra um, no outro, tava pra outro. Acontece que uns trabalhavam e os outros não. Os que trabalhavam foi implicando com aquilo e foi saindo. Quando dava por fé, um que ficava por derradeiro, as coisas dele não dava nada, porque ele plantava tudo fora de hora (PEREIRA, Maria Domingues, 04 de ago. de 2014).

Sabemos que existe um tempo certo para tudo, essa expressão é bem ilustrativa sobre a forma de lidar no campo. Com a divisão estabelecida em UATP's, e considerando o número de agricultores por unidade de trabalho, de sete a dez parceleiros, é incontestável que os mesmos gastavam parte do ano cuidando da terra do outro, o que ocasionava o descuido com seu lote. No extrato acima, Maria Domingues aponta as dificuldades enfrentadas pelos moradores nessa espécie de ação coletiva, determinando assim, o desânimo e o prejuízo para alguns nessa forma de utilização da terra.

Percebemos a resistência de alguns moradores em relação aos moldes coletivos de produção organizado pelo INCRA. Contudo, não podemos inferir que tais “resistências” tenham se tornado mecanismo de renovação, pois os assentados não recriaram novas formas de organização da produção, permaneceram no direcionamento e na

dependência do órgão gestor. Outro fato que nos chamou a atenção durante a pesquisa é o relato sobre o período de fartura e prosperidade vivenciado na Comunidade após os primeiros anos de adaptação. O trabalho agrícola no lote era predominantemente familiar e a maioria dos membros da família, até mesmo os mais jovens, independente do sexo, começavam cedo a lidar com a terra.

A principal forma de trabalho desenvolvida estava ligada à imediata subsistência do núcleo familiar, mas a relação do Projeto com a Política agrária do país devia estar em concordância no sentido de “deter o processo de estagnação das atividades agrícolas nas áreas tradicionais, fortalecer a expansão da pecuária e diminuir o grau de desequilíbrio existente entre a região Noroeste de Minas e o restante do Estado” (POJETO TÉCNICO, 1974, p. 198). Seguindo essa lógica, o Projeto Técnico, em seu eixo agroeconômico, classificou e dividiu as parcelas em tipos A, B, C, e D, o que representava as melhores condições de solo, aprimorando, assim, um mecanismo de equilíbrio e estruturação da produção e, conseqüentemente a equidade produtiva em todos os tipos de parcelas. No entanto, esse princípio na prática não se efetivou, conforme relatou alguns moradores, houve troca ou abandono dos lotes por falta de condições necessárias para o plantio, principalmente a água. Os principais gêneros alimentícios produzidos nos lotes eram arroz, feijão, milho, algodão, mamona, citros, abacate. A produção não variava muito nas parcelas A e B, no entanto, as parcelas C e D eram maiores e necessitavam de medidas adequadas de manejo e conservação do solo, sendo a parcela D, como já mencionado anteriormente, uma área mal servida de água.

Nesse ponto retomamos a uma das dimensões territoriais elencadas anteriormente, a de base econômica, longe de ser superada, ela nos ajuda a perceber uma das prováveis conflitualidades nessa região, a falta d'água, uma vez que, com o agravamento das questões ambientais “certamente, levará a uma valorização cada vez maior do controle dos recursos, como a água ou os solos agricultáveis, o que pode gerar novos conflitos pelo domínio territorial” (HAESBAERT, 2006, p. 58). Essa pressuposição já se torna evidente nas falas dos entrevistados da comunidade.

Virgílio é enfático ao dizer que, na região rica em agronegócio já se instalou conflito por causa da água, “já estão brigando (os grandes proprietários) para ver quem vai ter mais água que o outro”. Nesse sentido, a comunidade, depois de perceber a importância de conservar esse recurso, tem se mobilizando para preservar o que sobrou. A respeito da “fartura”, citada pelos assentados durante as

entrevistas, Virgílio, também defensor ambiental e responsável por projetos sociais na Comunidade, esclarece essa “euforia produtiva”,

nós temos um clima tropical, não precisamos drenar a terra com a aração, a terra já é seca por natureza (...) essa técnica é importada [de países frios] e favoreceu nos primeiros anos (...) tudo que foi visto na região desde de 1970 prá cá, a maior parte foi isso [aração], e isso foi causando o empobrecimento do solo. Porque o solo era meio acidificado, vinha a chuva e levava tudo, carregado pela erosão. Mas, nos primeiros anos, nós tivemos a ilusão que aquilo era uma maravilha, e quando você removia todo o cerrado, com todo o seu sistema radicular, ali morria tudo. No que você arava a terra, e que plantava a semente ela não encontrava nada para resistir ou para concorrer com ela, aí ela ia e dava aquela produção gigantesca. Só que aquilo era só uns três anos, depois, começava a se perceber o empobrecimento [do solo] e aí a química começou a ser inserida mesmo, o adubo corretivo, porque o cerrado não produzia mais. (JUNIOR, Virgílio Martins, 05 de ago. 2014).

Durante o trabalho de campo, diversas vezes, os moradores foram enfáticos ao falar sobre esse período de fartura e das benfeitorias do início do assentamento. No entanto, o problema é que a terra, considerada produtora de riqueza, foi exaurida nos anos iniciais do Projeto e, paralelamente à implantação do assentamento, a expansão agrícola direcionada para a região não poupou seus recursos naturais.

Ainda de acordo com Virgílio, para adaptar-se ao sistema de mercado era necessário seguir as propostas técnicas, o uso da racionalidade, aplicando as tecnologias, esta prática era (é) agressiva e destruidora do meio ambiente. Para aumentar a produtividade da terra, fez-se uso dos agrotóxicos inseticidas, pesticidas, herbicidas e dos fertilizantes químicos, por isso a “euforia” inicial. Como consequência, observamos a destruição dos ciclos naturais e o aceleração e desequilíbrio da natureza. Esta prática continua, ou melhor, foi intensificada nos cerrados. O relato de Maria Domingues confirma,

pelos financiamentos, do INCRA, eles faziam a compra lá, do adubo. Chegava e muntava no meio da roça, aquele exagero de trem, né? Naquela época não precisava porque a terra era

boa, chovia muito, mantimento nós plantava mesmo, muito milho, feijão, caminhão saia borrando lá da roça, antigamente era bom demais. Com o tempo foi diminuindo, a falta d'água, as pragas foi chegando lagarta, cigarra até o gafanhoto, né? Aí foi diminuindo, derradeiro feijão que nós plantamo, seis sacos, não colheu nem um caroço. Agora já tá dando um pouquinho, a gente tem um tiquinzinho aí prá comer (PEREIRA, Maria Domingues, 04 de ago. de 2014).

Assim, a renda gerada no lote, a partir do trabalho familiar, era um dos indicadores de “fartura”. As famílias viviam integralmente da exploração do próprio lote, cultivando ou tirando o cerrado para fazer carvão. Mas, foi o cultivo do feijão, importante cultura regional, um dos grandes responsáveis por esse período áureo da comunidade. Segundo relatos, “A terra dava muito mais mantimento, mas, o feijão era demais, a gente colhia aquele tanto, era um farturão, vinha caminhão e pegava isso tudo” (JESUS, Alvarinda Francisca de, 02 de ago. de 2014). A carga emocional, expressa na fala de dona Alvarinda, retrata o impacto experimentado pela autonomia e pelo rompimento com relações de dependência do passado, uma vez que, o ritmo de produção possibilitou mudanças cotidianas, mesmo que em pequena escala, na dinâmica de participação econômica.

Isso foi possível até que chegaram as pragas, destruindo as lavouras, principalmente o feijão, impactando diretamente sobre a permanência do homem no campo. As desistências iniciais provocadas pelas dificuldades de manejo e a posterior prática de venda, proibida antes da posse definitiva, são evidências de estratégias mal elaboradas pelos órgãos executores para a manutenção do homem no campo. As desistências eram revertidas pelo INCRA, após uma renegociação, através da ocupação por outra família cadastrada. No entanto, outro fator relevante se refere à autorização de ocupação concedida aos colonos, essa primava pelas seguintes condições: residir e cultivar a área e acatar as determinações do INCRA relativas à programação da área.

O termo assinado pelo colono, anexo neste trabalho, era a condição para ocupar a área e a transferência a terceiros desta ocupação era considerada “posse de má fé”. Ou seja, o colono, ao receber o lote, se comprometia em não transferir esse domínio. No entanto, na prática, isso foi diferente, muitos colonos, diante das dificuldades apresentadas, abriram mão dos lotes, prática que se fez comum antes mesmo de

receber o título definitivo de propriedade e após a retirada do INCRA da área, isso sete anos após a implantação.

Durante a pesquisa de campo, constatamos que 208 colonos que receberam inicialmente os lotes, restam apenas vinte e cinco proprietários ou seus descendentes, que matem a terra sob seu domínio da forma original. Outros tantos venderam, ou simplesmente desistiram e foram embora. Sobre a desistência, Militão Gomes Monteiro (2014), um dos moradores remanescentes, exprime, “meu sogro, por exemplo, era muito doente, os filhos não quiseram assumir, aí ele perdeu o lote, desistiu, a família voltou para a terra dos outros”. Argemiro relata,

os Urucuianos pegaram lotes bons, foram os primeiros a irem embora, quando achou um dinheiro (...), os filhos já tinham estudado, já tava conhecendo prá fora, aí incentivou. Urucuianos do lugar, são poucos os que restam, tem lote que já passou, por várias mãos. Com a queda da produção muitos venderam e foram embora. Não abandonaram, a maioria vendeu. O que o povo sabia era tocar roça, a produção acabou, aí os que vieram de fora investiram no carvão, acabou também. Comeu o cerrado, vendeu a madeira, vendeu a terra e foi embora (JESUS, Argemiro Graciano de, 05 de ago. 2014).

De tal modo, inferimos que as deserções estavam ligadas diretamente a falta de condições para lidar com a terra, ou ainda enleadas por questões socioeconômicas e mercantilistas, ou seja, vender a terra, isso impossibilitou alcançar a eficácia na viabilização de algumas propriedades. O projeto que parcelou as áreas e individualizou a exploração foi fortemente impactado por transformações decorrentes do fadigar da terra, ocasionando para muitos o retorno à condição anterior ao assentamento. Atualmente é possível afirmar que, dentro da área desapropriada para o projeto, é notório o retorno ao latifúndio, uma vez que, as parcelas, outrora divididas, têm sido concentradas nas mãos de poucos fazendeiros.

Além disso, hoje as expectativas são bem pessimistas. Considerada uma região com grande potencial hídrico, circundada por rios, ribeirões e cachoeiras, esse berço de águas foi desrespeitado e hoje as consequências são visíveis, “considerando as mudanças climáticas o maior desafio hoje é a gestão doméstica, conseguir fazer com que a sua propriedade, oportunize para você o que precisa para sobreviver (...)

você ter domínio de conhecimento e produtividade, para que você viva em abundância e fartura” (JUNIOR, Virgílio Martins, 05 de ago. 2014).

A falta d'água, por causa das irregularidades das chuvas e possível extinção de riachos importantes da região, tem limitado a gestão doméstica e esmorecido muitos moradores. Essa é a principal queixa daqueles que já vivenciam esse problema na comunidade, e tem sido motivo de muitos se desiludirem como o possível fim do sonho de ser camponês. “Cada dia tá mais difícil!”, vender a terra e ir para a cidade, esse é o pensamento de Argemiro Graciano de Jesus, diante da precariedade não só de água, mas também de outras necessidades como saúde, segurança e educação, elencadas e que ocuparam um lugar de destaque nas entrevistas.

Os obstáculos são reais e se inserem na vida dos moradores, da implantação aos dias atuais, são decursivo do processo de territorialização, esse se faz a partir de experiências anteriores, anseios e inseguranças estão presentes, no entanto, as práticas atuais alimentam a esperança do futuro melhor para a comunidade. Ainda assim, os obstáculos tornam-se mecanismo de impulsão, uma vez que requer o envolvimento da comunidade na busca por soluções.

Esses mecanismos de envolvimento nomeados como conquista da autonomia serão abordados no próximo capítulo. As atividades cotidianas tecidas pelos assentados, seus contrassensos, anseios, sucessos e desacertos demonstram o quanto é complexo o cenário na busca por uma identificação territorial, mas, ao mesmo tempo, é possibilitadora de grandes progressos nessa conquista, visto que o ser humano apresenta-se com uma capacidade enorme de criar e transformar suas condições, mesmo que em meio às adversidades.

Ao final da discussão empreendida neste capítulo e procurando alcançar o desígnio inicialmente proposto, faz-se necessário retomamos as categorias espaço e território considerando a perspectiva de que ambos indicam o caminho de pesquisa da relação entre o homem e o meio em que vive, quer seja na região do Noroeste de Minas e, mais especificamente, no nosso caso, na Comunidade Sagarana. Desse modo, ressaltamos os componentes afetivos do lugar de homens e de mulheres, de chegantes e de urucuianos que entre as travessias no e do sertão, buscam garantir sua sobrevivências e permanências. Asseveramos, pois, que não se pode distinguir, na realidade contextual da comunidade em estudo, o que seria um e o que seria o outro, dado que espaço e território são constituintes de relações culturais que perpassam as relações de poder.

De tal modo compreender os espaços vividos e as transformações que ocorrem nele e através dele perpassa a análise da perspectiva do indivíduo no seu espaço de atuação e os vínculos emocionais que ligam as pessoas ao lugar onde elas vivem. A esfera do sentimento, profundamente comprometido com as formas de dar valor aos espaços e aos territórios, visto que esses são apropriados por uma relação social e que são relevantes para se entender as dinâmicas dos locais em que se destacam os sentimentos, as intuições, os ideais, os anseios, as experiências e os símbolos da vida cotidiana como elementos territorializantes.

CAPÍTULO 3

CHEGANTES E URUCUIANOS: UMA IDENTIDADE CONSTRUÍDA

Neste capítulo, procuramos compreender os conceitos de Identidade e Memória, a partir da realidade contextual da Comunidade Sagarana. Esses conceitos nos ajudarão a fundamentar e trilhar os caminhos percorridos até aqui, na trama da construção dessa identidade construída a partir do Estado. A Comunidade Sagarana, conforme consta no Projeto Técnico do assentamento, inicialmente foi conduzida para se tornar uma comunidade autônoma. Nessa perspectiva, discorreremos sobre a busca por autonomia, condição indispensável para o fortalecimento do território e da identidade.

Como forma de abranger os conceitos elencados será indispensável o diálogo com autores como: Manuel Castells (1999) que, em sua obra “O Poder da Identidade”, discute como a identidade se constitui; Stuart Hall (2014), em “A identidade Cultural na pós-modernidade”, quando discorre sobre a fragmentação da identidade, sendo que, segundo o autor, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos. Ainda nesse viés, as discussões de Ernest Laclau (1985) e Chantal Mouffe (2003), possibilitam entender a construção de uma identidade coletiva a partir de um conjunto de demandas distintas entre si, que se tornam oposição a um sistema, passando a estabelecer uma relação equivalencial.

Em relação à Memória, buscaremos nas avaliações de Maurice Halbwachs (2006) embasamento para entender a constituição da memória presente nas falas de nossos entrevistados, considerando a necessidade de se escrever a história de um período, de uma sociedade e, no nosso caso, da Comunidade Sagarana, para que se possa encontrar em diversos testemunhos lembranças bastante distantes. Em Bom Meihy (2005), discutiremos a memória social, visto que essa é sempre relativa a um grupo amplo, reunido em torno de fatores afins.

A partir de Thompson (1992), daremos um enfoque social à história oral da Comunidade Sagarana, como forma de garantir que a história seja devolvida às pessoas cujas palavras ajudaram a construí-la. Nesse contexto, os aspectos socioculturais que compõem as memórias e o cotidiano dos moradores da Comunidade Sagarana, cujos hábitos, festividades, crença, e a arte de tecer e fiar definem as experiências vividas e compartilhadas ao longo de sua trajetória, delimitando o seu

pertencimento ao lugar, são fundamentais para que possamos empreender a análise que se propõe neste capítulo. Vale ressaltar que a Comunidade, *locus* de nossa pesquisa, estabeleceu a partir do espaço geográfico uma relação social que a identifica e a mantém a partir de uma forma de poder, que abrigou e ainda abriga, nas palavras de Fernandes (2005), “conflitualidades”. É, pois, neste estudo, importante entender essa relação de poder no sentido simbólico de apropriação, considerando a integralidade do território, ou seja, seus aspectos naturais, políticos, econômicos e culturais.

3.1 IDENTIDADE E MEMÓRIA: A DINÂMICA SOCIAL EM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

As discussões empreendidas até aqui nos levam a entender que o processo de constituição do PIC Sagarana ocorreu em meio à modernização incentivada pelo Estado para a expansão do agronegócio. Isso em grande medida, contribuiu para que o sertão se transformasse em celeiro agrícola. De tal modo, para compor a trama dessa constituição foram necessários vários fios que juntos ajudaram a tecer a história da Comunidade Sagarana.

Todavia, a dimensão econômica, apesar de ter sido componente importante no tecer dessa trajetória, não foi tão somente a única. Outras dimensões como a cultural, a geográfica e a política, bem como as categorias simbólicas, ordenadoras de constantes rearranjos sociais, também tiveram fundamental importância e, portanto, devem ser observadas. Consideramos que a trama dessas dimensões foi responsável e também coadjuvante na construção da identidade da Comunidade Sagarana.

Sendo assim, indissociáveis ao território, a identidade e seus desdobramentos se constroem a partir de bases como a cultura, a relação com o meio, a participação, ainda que seja sobre influências externas. São essas bases que fundamentam as experiências, propiciam o sentimento de pertencimento e mantêm viva a Comunidade. Essa se fortalece na medida em que os sujeitos participantes vivenciam essa troca de saberes e fazeres cotidianos, proporcionando sua consolidação. Para isso, arquitetar estratégias de adaptações e apropriações do espaço foi e ainda é necessário, visto que as mudanças e permanências de um, impactam diretamente sobre o outro.

À vista disso, consideramos como foco inicial deste capítulo a percepção de como a territorialização de um povo insinua a formação de uma identidade coletiva que, sujeita a influências do

mundo externo, empreende uma batalha articulatória permanente na luta pelo direito de estar e de permanecer naquele espaço. Para tanto, identificar o que os uniu e ainda os une, considerando que cada um tinha e tem interesses diferentes, foi fundamental para entendermos a solidez, ou não, dos traços identitários. Para isso, a memória vivida foi recurso fundamental nessa percepção.

Desde os anos de 1980, o termo “identidade coletiva” se espalhou e ganhou notoriedade. Mas, antes mesmo desse período, no entre guerras (1918-1939), alguns autores se destacaram com suas contribuições sobre o tema. A partir de estudos empíricos, esses autores apontavam para as primeiras noções de identidade coletiva. Assim, Niethammer (1997), após uma análise profunda do conceito de identidade afirma que,

a história de sucesso do termo identidade daquele momento em diante cresceu muito nas ciências sociais, transformando-o, de conceito de história de vida do indivíduo, em conceito que descreve a similaridade da transformação das coletividades (NIETHAMMER, 1997, p.121).

Portanto, nos interessa, nesta pesquisa, refletir sobre a noção de identidade coletiva construída no seio da Comunidade, analisando o papel do Estado como condutor no processo de forjar essa identidade. Cabe considerar que, a partir da década de 1970, o Brasil passou por diversas transformações econômicas e sociais, e nesse período a região de estudo vivia um quadro técnico favorável ao planejamento e à ordenação de recursos como forma de maximizar a eficiência da região e inseri-la em um contexto de modernização. Essas transformações foram significativas para entender a formação identitária da Comunidade Sagarana. O Estado, à frente desse processo, tornou-se, pois, regulador da implantação do PIC- Sagarana, considerando os aspectos econômicos em detrimento dos sociais. As ações governamentais desencadearam, a partir de então, um controle sobre o espaço e o tempo, conduzindo seus beneficiários, a um processo propositadamente forjado, uma vez que , classificou, selecionou e determinou quem estava ‘dentro’ e quem estava ‘fora’, entre o ‘nós’ e o ‘outro’.

Castells (1999), ao discutir o poder da identidade, apresenta alguns questionamentos: como, por quem, a partir de que e com quais finalidades ela se constrói? Essas indagações também são pertinentes em nossa pesquisa e, por isso não podem ser abordadas em linhas

gerais, abstratas, visto que estão estritamente relacionadas a um contexto social, marcado por relações de poder. Ao analisarmos esses questionamentos, observamos neste estudo, um conjunto de elementos que envolve a construção da identidade da Comunidade Sagarana, sendo que a lógica dos sistema capitalista e a exclusão social são alguns dos fatores determinantes.

Ou seja, ao se propor O Projeto de Colonização, a intenção era direcionar e disciplinar essa população de excluídos para ocuparem áreas, até então, desocupadas, evitando que isso ocorresse de forma espontânea e desordenada como alguns consideravam ocorrer nas ocupações de terra. Essa maneira, na lógica do capital, não contribui para o crescimento agrícola do país. Diante disso, era necessário estabelecer metas de assentamento, conduzir e adequar sua dinâmica interna para atender a demanda externa, impondo aos agricultores a adoção de técnicas mais produtivas que acompanhassem as estratégias de modernização. Assim, uma nova identidade estava sendo delineada pelo Estado.

É paradoxal a construção de uma identidade que se apresenta como produto de uma exclusão e que, ao mesmo tempo, surge da influência de necessidades criadas dentro da dinâmica de exclusão social. Ambiguidade que promoveu, delimitou e delineou as condições de criação da identidade dessa Comunidade. Para compreendermos essa construção identitária nos apoiamos na concepção de Castells (1999) que propõe três formas de construção de identidades: “identidade legitimadora”, incorporada pelas instituições e organizações dominantes, essa se constitui da intenção de racionalizar sua dominação aos atores sociais, ou seja, “um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural” (p.24). Como exemplo dessa identidade legitimadora, temos o papel exercido pelo INCRA que racionalizou a dominação, regulou e direcionou as ações do PIC Sagarana.

A “identidade de resistência”, outro tipo apontado por Castells, é considerada a mais importante na construção da identidade em nossa sociedade, “ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão” (CASTELLS, 1999, p.25). Essa, na maioria das vezes, é idealizada pelos próprios atores que se encontram em situações adversas à estrutura tradicional de organização da sociedade, impondo estereótipos e os estigmatizando a condições inferiores no tecido social. Para isso, são elaboradas formas de resistência na

tentativa de superação dos valores difundidos pelas instituições tradicionais. O MST é um exemplo dessa identidade de resistência, visto que agrega pessoas que, mesmo sem um forte vínculo com o movimento, acabam aderindo a ele como forma de se estabelecerem perante as imposições do sistema.

Por último, o autor nos apresenta a “identidade de projeto”, essa “produz sujeitos (...) [com] um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto” (CASTELLS, 1999, p.26). Nesse caso, a identidade é resultante da utilização que os atores sociais fazem, de qualquer “aparato” cultural e/ou político, para determinar sua posição na sociedade. Exemplo desse tipo de identidade é a própria Comunidade Sagarana que, mesmo sendo fruto de um projeto do Estado, ao longo de todo o processo, foi se constituindo enquanto comunidade, estabelecendo vínculos e estratégias de sobrevivência.

Todas essas formas de produção de identidade coletiva trazem um novo sentido ao analisarmos a sociedade, no entanto, quando voltamos o olhar para a Comunidade em questão, percebemos o transitar entre dois dos modelos expostos, a legitimadora e a de projetos. Podemos inferir que, a identidade legitimadora marcou o início da Comunidade, em torno de uma dinâmica de Estado que possibilitou sua fundamentação por meio das instituições e dos mecanismos de poder. Assim, o INCRA, como aparato institucional, tornou-se responsável por organizar e legitimar essa identidade.

Na tentativa de estabelecer um novo sentido à identidade construída a partir do Estado, a identidade de projeto se traduz como uma forma defensiva em torno de princípios comuns. Como exemplo disso, evidenciamos que os atores sociais criam estratégias de sobrevivência e de identificação por meio dos sindicatos, cooperativas, entidades cívicas, associações, entre outros. Esses, apesar de servirem como “braços do Estado”, permitem um fluir da Comunidade, rompendo com aquela identidade imposta, oprimida e padronizada, expandindo-se para um possível protagonismo dos atores sociais.

A tramitação entre uma e outra identidade é muito comum, principalmente sobre as que se originam como “de resistência” dada a sua potencialidade em vir a se constituir na estrutura de “identidade de projetos” e, em alguns casos, tornar dominantes nas instituições e organizações o que a transforma em “identidade legitimadora” (CASTELLS, 1999, p.22 -25).

Nessa mesma direção, Hall (2014) também apresenta valiosas ponderações sobre a construção da identidade. Conforme o autor, as identidades modernas são fragmentadas e construídas pelos mais variados materiais aos quais as pessoas ou os grupos estão expostos, sejam normas, valores, território, natureza e outros. Esses são reorganizados e utilizados pelos grupos de acordo com seus objetivos. Desse modo, observamos que na Comunidade Sagarana, não existiu apenas um centro constituidor das identidades, mas diversos fundamentos que conduziram a uma pluralidade de centros. Dessa pluralidade emergem tensões e contradições tanto na autorrepresentação, que considera o indivíduo equivalente a seus pares, mas singular nas suas experiências e vivências pessoais, como naquela vivenciada pelo grupo. Essa diversidade identitária nos incita em diferentes direções, deslocadas continuamente, a ponto de criar novos sentidos e identificações. Nesse deslocar de sentidos, o conceito de identidade, atualmente, tem sido associado às análises sobre as ações coletivas, sendo inclusive, considerado um aparato central para a compreensão dos conflitos políticos e sociais emergentes.

Quando pensamos na Comunidade Sagarana, visualizamos essa diversidade identitária, visto que os urucuianos viviam na terra, mas não a tinham; os chegantes, por sua vez, ansiavam pela terra como condição para se tornarem cidadãos. Assim, essa problemática se apresenta como indício do sentimento que os uniu. Conectados por princípios e visões de mundo comum, urucuianos e chegantes têm uma percepção de um espaço singular no qual estão inseridos e pelo qual desenvolvem um profundo sentimento de pertença. Norbert Elias e John. L. Scotson (2000), em “Os estabelecidos e os *outsideres*”, explicam e exemplificam o sentimento que um grupo já estabelecido, no nosso caso os urucuianos, desenvolve pelos *outsideres*, os chegantes, conferindo-lhes certa distinção. Segundo os autores,

Os grupos ligados entre si sob a forma de uma configuração de estabelecidos-*outsideres* são compostos de seres humanos individuais. O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.37-38).

Diante do exposto, podemos avaliar que talvez esta seja a razão que justifica as visões e significados diferentes de urucuianos e chegantes, dadas as experiências anteriores que cada um trouxe consigo, sendo que o confronto com a novidade é fator determinante para as impressões de um em relação ao outro. É possível verificar que cada grupo, a seu modo, imprimiu ao outro, especificidades, influenciado pelo comportamento, pelas tradições, valores, conhecimentos e mitos. Nessa influência recíproca entre os grupos se começa a delinear uma nova formação identitária, um “nós” sendo, assim, construído por “eles”, de certa maneira, a História de um grupo, de uma comunidade, o PIC Sagarana. Calhoun (1994), *apud* Castells (1999), afirma que,

não temos conhecimento de nenhum povo, que não tenha nomes, idiomas, ou culturas, em que, alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida (...). O autoconhecimento, invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta, nunca está dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos pelos outros (CALHOUN, 1994, *apud*, CASTELLS, 1999, p.22).

Essa nova condição de “nós” propicia amarrações sociais resultantes dos vínculos que, a partir de então, se estabelecem mediante atos de conquistas e de lutas pelo reconhecimento de um território, pela promoção do desenvolvimento econômico e ainda pela preservação dos aspectos culturais desse povo. Esses são requisitos motivadores e fundamentais para o sentimento que agora une aqueles que compõem a Comunidade Sagarana; gerador de relações e interações que se estabelecem entre seus membros. Portanto, as vivências cotidianas, os conflitos, as afeições, as coesões em torno das quais se balizam o sentimento de pertencimento passam a ser significantes para a construção e o fortalecimento da identidade desse povo. Hall, a respeito do termo, afirma:

a identidade é formada na interação entre o ‘eu’ e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo, uma essência interior (...), mas esse é formado e modificado num diálogo contínuo com mundos exteriores e as identidades que esses oferecem (...), internalizando seus significados e valores (...). Contribuindo para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos

que ocupamos no mundo social e cultural (HALL, 2014, p. 11).

A percepção de identidade produzida a partir de valores sociais a que um grupo está exposto, tanto globais quanto locais, tem na interação mecanismos de ajuste social que impactam no viver e sentir desse grupo. Embora preservem características que os tornam únicos, esses sujeitos não vivem isolados e são influenciados também pelos aspectos externos que contribuem para delinear as suas distintas identidades.

Em relação à Comunidade Sagarana, nosso objeto de pesquisa, salientamos alguns mecanismos externos que foram determinantes para a constituição da identidade do grupo. Tais como a mecanização da agricultura, que gerou sérios impactos ambientais “foram tirados do cerrado mais de duas mil espécies, comprometendo a biodiversidade”, como nos relatou Virgílio, morador da Comunidade. Esses impactos também alteraram os hábitos alimentares dessa Comunidade “a gente comia de tudo, tinha muita fartura na roça, aí derrubaram, arroz de taboca, guariroba, a gente aproveitava de tudo, porque a gente era fraco”(JESUS, Suely Francisca de, 04 de dez. 2014).

Outro reflexo dos impactos ambientais, que será melhor desenvolvido no tópico 3.3 deste capítulo, é a escassez de água, consequente da intervenção desordenada do homem sobre o meio. Esse fator tem comprometido a permanência de alguns moradores na Comunidade, visto que muitos acabam deixando suas terras, ante as dificuldades de garantir sustento para a si e para seus familiares. Essa realidade tem conduzido a Comunidade Sagarana a promover ações na tentativa de preservar os bens naturais que ainda possuem, despertando o interesse por práticas sustentáveis, em que os recursos naturais são utilizados principalmente para a subsistência.

Aos fatores acima elencados soma-se também a presença da mídia televisiva e da internet no cotidiano das famílias. De certa maneira, essa presença tem produzido transformações no seio da Comunidade, impactando os aspectos culturais e tradicionais e imprimindo significativas alterações no seu processo identitário. Nesse sentido, constatamos a preocupação dos moradores em relação aos jovens que, diante do aparato da modernidade⁵¹, têm apresentado um

⁵¹ O sentido de modernização, que aponta Nestor Canclini, sendo advento socioeconômico que renova as práticas sociais, agente que leva a sociedade à “modernidade” (CANCLINI, 1998, p. 23).

interesse divergente ao da Comunidade, ou seja, a preservação de suas tradições religiosas e culturais. Assim, a Comunidade Sagarana, em parceria com a escola local, tem procurado incentivar crianças e adolescentes a preservarem as práticas tradicionais como forma de garantir que tradição e modernidade coexistam.

As pessoas mais experientes da Comunidade vêm esse avanço da tecnologia como uma forma de ameaça aos seus saberes, crenças e tradições. Ao se referir às brincadeiras habituais de quando ainda era criança, dona Alvarinda lamenta: “o povo de hoje não sabe brincar, o povo de hoje só fica no computador, no celular ou na internet. Nós não tinha nada, né? Pra divertir a gente inventava, hoje o povo envolve muito com a televisão também, né?”(JESUS, Alvarinda Francisca de, 02 ago. 2014). A partir da fala da entrevistada, observamos o receio, é comum também em grande parte dos moradores da Comunidade de que seus costumes, práticas e experiências não resistam às influências da modernidade. Nesse sentido, inferimos os determinantes que balizam a construção da identidade da Comunidade Sagarana, esses se compõem pelo conjunto de experiências⁵² e vivências que ganham um sentido coletivo, tais como o sonho da terra, o trabalho, as atividades cotidianas, os modos de vida, o modo descomplicado de se comunicar, as relações culturais e o modo como usufruem a natureza.

Esse conjunto de determinantes constituem fontes de significados que, conforme Castells (1999), é uma identificação simbólica, aquela que dá sentido a ação praticada pelo ator social, ou seja, determinantes que ganham um sentido coletivo para os membros da Comunidade e que são originados e construídos por eles em um processo singular. Ainda, segundo o autor, é intrínseca ao processo de identidade, a autoconstrução e a singularização, pois é isso que faz da identidade uma fonte organizada de significados. Destarte, essa configuração de identidade teve e tem em sua natureza, o ‘ser construído’.

Castells (1999) pressupõe que a construção da identidade se faz com a utilização de ‘matérias primas’ fornecidas pelos diversos campos de estudo, instituições produtivas e reprodutivas, por meio da memória coletiva, pessoal e pelos aparatos de poder, enfim, por tudo que envolve a sociedade em sua ampla dimensão cultural, política e social. O modo de utilização dos aparatos disponibilizados, tais como:

⁵² Ver mais em : THOMPSON, Eduard Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Igrejas, sindicatos, cooperativas, associações, entre outros, e sua apropriação pelos indivíduos e grupos sociais permitirão a reorganização de significados, que direcionam seus interesses e projetos sociais.

Na concepção de Ernesto Laclau, a constituição das identidades fixam sentidos e significados, tornam-se receptivas de modo a atenderem as necessidades não satisfeitas. Assim, a constituição de uma identidade se faz a partir de demandas em torno daquilo que os membros de uma dada comunidade estabelecem como laços comuns, na tentativa de alcançá-los. Para Laclau (2006), esse é “o ponto de partida para a constituição de um povo, quer dizer, uma unidade que não está dada por uma só posição de sujeito, mas por uma pluralidade de posições de sujeito, que começam a estabelecer entre si um certo grau de solidariedade” (p.22).

Desse modo, entendemos que a construção de identidade coletiva, baseada no terreno do reconhecimento das equivalências dos direitos, é um processo que se configura no espaço do político (MOUFFE, 2003) na medida em que os sujeitos tendem a despojar-se de seus particularismos, em função de significantes hegemônicos, o resultado desse princípio será a prática identificatória estabelecida a partir dos mecanismos de luta do coletivo em torno de demandas e insatisfações.

Conferimos, pois, que ao se inscreverem para o PIC os atores sociais possuíam demandas individuais. Todavia, a partir do momento em que passaram a constituir uma comunidade, essas assumem características coletivas tais como o lidar com o trabalho coletivo na terra, as necessidades básicas de infraestrutura, fluxo e comércio de sua produção, entre outras. De tal modo, as demandas coletivas desse povo é que impulsionaram a organização das associações, cooperativas e a participação em Organizações Não Governamentais (ONGs), possibilitando uma certa autonomia e envolvimento nas decisões coletivas e, ainda, estabelecendo uma relação de solidariedade entre os integrantes dessa Comunidade. Podemos assinalar que a participação é o que fundamenta e dá sentido às ações do grupo, fortalecendo a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento. A passagem de demandas individuais para interesses coletivos é um significado construído a partir de uma necessidade que resulta, tanto num processo de autodefinição, como na maneira segundo a qual o indivíduo internaliza as características que lhe são atribuídas pelo corpo social.

Nesse contexto, Scherer-Warren dimensiona a importância dessa formação identitária, ressaltando que “a capacidade de resposta às

carências emergenciais de populações (...) excluídas socialmente, [é] que irá atrair tais grupos sociais à participação nas organizações coletivas” (SCHERER–WARREN, 2007, p.10-11). Assim, a construção da identidade não é algo que já existe a priori; ela acontece a partir das escolhas feitas ao longo do caminho. Dessa forma, tanto a identidade como o pertencimento não são modelos fixos e nem perpétuos, ao contrário, são construções contínuas a serem realizadas por meio de propósitos, considerando os caminhos trilhados e ainda o modo de agir.

Para além, das proposições e conceitos expostos nesta seção, é pertinente a assertiva de Silva:

a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja de natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo (SILVA, 2007, p. 96).

A análise empreendida nesta seção acerca da construção das identidades levou-nos a considerar seus elementos constitutivos, os quais, ao longo do tempo e do espaço, foram sendo incorporados à história de vida da Comunidade Sagarana tanto por meio das relações sociais estabelecidas em seu interior, quanto pelas influências externas. Portanto, vale ressaltar a importância de se entender as relações que os membros desse grupo estabeleceram e estabelecem consigo mesmos e com o outro, visto que é no interior dessas relações que se cria um “espaço de memória”.

Considerando que a memória individual dá sentido às situações sociais, Bom Meihy (2005) nos alerta para darmos atenção prevalente à memória grupal, visto que esta é sempre filtrada pelas narrativas pessoais, “uma depende da outra e uma se explica pela outra (p.70)”. Assim, tomando como referência às ponderações do citado autor, a memória, nesta pesquisa, foi cuidadosamente determinada, como forma de se evitar generalizações. Para tanto, buscou-se evocar a identidade da Comunidade Sagarana a partir das práticas, saberes e experiências desse povo.

Todavia, não se pode desconsiderar que a memória faz parte de um processo dinâmico e busca significados que vão reestruturando os elementos lembrados, no sentido de reordená-los, conservá-los ou

excluí-los, alimentando-se de lembranças, às vezes, vagas ou até mesmo contraditórias, o que a torna ainda mais rica. Assim, ponderamos que a memória da Comunidade Sagarana está na interseção da história de vida dessa comunidade e nas lembranças individuais. Halbwachs (2006) assevera que:

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele (HALBWACHS, 2006, p.51).

A partir da análise das memórias, as significâncias das lembranças dos atores sociais, muitas vezes, ofuscadas pela oficialidade da história ganham sentido e “possibilita novas versões da história ao dar voz, a múltiplos e diferentes narradores” (THOMPSON, 1992, p.18). Com relação à metodologia da história oral, corroboramos a perspectiva ainda do mesmo autor, ao considerar que a história oral,

amplia-se e se enriquece o próprio campo de ação da produção histórica; e, ao mesmo tempo, sua mensagem social se modifica (...) a história se torna mais democrática (...) é uma história construída em torno de pessoas. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo (...). Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1992, p. 28-44-22).

A ideia de Thompson muito contribui para a nossa reflexão sobre a Comunidade Sagarana, pois, ao trabalharmos com a história oral, rompemos com o tradicionalismo histórico que limita seu campo de ação em torno de heróis, dos grandes eventos políticos e de fatos marcantes. Também é preciso considerar o caráter documental da história oral, visto que ela busca excitar o lado esquecido como parte do todo explicativo. Conforme Bom Meihy (2005),

Na história oral busca-se o registro da experiência vivencial ou, em alguns casos, informações factuais. Com elas, constitui-se um documento objetivo que vale por si e, nesse caso, dispensa a

análise, ou é equiparado a outros discursos ou documentos (BOM MEIHY, 2005, p. 75).

Nesse sentido, podemos pensar a história oral como um novo campo, no qual os feitos das pessoas comuns ganham sentido. Isso verificamos nos relatos dos membros da Comunidade que, ao rememorar suas experiências, fornecem informações e estabelecem um diálogo ativo. Certamente, isso lhes confere uma segurança e consequente confiança em sua capacidade de colaborar para escrever a história.

A partir das reflexões iniciais, concebemos a memória como a prática de retomar lembranças considerando um lugar no presente, que é distinto para cada sujeito. Sabemos que a memória exerce papel importante na construção da identidade, uma vez que a representação de si é inseparável do sentimento de pertencimento a um grupo social, “a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (THOMPSON, 1992, p.17). No fim, cada um com sua memória e a partir do modo como experiencia suas lembranças, assinala os pontos de convergência entre as memórias que tecem a trama dessa Comunidade, elucidando sua história e sendo responsável pela reconstituição dessa história.

Essa reflexão nos levou a distinguir os posicionamentos dos entrevistados que, no seu conjunto, são resultado das diferentes memórias a respeito das questões apresentadas nos depoimentos. Ainda que nosso interesse de pesquisa estivesse voltado para o estudo da história vista de “baixo”⁵³, os atos e nomes oficiais foram considerados tendo em vista o entrelaçamento desses com o posicionamento e a compreensão dos entrevistados. Vale ressaltar que, em muitos casos, tendo como referência o nosso recorte temporal (1970- 2013), é quase impossível dissociar as falas dos moradores dos eventos oficiais ocorridos.

Ao construirmos a trajetória dos quarenta anos da Comunidade Sagarana, levamos em conta as experiências vivenciadas

⁵³ A História das pessoas “comuns” passa a ser foco de atenções. A visão elitista da história dá lugar à chamada história vista de baixo. Esta história desloca o olhar e dá voz para homens e mulheres que tinham suas histórias ignoradas e /ou silenciadas. Esses passam agora a ter suas experiências consideradas fontes importantes para a historiografia. Ver mais em: SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

pelos seus atores, mesmo que aparentemente poucos traços das estruturas tenham permanecido na memória. Quando agimos assim intencionamos colaborar para a continuidade da memória dessa Comunidade, visto que a história desse povo, ao longo dos anos, vem se dissipando em decorrência de diversos fatores, como já abordado anteriormente. Tal postura encontra embasamento nas palavras de Halbwachs (2006), consoante o autor,

a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade (...) [essa] só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve consequências (...) perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos, então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem (HALBWACHS, 2006, p.101).

Assim, fica claro, neste ponto, uma das justificativas para nosso trabalho, a emergência em registrar a trajetória da Comunidade, considerando seu tempo de implantação e a presença escassa de um pequeno grupo que preserva na memória as lembranças iniciais, haja vista, a possibilidade do seu desaparecimento e o consequente desinteresse das novas gerações por um passado carregado de ações, outrora deliberadas, que refletem diretamente na afirmação da identidade dessa Comunidade.

As considerações teóricas, aqui empreendidas, foram imprescindíveis para abrangermos a constituição da identidade coletiva da Comunidade Sagarana, bem como as demandas e estratégias elaboradas para garantir a sobrevivência desse grupo, que agora se reconhece como “povo”.

3.2 SABERES E FAZERES TRADICIONAIS: RIQUEZAS AMEAÇADAS

Quando nos reportamos a um grupo que passa a se reconhecer como “povo” é essencial percebermos o sentimento que une

os componentes desse grupo. Isso nos leva a questionar quais são os laços que despertam o sentido de pertença e, ainda, quais são os elementos culturais que os mantem vinculados. Também devemos atentar para os anseios que se manifestam e como esses determinam os espaços, a vida social e comunitária desse povo.

Nesta seção iremos discorrer sobre alguns aspectos culturais, os quais, com maior frequência, estiveram presentes nas falas dos nossos entrevistados. Entendemos que trazer a tona esses aspectos é de grande relevância visto que em muitos depoimentos foi possível constatar a grande preocupação, principalmente dos mais velhos, em relação à preservação de seus saberes.

Eric Hobsbawm (1995) e o Edward Palmer Thompson (1987) apresentam-se como aporte teórico para o entendimento das mudanças culturais iniciadas no século XX, cada vez mais evidentes na sociedade moderna. A partir desses autores, o mundo da cultura passou a ser analisado como parte integrante do “modo de produção”, não como mero reflexo da infraestrutura econômica, mas como parte desse sistema. Nesse caso, os aspectos culturais ganham a mesma relevância dos econômicos ao se desenvolver uma análise social. Ainda, segundo Hobsbawm, em sua obra “A Era dos Extremos”, é através da família, da casa e das estruturas de relações entre os sexos e as gerações que a abordagem da revolução cultural torna-se possível. Thompson (1987) esclarece que as experiências comuns e de pertença identitária contribuem para a formação de uma “consciência de classe”, esta, por sua vez, consiste na “forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p.10).

Nesse contexto, as reflexões de Castells (1999) são apropriadas para se pensar que o diferente pode ser percebido como superior e a cultura do grupo pode ser desvalorizada na relação com o outro. Desse modo, constatamos que influências diversas têm despertado a atenção dos jovens da Comunidade Sagarana, levando-os a descobrir símbolos materiais e ou culturais de identidade divergente dos costumes encarnados em tradições, criando certo abismo cultural entre as gerações anteriores e a atual.

No contato como a Comunidade, no decorrer da pesquisa de campo, foi possível observar as potencialidades culturais, hábitos e costumes que revelam as experiências cotidianas, o saber cuidar e o saber fazer peculiar dessa Comunidade. Assim, os homens e mulheres que constituem esse universo cultural tocam sanfona, lidam com a criação de gado, coletam o baru, cuidam da casa e lidam com o

trabalho na roça, com a horta no fundo do quintal, produzem queijo, doces e artigos artesanais, fiam em seus teares, cantando harmoniosas melodias que lhes traz alívio na labuta diária. Todas essas práticas são saberes e fazeres que, no interior dessa Comunidade, não se apresentam como distinção de gênero, uma vez que algumas são exercidas tanto por homens, quanto por mulheres.

A identidade cultural desse grupo, além de estar presente nas habilidades elencadas, também se manifesta através das danças, folia de reis, culinária, ritos religiosos e do uso de ervas medicinais cultivadas em seus próprios quintais. No que se refere aos rituais festivos, comum em toda a região, a Comunidade Sagarana apresenta traços bastante característicos, como no caso da Folia de Reis que recebeu influência dos Chegantes e dos Urucuianos, folia de sete vozes e de quatro vozes, esta última já existia na região. Segundo nos relata senhor Argemiro Graciano, “a folia de sete voz foi trazida pra cá pela família dos Grigório e pela família dos Graciano, que é a minha família, essas duas família é dos chegantes, foi elas que troxe a folia de sete voz” (JESUS, Argemiro Graciano de, 05 de ago. 2014).

Outra festa que se destaca, com relevância nacional, visto que atrai turistas de todo o país, é o Festival de Sagarana. O Festival reúne diversas atrações culturais como oficinas, danças, cavalgada, comidas típicas e é também um momento de se discutir a realidade dos pequenos produtores que integram a Comunidade, bem como de outros assentamentos da região. Em 2013 foi realizada a 6ª Edição do Festival – Feito Rosa para o Sertão com o tema Socioambiental “Das Veredas ao Manguê” – Cultura, Identidade e Sustentabilidade. Entre outras, a grandeza desse festival está nas questões socioeconômicas que sua realização propicia, e também por referenciar Guimarães Rosa, que dedicou a vida a escrever sobre o sertão de Minas Gerais e o homem sertanejo. A fala de Izabel Dantas, que na época da entrevista era gerente da Estação Ecológica Sagarana, evidencia a importância do festival na vida da Comunidade.

O festival de Sagarana faz a diferença para a Comunidade. Ela fica envolvida integralmente. A Comunidade faz o festival, a comida, o café da manhã, a hospedagem das pessoas, eles fazem um trabalho coletivo mesmo, de alojar as pessoas, de fazer a alimentação, de receber todo esse público de fora e mostrar o que eles têm ali, que é uma diversidade muito bacana no entorno. Eles trabalham com artesanato, frutos do cerrado, com toda essa questão sobre conservação dos recursos

naturais, eles têm muita coisa para oferecerem para o público. E é uma forma de serem divulgando Sagarana. O festival é muito importante, dá uma visibilidade, eles podem expor os problemas e o pessoal que participa também leva alguma forma de contribuição, parceria e propõe projetos de melhorias (RODRIGUES, Isabel Dantas, 19 de fev. 2014).

Outro evento que compõe os aspectos culturais da Comunidade é a Festa de Maio, também denominada pelos moradores como Festa de Romaria, expressão cultural muito comum nos sertões de Minas Gerais e que se mantém presente nessa Comunidade, oportunidade em que os moradores pagam suas promessas e cumprem sua devoção, como fez Francisco Montijo que, no ano de 2014, organizou uma romaria para Trindade, cidade de Goiás, em pagamento a uma promessa ao Divino Pai Eterno. A Romaria é considerada por alguns moradores como uma caminhada de fé e devoção, características que se entrelaçam produzindo experiências pessoais únicas. Portanto, as romarias se constituem num simbolismo religioso, por meio do qual se desencadeiam sucessivamente súplica, promessa, intercessão, milagre e o pagamento da graças alcançada.

Na Comunidade Sagarana os festejos acontecem na última semana de maio, e exemplificam os momentos de fé e comunhão. Mesmo representando um aspecto tradicional, Maria Cardoso, moradora antiga da Comunidade, nos relata algumas mudanças “ainda existe, mas antigamente era mais, hoje o povo não segue muito, não é tanto com antes (...) parece que o povo tá perdendo a fé” (MATOS, Maria Cardoso de, 04 de dez de 2014). A moradora evidencia em sua fala que atualmente a participação do povo tem diminuído muito durante os festejos. Além da Festa de Maio, outras romarias são organizadas na Comunidade e os centros de peregrinação mais visitados são a Serra das Araras, em Minas Gerais, em devoção a Santo Antônio; e Trindade, em Goiás, em devoção ao Divino Pai Eterno.

A cavalgada é também uma tradição cultural que faz parte das festividades da Comunidade. Ela é mais comuns durante a festa de maio e no Festival de Sagarana, período em que se destacam os aspectos religiosos da cavalgada, como as orações, a benção concedida pelo vigário paroquial e os pedidos de proteção para o percurso da marcha com a intenção de que sejam amenizados os possíveis dissabores do trajeto. Essas cavalgadas seguem um ritual em que à frente das filas

posicionam-se as damas porta-bandeiras, com as bandeiras do Estado de Minas Gerais, do Município de Arinos e a bandeira de Nossa Senhora Aparecida, a “padroeira” da cavalgada, cujo significado representa respeito, fé e devoção. Além do aspecto devocional, a cavalgada também representa diversão e entretenimento para aqueles que se aventuram participar.

Durante o percurso da cavalgada são vivenciados momentos de comunhão entre os participantes do evento, isso intensifica o sentido de identificação da Comunidade e favorece a aproximação entre as gerações, visto que envolve crianças, adolescentes, jovens, adultos e também os mais idosos. Segundo Antônio Silvio Nunes de Oliveira, morador da Comunidade e um dos integrantes da cavalgada, o evento já conseguiu reunir cerca de 300 cavaleiros, é muito divertido: “cativa as crianças, atrai os jovens, encanta mulheres e homens adultos, a gente espera que isso nunca acaba”. Esses momentos confraternais ocorrem, principalmente, durante a alimentação: “sempre tem o churrasco, o último que participei foi na fazenda de Dilo, José Valdir, ele matou um bezerro” (OLIVEIRA, Antônio Silvio Nunes de, 04 de dez de 2014). Os hábitos alimentares, inseridos nesse universo cultural, também estão impregnados de sentidos e significados e serão tratados mais a frente, ainda nesta seção.

Conservar as tradições é uma forma de preservar para as gerações futuras hábitos e práticas que são constituintes fundamentais da identidade das comunidades. Para Hall (2014), a tradição

significa um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com o passado histórico adequado (HALL, 2014,p.32).

Os festejos tradicionais demandam grande movimentação comunitária para que se garanta a permanência desses costumes, pois representa um momento de socialização da Comunidade: “(...) esta festa de folia, ela é um encontro de amigos, na ocasião da festa no dia 06 de janeiro a gente encontra aquelas pessoas principalmente da família” (JESUS, Argemiro Graciano de, 05 de ago. 2014). Assim, homens e mulheres dividem as tarefas de preparativos das festas, fazem a comida, ornamentam suas casas para receber os foliões, recolhem donativos para os leilões e para os brindes que serão sorteados entre os participantes da cavalgada, assegurando a continuidade e a graciosidade desses rituais.

A dança é um folguedo que faz parte dos festejos da Comunidade Sagarana e que também atrai pessoas de todas as idades. Nesse universo cultural, as danças do Gambá e do Engenho são exemplos típicos de manifestações que remetem a expressões de uma memória corporal e evidenciam o processo histórico e cultural da adaptação do homem ao sertão e ao cerrado. Segundo o morador, José Lúcio do Amaral, conhecido como seu Zezinho porteiro da escola, essas danças são apreciadas por todos, no entanto, quando ele mudou para a Comunidade, em 1988, observou que elas apresentavam características diferentes das que ele conhecia em Bonfinópolis de Minas, aos poucos ele foi sugerindo adaptações e as danças foram executadas e aperfeiçoadas pelos participantes. Desse modo concluímos que determinadas danças, apesar de terem o mesmo nome em distintos lugares, possuem características regionais que vão se modificando conforme a habilidade, a criatividade e a disposição de inovar da Comunidade.

Para ditar o ritmo das danças, os tocadores da Comunidade utilizam como principais instrumentos a sanfona e o violão, muitos aprenderam a tocá-los apenas observando e ouvindo os mais velhos, como é o caso de Celso Emídio de Jesus que aprendeu ainda criança e, desde então, tem guardada sua primeira sanfona. Segundo Suely Francisca de Jesus, não são necessários outros aparatos especiais, como roupas, para executar os passos, basta se deixar levar pela vontade de se divertir.

Essas danças é um divertimento, é um tipo assim de uma educação física para o corpo da pessoa. Depois que a pessoa treina dançar elas, aí a gente faz muito movimento com o corpo. Costume da gente desde menino é uma dança de muito exercício (AMARAL, José Lúcio do, 04 de dez. de 2014).

É por meio do sincronismo dos movimentos corporais que observamos os sinais marcantes da identidade cultural que apresenta e traduz a forma de ser e de viver no cerrado, sua alegria e seus costumes. Entretanto, é sabido que, principalmente, as novas gerações têm sido atraídas pelos ritmos modernos, uma espécie de dominação midiática que tem chegado às áreas rurais,

os mais jovens aqui não têm influência não, hoje em dia a juventude partiu para essa dança de pula-pula, a anarquia de dançar sozinho, né? Poucos

são os que interessam por essas danças de cultura, esses só vai porque os pai vai né? (AMARAL, José Lúcio do, 04 de dez. de 2014).

Ainda que José Lucio, o porteiro da escola, não perceba que a influência rítmica nas danças dos jovens da Comunidade se deve às mudanças culturais a que esses estão submetidos, ele vê tais mudanças de forma negativa, dado que esses ritmos não correspondem à forma como eram executadas as danças. Para ele, essas transformações são vistas como desrespeito aos valores culturais. Em contrapartida, os grupos de dança da Comunidade se esforçam para repassar e praticar passos e ritmos tradicionais, a fim de que sejam preservados a cadência e passos característicos da região, esses normalmente estão relacionados a lida dos homens e das mulheres com a terra.

O artesanato é outro traço cultural marcante da Comunidade Sagarana. Nas mãos de algumas mulheres da Comunidade está o poder de perpetuar a arte de fiar e tecer. Conforme relato das fiandeiras, denominação dada às mulheres que se dedicam à arte de fiar em teares manuais, herança cultural da época da colonização, fazer dessa arte uma fonte de renda familiar foi um processo incentivado na Comunidade pelo INCRA.

A prática de tecer em teares é uma tradição histórica, que remete ao século XVIII, e foi trazida pelos colonizadores portugueses. Nessa atividade utilizam-se os recursos naturais do território, portanto, as fiandeiras buscam na natureza materiais necessários à produção de seu artesanato, como a lã do algodão, o corante do urucum, usado na coloração dos fios que formarão o tecido e, por conseguinte, as peças artesanais como: cortinas, mantas, cachecóis, xales, jogos de mesa, colchas, toalhas, entre outros. A atividade não garante uma fortuna, mas produz uma riqueza cultural amplamente reconhecida, afiançando que essa arte se mantenha e ainda ajude a suprir algumas necessidades da família, o que possibilita uma vida mais digna. Como exemplo desse reconhecimento, dona Gercina Maria de oliveira⁵⁴, uma das principais

⁵⁴ No dia 22 de abril de 2014, faleceu Dona Gercina Maria de Oliveira. Foi com grande espanto que recebemos o comunicado, “minha avó faleceu”, assim disse minha aluna, Fernanda Cardoso de Oliveira. Perdemos de forma repentina, uma pessoa talentosa, dinâmica, uma moradora urucuiana. Dona Gercina foi uma das primeiras moradoras, com a qual iniciei meus trabalhos, ela e esposo vieram da chapada e receberam o lote nº 35 no PIC. Representante das fiandeiras e da cultura local possuía uma memória

representantes do grupo de fiandeiras da Comunidade Sagarana, que iniciou sua arte aos sete anos, projetou internacionalmente a Comunidade. Ela foi convidada pela ABEXA – Associação Brasileira de Exportação de Artesanato como uma das representantes da região Sudeste para participar de um evento que divulgou trabalhos de mulheres artesãs de todas as regiões do Brasil. O evento aconteceu em nível internacional, dando oportunidade a dona Gercina de viajar para outros Estados e também outros países, apresentar sua arte, viver novas experiências, conhecer outras culturas e, inevitavelmente trazer algumas influências para o grupo ao qual pertence e, da mesma forma, partilhar os traços culturais do seu grupo com aqueles com os quais conviveu durante o evento: “Cultivo esse serviço porque gosto, aprendi desde pequena e levo para a vida inteira” (OLIVEIRA, Gercina Maria de, 14 de dez. de 2013).

Outra artesã, dona Conceição Lourença Leite, na imagem abaixo, relata que as relações sociais se intensificaram após a constituição de uma associação, cujo objetivo principal era a reestruturação, produção e comercialização do artesanato local. A Associação dos Artesãos de Sagarana e Tecelagem das Veredas, juntamente com outros núcleos de produção ⁵⁵, dividiram e otimizaram o processo de produção fiação, tingimento, tecelagem e bordados.

fantástica sobre a história da Comunidade, foram poucos, mas muitos proveitosos, os contatos que tivemos com ela.

⁵⁵ Urucuia, Natalândia, Uruana, Riachinho, Bonfinópolis, Brasilândia, Chapada Gaúcha, Serra das Araras e Buritis formam o conjunto de associações denominado “Fiandeiras do Vale”.

Cada núcleo é especialista em uma ou mais fases da produção, até a finalização dos produtos que são mantas, cortinas, e tantos outros já mencionados.



Figura 3: Associação dos Artesãos de Sagarana.

Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 15 de dez. de 2013.



Figura 4: João Barbosa de Azevedo e Conceição Lourença Leite.

Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 15 de dez. de 2013

A “Central Veredas” é uma instituição que representa algumas associações da região, funciona no município de Arinos e é responsável por captar e revender os artesanatos. Isso, apesar de ser o

meio viável para comercialização dos produtos, em grande medida, tem contribuído para que muitas fiandeiras se desinteressem pela arte de fiar, e ainda que as mais jovens não vejam nessa atividade uma prática atrativa, visto que o retorno financeiro é bastante demorado. Conforme nos relata dona Conceição,

A gente conversa muito sobre isso. Falta de chamar não é! Eu sinto que é falta de vontade de aprender. De 2000 prá cá, a gente passou um período muito bom de vendas com a criação da Central Veredas, mas depois, nós como fiandeiras que estamos na ponta da corda a gente demorava muito a receber de 6 a 9 nove meses, e aí muitas foi saindo (LEITE, Conceição Lourença, 02 de ago.de 2014).

Mesmo diante das dificuldades, o entusiasmo com que falam dessa arte é contagiante. Agregado à arte de fiar, tem-se o “canto das fiandeiras” que se tornou uma prática comum entre elas. Por meio do canto, a atividade é desenvolvida como uma distração, entretenimento e motivação para o trabalho e, atualmente, é considerada uma expressão cultural da Comunidade, tanto que muitas vezes as fiandeiras são convidadas para se apresentarem nos eventos culturais da região apenas para entoarem as cantigas cantadas durante o processo de fiação. Por meio da cantoria, as fiandeiras relatam sua prática de fiar e também as atividades que exercem cotidianamente na Comunidade, as letras das músicas quase sempre remetem ao próprio ato de fiar e ao cotidiano. A exemplo disso a letra, descrita abaixo, cuja autoria é atribuída a Dona Gercina, como ela própria nos informou.

BAIANA

.....
 “A roda que fio nela ô baiana, oi iá iá
 Sabe lê, sabe escrever ô baiana, oi iá ia
 Também sabe me contá ô baiana, oi iá ia
 Quanto custa um bem querer ô baiana, oi iá iá
 A roda que eu fio nela ô baiana, oi iá iá
 É só eu que ponho a mão ô baiana, oi iá ia
 Ou então minha cunhada ô baiana, oi iá ia (...)

(OLIVEIRA, Gercina Maria de, 14 de dez. 2014)

.....

No verso “é só eu que ponho a mão ou então minha cunhada”, destacamos a importância e o valor do instrumento de trabalho, bem como a ligação familiar da tradição de fiar. No entanto, as facilidades oportunizadas pela modernidade têm direcionado as filhas das artesãs para outras atividades, grande parte das jovens acaba optando por irem para a cidade em busca de uma colocação no mercado de trabalho ou ainda para continuarem os estudos. Hoje existem aproximadamente 30 mulheres, com idade em torno de 40 anos ou mais, número que vem diminuindo em função do falecimento daquelas que dominam a arte e do desinteresse de algumas em aprender o ofício. A vontade de que essa prática permaneça e que as novas gerações também exerçam a atividade faz com que as fiandeiras se dediquem ao ato de ensinar seus conhecimentos. Para tanto, oferecem cursos de capacitação, partilhando suas habilidades com entusiasmos e orgulho. Todavia, todo esse esmero e paixão não têm sido suficientes para despertar o interesse das mulheres mais jovens da Comunidade pela arte de fiar e tecer.

Conforme já havíamos mencionado, retornamos aos hábitos alimentares dessa Comunidade visto que alguns moradores foram enfáticos em destacar tais hábitos e de como esses têm se alterado, muito em virtude das influências impostas pela modernidade. Alguns relatam que hoje é muito mais fácil e atrativo adquirir o alimento “pronto”, industrializado, do que se dedicar ao plantio e cultivo desses. Também observamos que as dificuldades ambientais, como a escassez das chuvas, têm contribuído para que, os moradores, recorram aos alimentos oferecidos pelos supermercados e comércios da região, outra situação que passou a compor a realidade da Comunidade, sendo que antigamente não dispunham desses estabelecimentos tão próximos, como hoje.

Constatamos que, apesar dos moradores veem isso como um benefício, muitos falam com nostalgia do tempo em que produziam seus próprios alimentos. Conforme eles mesmos relataram, a coleta e produção de alimentos, além de ser uma prática comunitária que envolvia os membros da família, pais e filhos, sendo que, até mesmo os pequenos ajudavam, se destinava à manutenção do grupo familiar e também era comercializado, como forma de garantir a sobrevivência desse. Eles ainda apontam, em seus relatos, a fartura que a natureza oferecia, dona Suely, por exemplo, apresenta uma lista do que era colhido, se lembra do jacatupé, uma espécie de batata que hoje não se vê mais por aqui; o cará do ar que, segundo ela, parece um rim de porco; o cará do chão, esse parece com inhame; o ingá ou angá, um fruto com formato de cipó que ainda é encontrado na região; e ainda a

japecanga, outro cipó muito utilizado para fazer molhos. A lista é bastante extensa e até mesmo exótica, para os hábitos alimentares de outras regiões do país, como, por exemplo, o picão, o carirú de porco, o saputá, a pitanga do cerrado, o pequi e o famoso baru e sua castanha, e tantas outras.



Figura 5: Castanha do Baru nas mãos do seu Cassiano Pereira de Jesus “Seu Cassu, rei do baru”.

Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 30 de Nov. de 2014.

Existia uma diversidade de plantas que fazia parte das práticas alimentares do povo da Comunidade Sagarana. E somando-se a essa variedade, a grande produção agrícola no início da implantação do PIC, fato que era reforçado pela fertilidade do solo, tudo isso contribuía, sobremaneira, para a subsistência das famílias, entretanto, hoje, muito desses hábitos se perderam, o extrativismo perdeu sua força. É certo que as mudanças ambientais são fatores preponderantes para essa nova realidade, mas também há que se considerar a utilização capitalista da terra e ainda a dependência e comodidade, como já mencionado, em relação aos produtos industrializados que se sobrepõem às práticas tradicionais.

Quando plantamos feijão eu lembro foram 54 sacos de feijão. Eu lembro que os meninos eram pequenos, foi uma fartura, aí ele [o marido] até fez voto com Nossa Senhora Aparecida se ele colhesse aquele feijão. Ele ia vender os sacos de feijão para ir lá, na Aparecida, e foi! Teve um momento mais melhor, né? (LEITE, Conceição Lourença, 02 de ago.de 2014).

Percebemos que existe nas falas dos entrevistados uma memória de fartura que se contrasta com a escassez atual, quando as terras se encontram exauridas, “hoje dá né? Só através de máquina” (JESUS, Alvarinda Francisca de, 02 ago. 2014). Porém essa situação não é vista pelos moradores como motivo de desânimo e fracasso, apesar das dificuldades, eles falam como vencedores, pois o grande legado de cada um é a conquista da terra: “mais eu gosto muito de minha terra, porque foi o lugar que a gente produziu, criou a família, né?” (PEREIRA, Maria Domingues. 04 de ago. de 2014).

Ainda que mudanças significativas tenham ocorrido, como o uso de máquinas, citado por dona Alvarinda, o básico ainda é produzido pelas famílias, como o milho, o arroz e o feijão, a mandioca, a cana-de-açúcar, e outros. Percebemos que as lembranças do tempo de fartura e que os hábitos alimentares daquele tempo revelam o saudosismo das práticas tradicionais. Assim, permanecer com o cultivo de algumas culturas e colocar sobre suas mesas alimentos que representam escolhas modernas ou tradicionais são uma forma de fazer subsistir a lida com a terra, instrumento maior de sua razão de “ser comunidade” e garantia de sua identidade social. Nesse sentido, Braga (2004) corrobora,

um (...) aspecto da cultura alimentar refere-se aquilo que dá sentido às escolhas e aos hábitos alimentares: as identidades sociais. Sejam as escolhas modernas ou tradicionais, o comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido que conferimos a nós mesmos e à nossa identidade social. Desse modo, práticas alimentares revelam a cultura em que cada um está inserido, visto que comidas são associadas a povos em particular (BRAGA, 2004, p.39).

O empenho para que as tradições e práticas cotidianas permaneçam na Comunidade Sagarana é um esforço daqueles que a constitui como, por exemplo, os moradores mais antigos que se dedicam à transmissão de seus saberes tanto para os familiares mais novos, como os demais que, atualmente, integram essa Comunidade. Da mesma forma a Comunidade conta também com o apoio de projetos governamentais, e instituições não governamentais, como o Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão (Cresertão), fruto da parceria entre o Instituto Alfa, Fundação Banco do Brasil e o Instituto Estadual de Florestas/ IEF, cuja finalidade é difundir e reaplicar Tecnologias Sociais adaptadas à realidade do Vale do Urucuia. E ainda,

desde 2009, conta também com o apoio do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, que por meio de projetos de extensão, interage o saber acadêmico com o saber popular. O Cresertão desenvolve na Comunidade Sagarana diversos projetos que, além de possibilitar aos moradores condições mais favoráveis de permanência no espaço em que vivem, incentiva as práticas e hábitos cotidianos por meio da valorização de seus saberes. Assim, percebemos que muito do que subsiste ao tempo e à modernidade não se trata apenas de relatos ou lembranças evocadas pela memória, mas representa o comprometimento de um povo que luta para a preservação de seus valores culturais, revelando estratégias de sobrevivência que garantem a permanência desse povo e de suas tradições.

Buscamos agregar a esta seção, de modo comedido e por meio das vozes dos participantes, o levantamento do imaginário local sobre os simbolismos festivos e culturais característicos da Comunidade, exaltando sua importância para o fortalecimento da identidade desses habitantes do cerrado. Reconhecidos pelo modo de vida simples, sem o consumismo exacerbado do mundo urbano, observados na forma de se vestirem, nos festejos, na convivência, na alimentação, no canto e na roda de prosa, especialmente entre os mais velhos, peculiaridades que, por meio da memória, desvelam a estruturação da identidade cultural dessa Comunidade. São eles que, ao rememorar, promovem um constante refazer, reconstruir, repensar com ideias e imagens atuais as experiências passadas, conforme já mencionamos. Verificamos junto aos nossos entrevistados uma valorização dessas práticas com maior ênfase à socialização que elas proporcionam, o que confere ao grupo a sensação de proximidade e semelhança, momentos de apropriação cultural que permitem um reviver o passado com base nas representações do presente.

De tal modo, evidenciamos o sentimento de pertença que se determina a partir de laços entre o sujeito e o seu modo de ser, entre os comportamentos e estilos de um grupo ou de uma comunidade da qual se torna integrante, fazendo com que ele experimente e atue como participante pleno, sobretudo, no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e aos valores, componentes peculiares que ajudam a explicar a manutenção e perpetuação dos seus aspectos culturais.

3.3 CERRADOS E VEREDAS EM CHAMAS: SUA APROPRIAÇÃO, PRIMEIRA EXPERIÊNCIA IDENTITÁRIA

Nesta seção nosso foco foi direcionado, primeiramente para uma breve descrição das veredas que fazem parte do cerrado e dos impactos advindos do Projeto de Colonização sobre esse bioma. Posteriormente, serão analisadas as propostas do INCRA para as ações dos assentados sobre o meio ambiente. Também discutiremos a respeito da criação e relevância da Estação Ecológica de Sagarana, unidade de conservação de proteção integral, cujo objetivo principal é a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. E, por fim, analisaremos a postura e ações empreendidas pelos moradores frente aos desafios ambientais que se apresentam na atualidade, tais como escassez de água, destino do lixo, desmatamento, entre outros. Atitudes que representam a busca por alternativas para a sustentabilidade e conciliação da qualidade de vida e preservação ambiental.

A apropriação da natureza pelos assentados foi a primeira, mas não a única, experiência identitária desenvolvida a partir do processo de construção de sentidos e significados para as ações coletivas com relação ao meio ambiente. Assim, novas maneiras de interpretar e lidar com a natureza, novos meios de se relacionar com o tempo e com o espaço foram estabelecidos e concebidos a partir da implantação do Projeto de Colonização Sagarana. Segundo Ribeiro (2005), “as relações entre as sociedades e a natureza estão, decisivamente, marcadas pela própria forma como o mundo natural é percebido em cada cultura” (RIBEIRO, 2005, p.30). Nesse sentido, as ponderações de Martins (2011) também corroboram o entendimento de como se estabelece a relação entre o homem e o mundo natural:

o cumprimento de normas de apropriação da natureza é sustentado historicamente pelos elementos constituintes e constituidores da cultura. Ela remete a organização social, territorial, econômica e política do grupo. É parte fundamental, portanto, de qualquer projeto de educação ambiental que considere estas teias de significação e de representação de mundo construído na/e a partir da cultura. Além de contribuir para uma leitura mais orgânica das práticas territoriais, permite também a análise dos princípios que regulam a apropriação da natureza internamente aos grupos sociais

(MARTINS,2011, p. 197).

Assim sendo, percebemos que a natureza não pode ser apartada da cultura, não somente as palavras, os cantos, os gestos, os saberes desaparecem, mas também as espécies. Esse foi o sentido atribuído a “A Caminhada dos Sertões”⁵⁶, jornada socioambiental pela diversidade do cerrado mineiro que reuniu pessoas de diversos lugares do país. Conforme nos relata seu Argemiro, esse evento ocorreu em 2014, pela primeira vez na Comunidade Sagarana e teve como objetivo despertar para o processo de desertificação que ameaça a região, bem como refletir acerca das mudanças necessárias para se evitá-la.

⁵⁶ O Caminho do Sertão oferece uma imersão no universo de Guimarães Rosa, na literatura, na geografia, nos saberes e fazeres dos habitantes dos vales dos rios Urucuia e Carinhanha, no noroeste e norte de Minas Gerais. Propõe-se uma jornada de 150 Km, a ser percorrida a pé, em 7 (sete) dias, saindo da Vila de Sagarana, no município de Arinos-MG, para chegar à cidade de Chapada Gaúcha. Assim, uma jornada literária “de Sagarana ao Grande Sertão” nos leva da primeira à mais importante das obras do Rosa. Propõe-se uma jornada que percorrerá parte do caminho realizado por Riobaldo em sua travessia rumo ao Liso do Sussuarão – suposto deserto do Grande Sertão: Veredas; uma jornada em terras marcadas por movimentos, deslocamentos e giros, por presenças em Travessias, a revelar que o deserto é não-deserto, terra de um povo geraizeiro, onde natureza e humanidade estão imbricadas, Terra de cultura! É uma jornada socioambiental pela diversidade do cerrado mineiro, em que se fundem veredas, lagoas, rios, comunidades tradicionais, povoados, assentamentos de reforma agrária e grandes fazendas do agronegócio. É a oportunidade para os caminhantes despertarem o olhar para o processo de desertificação que ameaça a região e refletir acerca das mudanças necessárias para evitá-la. Assim, propõe-se uma jornada existencial, na medida em que a travessia do sertão proporcione o encontro com as estórias de Rosa, com as estórias e histórias do povo sertanejo de Minas Gerais e, ainda, com as trajetórias e visões pessoais dos caminhantes, levando-os a refletir sobre as próprias questões e as socioambientais. Propõe-se um grande diálogo a apontar para o autoencontro de toda verdadeira caminhada. Nos dizeres do Rosa/Riobaldo, o sertão “está em toda parte”, “é do tamanho do mundo”, “não está em lugar nenhum” e “está dentro da gente”, o que revela o paradoxo humano que se reflete na Terra. Disponível em: <https://ocaminhodosertao.wordpress.com/2014/05/13/o-caminho-do-sertao-de-sagarana-ao-grande-sertao-veredas-2/> acessado em 06 de janeiro de 2015.



Figura 6: Argemiro Graciano de Jesus.

Fonte: Mariana Cabral disponível em: <https://alemdasparedes.wordpress.com/2014/10/22/sertao-do-brasil-central/Acesso> em 27 de jan.2015.

O senhor Argemiro nos relatou sua experiência na caminhada:

Eu fui na caminhada dos sertões e gostei demais. Caminhei do primeiro ao último passo e ajudei a tirar o mapa das estradas, convidei muita gente, parecia que eu tava precisando fazer essa caminhada e eu fiquei muito feliz. Veio um grupo de gente de fora do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Brasília, Uberlândia, Belo Horizonte, foi aquele calor humano que curava o cansaço. Eu fico feliz do meu conhecimento de sertanejo servir prá mostrar, né? Eu passei muito minhas experiências, ouvi muito também! Eu sempre era chamado pelo grupo prá falar como era o nome das plantas. Eu conheço quase todas as ervas medicinais, aprendi com minha vó (JESUS, Argemiro Graciano de, 05 de ago. 2014).

Essa caminhada representou a preocupação em torno da preservação do ambiente natural que, de certa forma, foi o responsável pelo estabelecimento da Comunidade na região. Assim, propor uma jornada existencial é trazer à tona o encontro com as histórias de Rosa,

com as histórias do povo sertanejo, com as suas trajetórias e visões pessoais, levando-os a refletir sobre as questões socioambientais.

Mesmo tendo envolvido um número estimado de pessoas e ainda mobilizado ativistas de várias regiões do país, a Caminhada dos Sertões pode ser considerada como uma micromobilização, tendo em vista que reuniu grupos culturais e cidadãos comuns com objetivos ambientalistas, criando uma nova forma de solidariedade, evidenciando um problema regional que cada vez mais se torna planetário. Segundo Ângela Alonso, Valeriano Costa e Débora Maciel (2008), a micromobilização se deve aos

microcontextos de interação social, tais como instituições profissionais, grupos culturais e redes de amizade, nas quais cidadãos comuns se convertem em ativistas ambientalistas. A conexão (...) é, antes de mais nada, uma interação sociocultural e pessoal, por meio da qual interpretações comuns, laços afetivos, lealdades comunitárias e o sentimento de pertencimento a grupos se constroem (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2008, p.26).

Parte integrante do Bioma Cerrado⁵⁷, as veredas são espaço privilegiado de territorialização, devido a presença de água e de terras agricultáveis, consideradas também como brejo ou campo úmido, significa caminho estreito, trilha ou picada, são cabeceiras de cursos d'água de onde emergem altas palmeiras de Buriti ou *Mauritia Flexuosa*⁵⁸. As veredas representam um oásis no cerrado, pois estão sempre verdes, “é uma pausa na travessia: um lugar no sertão” (BOAVENTURA, 2007, p.222). Com essas características, seduziu e fixou os primeiros núcleos de povoamento no cerrado, permitindo o avanço da pecuária e dos grupos humanos. No noroeste de Minas Gerais

⁵⁷ O Cerrado, por se tratar de uma fase final da evolução geológica, não possui mais as riquezas de nutrientes em seu solo, como em outros biomas, e sua degradação acelera o processo de uma destruição total, sem chance de recuperação até mesmo em longo prazo. Sabendo que o cerrado deixará de existir um dia, com ou sem a ação humana, deveríamos tentar preservá-lo por mais tempo, no entanto, o que estamos fazendo é abreviando esse processo. Ver LUZ, Claudia & DAYRELL, Carlos. **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros. Editora Max, 2000.

⁵⁸ Nome científico das Palmeiras das veredas o “Buriti”.

encontramos uma grande quantidade de populações no entorno dessas veredas, como é o caso do município de Arinos que se constituiu a partir da “Vereda Barra da Vaca”.

As veredas exercem um papel fundamental na distribuição dos rios e seus afluentes, visto que é a partir delas que surge gradualmente a água que se encontra armazenada a pouca profundidade no solo, ou seja, a vereda é responsável pela emersão do reservatório de água do lençol freático⁵⁹. Ela também representa manutenção, refúgio, abrigo, fonte de alimento e local de reprodução da fauna do cerrado. Terra que propicia o cultivo e extrativismo e tece a constituição de uma territorialidade que é contingente pelo uso comum para a coleta de frutos, ervas e madeira e, também, para a criação de gado.

À par de sua grande importância ecológica e econômica, as veredas, exercem uma espécie de fascínio sobre seus observadores, cuja motivação remonta, quem sabe, à cultura ancestral dos povos do cerrado, impregnada de mitos, lendas e mistérios. Por isso, talvez, seja tão emocionante contemplá-las, admirá-las em seu paradisíaco cenário: é como se quiséssemos trazê-las, a um só tempo, para o nosso universo pessoal, místico, mítico e científico. (BOAVENTURA, 2007, p.10)

As veredas, os leitos dos rios e os fundos dos vales se tornam apoio privilegiado de territorialização e de organização social, devido à presença de água e ainda por oferecerem terras mais adequadas à agricultura. Aqueles que habitam as veredas e delas fazem uso são denominados veredeiros ou brejeiros, pois têm um modo de vida característico, suas casas, suas áreas de cultivos estão sempre ligados à Vereda, é um fazer constante, uma junção no cotidiano de águas e terras. Delas eles retiram a água para consumo humano e animal, aproveitam a palha do buriti na construção de telhados para suas casas, e ainda os frutos e troncos dessa palmeira.

O cerrado com suas veredas é, hoje, tema de preocupação, seja no meio acadêmico ou por aqueles que têm nesse ambiente seu

⁵⁹ Depósito de água retido numa formação rochosa superficial ou interestratificada entre camadas impermeáveis, retendo as águas de infiltração no solo e devolvendo-as como fontes ou nos poços artificiais. **Dicionário Geológico e Geomorfológico.** Disponível em lhjm.macrodeseign.com.br/.../dicionário-geológico-e-geomorfológico.pdf. Acesso em 27 de jan. de 2015.

único modo de sobrevivência. A não aplicabilidade das leis ambientais, anterior a Constituição de 1988, possibilitou aos próprios órgãos governamentais o desrespeito ao bioma para a implantação de seus projetos, tendo como justificativa a chegada do progresso à região. Mesmo após a criação de leis em defesa do meio ambiente, durante o *boom* da agropecuária que aconteceu no Cerrado, alguns incentivos do Governo brasileiro foram agravantes para o processo de devastação do bioma, já que a fiscalização ambiental, ao que parece, era e ainda se mostra ineficaz.

A modernização das técnicas produtivas no campo, em especial na área do cerrado, aliada a investimentos financeiros, subsidiados por programas e políticas governamentais, têm impactado e provocado o alastramento indiscriminado da cultura de grãos, como soja e feijão, e também a criação de gado. Isso, de certa forma, não pode ser visto como algo de todo prejudicial, visto que transformou a região praticável para agropecuária, aspecto favorecido pela topografia do lugar e também pela abundância de recursos hídricos.

Para além dessas questões, verifica-se que o desmatamento de extensas áreas do bioma acarretou danos irreversíveis ao meio ambiente, como evidencia a fala do senhor Militão: “prejuízo que a gente fez, né? Prejuízo. Desmatei tudo com machado, hoje eu sinto falta dessas árvores que tinha, hoje a madeira de lei tá muito difícil” (MONTEIRO, Militão Gomes, 01 de ago. de 2014). As graves consequências do desmatamento refletiram diretamente na vida da Comunidade. O assoreamento dos rios, a extinção de árvores nativas e espécies animais, e ainda o empobrecimento do solo, entre outros impactos ambientais, têm sido os grandes responsáveis pelo abandono de muitos moradores que, sem condições materiais de produção, se veem obrigados a vender suas terras e irem tentar a sorte nos centros urbanos, em busca de melhores condições de vida.

Dentre os diversos apontamentos referentes aos problemas ambientais causados pelo desmatamento, a sensível diminuição das águas é a principal preocupação dos moradores da Comunidade. Eles falam com certa contrariedade sobre a forma irregular com que esse recurso tem sido utilizado “(...) eu sou fornecido com a água da rua, a água da rua podia dá pra todo mundo, mais o pessoal eles não usam a água, eles abusam da água. Ela vem por gravidade então ela não é valorizada, ela é abusada” (JESUS, Argemiro Graciano de, 05 de ago. 2014). Os grandes proprietários de terra, através de poços artesianos e irrigação por pivô central, retiram do lençol freático água para suas plantações. É notório que o processo de desertificação, dada a forma

irregular e irresponsável com que os recursos ambientais têm sido explorados, é algo inevitável, contudo, esse processo, em muitos casos, tem sido acelerado, como podemos observar na região e entorno da Comunidade Sagarana, onde é comum encontrarmos extensas áreas de cultivo de soja e feijão, entre outros grãos.

Como já evidenciamos no capítulo anterior deste estudo, o cerrado foi explorado para atender a execução do PIC Sagarana. Isso se comprova no Projeto Técnico de 1974. Conforme o texto, “com o plano de desmatamento, poder-se-ão formar os pastos necessários para o início da pecuária, iniciar as culturas anuais, construir desde o primeiro ano, as benfeitorias e introduzir o gado e o pomar a partir do segundo ano” (INCRA- PROJETO TÉCNICO, 1974, p.139). Ainda de acordo com a proposta, o espaço natural seria ocupado de forma “disciplinada”, ou seja, todo o processo de ocupação e de desmatamento estava previsto e aprovado pelo INCRA. Ao analisarmos a proposta do projeto técnico não verificamos nenhuma referência aos possíveis impactos que o plano de desmatamento traria ao meio ambiente e, conseqüentemente às gerações futuras.

O destino do cerrado, das veredas e das chapadas estava traçado, novas tecnologias de plantio e cultivo de grãos foram introduzidas a fim de atender a exigência de uma produção em larga escala, propiciando a criação de um polo microrregional de desenvolvimento e a inserção da economia local no contexto produtivo nacional. Todavia, para que se alcançassem tais objetivos foram empreendidas ações devastadoras do espaço natural, as novas práticas produtivas introduzidas em favor de uma “suposta modernização” do território alteraram profundamente o bioma, acarretaram prejuízos ao meio ambiente e afetaram diretamente a vida social local.

Previamente à implantação do projeto, uma espécie de socialização ambiental foi desenvolvida pelo INCRA, conferindo estratégias de dominação da área para qual se direcionou o assentamento. Para tanto, a derrubada do cerrado, o uso de máquinas para a máxima exploração do solo, a utilização de adubos químicos e de fertilizantes foram técnicas disseminadas, como forma de se elevar o nível tecnológico da região e aumentar a produtividade da terra.

Diferentemente da agricultura tradicional, as novas relações com a natureza modificaram as experiências de manutenção da biodiversidade, do extrativismo e do manejo da terra. Essas foram postas de lado e novas estratégias foram direcionadas pelo e para o mercado, com vistas a uma produção em grande escala. Não de pode negar que inicialmente tal postura foi motivo de euforia e bonança, no

entanto, com o passar dos anos, incidiram as implicações da exploração desordenada. Para a natureza essas implicações foram devastadoras, pois a prática de uma agricultura baseada na intensa utilização de fertilizantes e na implantação de culturas únicas, como o feijão, causou o empobrecimento do solo, tornando-o incapaz de recuperar seus nutrientes, provocando a desertificação e a consequente erosão.

Raffestin (1993), já citado no capítulo anterior, expõe em seu livro “Por uma Geografia do Poder”, que o homem ao ocupar o espaço natural, o transforma em um território urbano ou humano, adaptando e implantando suas atividades cotidianas. É o que observamos nas práticas dos moradores da Comunidade quando da ocupação do espaço onde foi implantado o PIC. Essas ações trouxeram grandes danos ao meio ambiente, como a derrubada de árvores de espécies nobres para dar lugar ao cultivo de algumas culturas, como milho e feijão; as queimadas para adequar o terreno para as novas culturas, o destino inadequado para o lixo e esgoto, entre outras. Esses são apenas alguns exemplos de irregularidades que evidenciam as implicações humanas sobre esse ambiente.

Ao analisarmos a relação entre os assentados, o meio geográfico e sociocultural em que estão inseridos, bem como, o processo de gestão do espaço, sua adaptação e transformação é importante refletir a respeito do documento da Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a sustentabilidade, realizada em Tessalônica (Grécia), em dezembro de 1997. Esse documento alerta para a necessidade de se articular ações de educação ambiental como um

processo coletivo de aprendizado, as parcerias, a participação paritária e o diálogo contínuo são requeridos entre os governos, autoridades locais, comunidade educacional e científica, empresas, consumidores, organizações não-governamentais, mídia e outros atores sociais, para que se atinja a conscientização e se busquem alternativas, bem como se atinja a mudança de comportamentos e estilo de vida, incluindo padrões de consumo e produção na direção da sustentabilidade. Enquanto o conteúdo básico e o quadro de ação para a sustentabilidade e a conservação do meio ambiente já foram amplamente divulgados, a tradução destes parâmetros em ação deverá considerar os contextos local, regional e nacional (CONFERÊNCIA DE THESSALONIKI, 1997).

Considerando os apontamentos do mencionado documento e a importância da relação social e meio ambiente, verificamos que as iniciativas de reflexão acerca das práticas cotidianas dos moradores e de todos os envolvidos com esse espaço são ainda, a nosso vê, bastante incipientes. Por mais que as questões ambientais sejam assunto de grande mobilização e preocupação no Brasil e no mundo, na Comunidade Sagarana a busca por alternativas racionais que articulem compromisso, sustentabilidade e participação ainda tem muito que avançar. É imperioso atentar para o fato de que as ações de mudança devem partir do local para o global, assim, é na Comunidade Sagarana, junto aos moradores que a constitui, que devem ser implementados projetos e programas que instiguem à necessidade de agir de forma responsável e consciente perante o meio ambiente.

Contudo, Isabel Dantas Rodrigues, analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas e ex-gerente da Estação Ecológica de Sagarana, em entrevista concedida em fevereiro de 2014, destaca a Escola Estadual Vasco Bernardes de Oliveira, instituição que tem desenvolvido importantes ações junto à comunidade em parceria com o IEF. Conforme a analista:

a escola, principalmente nas datas comemorativas se destaca pela percepção ambiental, eles têm um percepção muito mais nítida, tanto os alunos como os professores participam da Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente, são bem engajados, é uma escola diferenciada e a gente trabalha com eles, levando questões para serem discutidas em parceria com eles ou os professores nos procuram para levar informações relacionadas a preservação do meio ambiente (RODRIGUES, Isabel Dantas, 19 de fev. de 2014)

Nesse sentido, a concepção de Moscovici (2003) sobre as representações sociais, já citada no capítulo anterior é de grande relevância nesta discussão. O autor considera que as representações sociais decorrem de situações do presente, neste caso, os problemas ambientais, e têm como função contribuir para os processos de formação de condutas e de orientação das relações sociais, ou seja, essas relações possibilitam ao sujeito tomar consciência de seus pensamentos, de suas ideias, de sua visão, de suas atitudes, levando-os a perceberem os conflitos e a encontrarem maneiras de contornar aquilo que se apresenta como problema.

Para o autor, as representações sociais equivalem a um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados por diferentes grupos que compreendem e transformam a realidade. Na perspectiva do meio ambiente, a representação social é necessária para se entender como a Comunidade está captando e interpretando as questões ambientais e, principalmente como pensam e agem em situações concretas de sua realidade próxima.

De acordo os gestores do IEF e lideranças sociais, o trabalho que vem sendo desenvolvido, principalmente na escola, em parceria com o Cresertão e o Instituto Estadual de Florestas tem sido o principal responsável em oportunizar aos moradores informações sobre os problemas ambientais, bem como posturas e ações que minimizem tais questões. É por meio dessa parceria que a Comunidade Sagarana tem construído representações sociais em torno da questão ambiental. Essas ainda são bastante fragmentadas, reducionistas e incipientes, como já abordamos, visto que posturas cotidianas de desrespeito ao meio ambiente ainda são comuns por parte de alguns moradores.

A coleta de água é feita dentro da Unidade de Conservação, na cachoeira do Boi Preto, e ela é feita desordenadamente, não há um controle. A intervenção é necessária, mas não pode ser drástica, porque afinal é prioritário o acesso a água, mas dá forma como está não pode ficar. O panorama atual é bastante preocupante, a questão da água é um dos nossos maiores problemas, uma vez que, dentro da Estação Ecológica é proibido qualquer tipo de uso, principalmente da forma como está. Outra questão é o assoreamento que a gente vem sentido aqui em baixo, o volume da água está diminuindo e não há um esforço sistemático e científico para saber o porquê dessa diminuição (CARDOSO, Luciano Regis, 01 de ago. de 2014).

Nesse sentido, observamos que o papel desempenhado pelas instituições, como formadoras de opinião, ainda não tem conseguido promover ações efetivas em defesa do meio ambiente. Ao analisarmos os trabalhos que as instituições vêm desenvolvendo junto à Comunidade, percebemos que esses têm muito mais evidenciado a existência dos problemas, do que mesmo empreendido ações que transformem tal realidade.

Não podemos negar que levar informações às pessoas e evidenciar os problemas que afligem os moradores de uma dada Comunidade é uma atitude bastante louvável, contudo, somente isso não é o suficiente. Mais do que discutir ou falar sobre os problemas é preciso agir concretamente e buscar formas que possibilitem o uso responsável e consciente dos recursos naturais que estão à disposição da Comunidade. Também a elaboração de planos de ação que favoreçam o cultivo e a criação sem que para isso, seja necessário desmatar a vegetação nativa ou, se isso já ocorreu, incentivar e propiciar o replantio das espécies que foram extintas, são algumas atitudes que, se bem conduzidas e direcionadas, produzirão benefícios tanto para os integrantes da Comunidade, como para toda a região.

Segundo o atual gerente da Estação Ecológica, Luciano Regis Cardoso, em entrevista realizada em agosto de 2014, a falta de investimento em políticas de conscientização e a aplicabilidade dessas políticas têm contribuído, sobremaneira, para o agravamento dos problemas ambientais vivenciados no seio da Comunidade. Ainda de acordo com o entrevistado essa situação acaba forçando os moradores a práticas irregulares como forma de sobrevivência, exercendo, no dizer do gerente, “pressão maior no ambiente”.

Eu vi que não dá para dissociar meio ambiente da questão social. E a gente vê que aqui tem uma marginalização de políticas públicas, muito grande, né? As pessoas não tem acesso a quase nada, e como o IEF é um dos poucos órgãos governamentais que tem sede na Estação Ecológica, a gente se viu, meio que na obrigação, mas na necessidade mesmo de poder intervir na questão social. Pois quando as pessoas não tem acesso a outras fontes de renda, por exemplo, elas acabam fazendo uma pressão maior no meio ambiente né? para poder sobreviver mesmo, então tem extração de madeira ilegal, tem caça e extrativismo ilegal (...) tem que criar outros meios para que essas pessoas possam sobreviver, diminuindo a pressão em cima do meio ambiente (CARDOSO, Luciano Regis, 01 de ago. de 2014)

Notamos que existe um grande empenho por parte do IEF, do Cresertão e também da escola local no sentido amenizar as graves questões ambientais vivenciadas, como, por exemplo, a cobrança de políticas públicas que possibilitem à Comunidade criar laços mais

efetivos em consonância com a natureza, garantindo a sobrevivência de ambos. Assim, a realidade atual exige ações mais pontuais, e uma (re) articulação de saberes e de práticas coletivas de reapropriação da natureza. Pensar um desenvolvimento sustentável representa, pois, a possibilidade de garantir transformações sociopolíticas que não comprometam os sistemas naturais que sustentam a Comunidade Sagarana. Para tanto, faz-se necessário reapreciar a finalidade do trabalho e das atividades humanas em função de critérios diferentes daqueles do rendimento e do lucro.

Da perspectiva de preservação da biodiversidade, o Cerrado conta com poucas áreas protegidas por meio de unidades de conservação, instrumento que determina poucas limitações de uso e praticamente nenhuma fiscalização, a Estação Ecológica Sagarana é um exemplo de unidade de conservação estadual e, aqui, destacamos sua criação e relevância para toda a região. Como já abordamos no capítulo anterior, após a emancipação da Comunidade, o órgão executor, no caso o INCRA, deixou de atuar no projeto e, o IEF, através de um termo de doação de imóvel, datado de julho de 1996, assume uma área de 52.610,00 metros quadrados e suas respectivas benfeitorias, remanescentes do Projeto Integrado de Colonização Sagarana. Nesse termo de doação o imóvel assumido pelo IEF destinava-se à manutenção e preservação da reserva biológica de Sagarana (TERMO DE DOAÇÃO/INCRA/DFT/Nº07/96).

Sendo assim, a partir da citada doação, foi criada em 21 de outubro de 2003, com jurisdição e administração do IEF, a Estação Ecológica Sagarana (Decreto de 21 de outubro de 2003). Segundo a apresentação da estação em *Folders*, disponibilizados pelo escritório regional do IEF, a função prioritária da estação é a proteção da biodiversidade, a pesquisa científica, e a educação ambiental.

Observamos que a criação da Estação Ecológica de Sagarana, em 2003, sinalizava as preocupações decorrentes das discussões sobre a questão ambiental iniciadas em 1972, na Conferência de Estocolmo⁶⁰, e

⁶⁰ Em 1972, a ONU organizou a primeira reunião para discutir a situação climática e os problemas ambientais de forma global. Como resultado, a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano conclui que a ação do homem afeta a natureza e o meio ambiente e que a proteção destes é uma questão central para o bem estar dos povos e seu desenvolvimento econômico. É nesta conferência que surge, pela primeira vez, o termo “desenvolvimento sustentável” e a noção de que cidadãos, governos e empresas devem fazer um esforço comum para proteger o meio ambiente.

essas começam a ganhar visibilidade e aplicabilidade das Leis vigentes⁶¹, como as Leis nº 6.938, nº 7.347, nº 9.795, todas referentes ao meio ambiente, impulsionando as ações governamentais em favor da preservação socioambiental.

A área assumida pelo IEF, cuja extensão aproximada é de 2.340.12.51ha, faz parte das reservas poupadas de desmatamento pelo Projeto de Colonização. Vale destacar que isso se deve, em grande parte, à sua topografia, uma cadeia de serra, que não favorecia a agricultura. De acordo com o Decreto s/n de 2003, em seu art.2º, é proibida qualquer forma de desmatamento da vegetação nativa. A sede da estação fica na área urbana da Comunidade, espaço que possui uma infraestrutura mais adequada para receber os visitantes, nela são propostas as atividades de extensão em educação ambiental. Conforme consta nos *folders* informativos, divulgados pelo IEF, a Estação Ecológica está

inserida no Vale do Urucuia, tem relevo peculiar, uma cadeia de serra com afloramento rochoso. Sua vegetação é bastante diversa, composta por floresta Estacional Decidual ou mata seca, que perde a maioria das folhas na época de estiagem. Também são encontradas porções de cerrado, com variações fitossionômicas de mata de galeria e veredas. Possui importantes cursos d'água para a região, tais como os córregos Boi Preto e Marques (IEF REGIONAL NOROESTE, *folders* s/d).

Disponível em <http://oglobo.globo.com/infograficos/discussoes-ambientais/> acessado em 18 de Nov. 2014.

⁶¹ **Lei Nº 6938**, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Lei Nº 7.347, de 24 de Julho de 1985, dispõe a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente.

Lei Nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamenta o art.225, § 1º, incisos I,II,III e IV da Constituição Federal de 1988, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Disponíveis em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm, acessado em 18 de Nov. 2014.

A Estação é uma das principais áreas verdes protegidas da região, apresenta uma grande diversidade de fauna e flora sendo aproveitada principalmente nas atividades de educação ambiental, possibilitando aos visitantes entrarem em contato com uma grande diversidade natural.

Segundo as fontes analisadas, decretos, termos de doação, boletins informativos, entre outros, a Estação, a partir de sua criação, passou a desenvolver uma aproximação maior com a Comunidade por meio de projetos diversos. Aqui destacamos a importante colaboração dos moradores das propriedades vizinhas à estação, denominadas como propriedades confrontantes, que atuam como “guardiões” da Estação, pois estão sempre atentos a qualquer irregularidade que sobrevenha, como os incêndios florestais comuns, principalmente, a partir do mês de julho. Nesse sentido, brigadas voluntárias são constantemente capacitadas para eventuais ações de combate aos incêndios. Também observamos nos relatos dos gestores que a criação da Estação Sagarana propiciou uma relação de maior interação com a Comunidade. Através das constantes visitas às propriedades rurais, com fins educativos, estabeleceu-se uma relação dialógica na troca de informações e experiências.

Outros aspectos que podem ser observados são as orientações para a reavaliação de posturas e valores da Comunidade, como forma de se buscar um convívio harmônico com a natureza. As atividades de educação ambiental desenvolvidas pelo órgão gestor, como palestras nas escolas, visitas guiadas ao viveiro da estação, trilhas educativas monitoradas à cachoeira, entre outras, têm sido estratégias articulatórias de interação com a Comunidade, visando à melhoria da qualidade ambiental do município.

Desse modo, essas atividades, além de aproveitar o espaço privilegiado da Estação Ecológica, também propicia a educação ambiental, enfatiza a importância do ecossistema e promove um intercâmbio entre a Comunidade e aqueles que desenvolvem pesquisa científica, objetivo prioritário da Estação.

No desenvolvimento deste estudo foi de grande relevância a participação nas atividades, como a trilha ecológica monitorada, realizadas nos programas de visitação que a Estação Ecológica de Sagarana oferece. Essa participação possibilitou uma aproximação com a Comunidade, nosso objeto de estudo, e propiciou uma melhor interpretação da memória construída pelos moradores a respeito do que representa a Comunidade para eles. Assim, buscamos estabelecer uma

conexão multidisciplinar na análise do equilíbrio ecológico, o que serviu como embasamento teórico para esta pesquisa.

Para além das ações empreendidas pela Estação Ecológica, cuja efetividade tem contribuído para a mudança de postura frente à preservação ambiental na Comunidade Sagarana, asseveramos que, a preservação do Cerrado brasileiro carece da atuação da sociedade civil, evidenciando a importância ambiental, sociocultural e econômica desse bioma. Boaventura (2007), em seu livro “Vereda berço das águas”, corrobora que no Cerrado encontram-se aproximadamente 30% das espécies brasileiras de seres vivos e cerca de 10 mil espécies de plantas, grande parte, com potencial econômico, quer seja para a produção de fibras ou de óleos, quer seja para a alimentação e uso medicinal, também a reserva de água atual e futura do país depende do cerrado, tanto quanto o equilíbrio do clima.

3.4 ASSOCIATIVISMO: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

A abertura do processo democrático no Brasil permitiu uma expansão dos espaços de participação. Um exemplo disso foi a ampliação das associações que propiciaram o engajamento da sociedade civil nos debates públicos. Cayres (2009), em sua dissertação intitulada “Sociedade Civil e Estado: a autonomia revistada”, na qual analisa as relações entre a sociedade civil e o Estado, esclarece que:

A partir da Constituição de 1988, o país passa por um processo de redemocratização das estruturas políticas. A reabertura dos canais de participação, o estabelecimento do pluripartidarismo, das eleições diretas e a chegada do PT ao executivo municipal de algumas cidades do Brasil reconfiguram o cenário político (...). Os anos de 1990 foram marcados por um amplo processo de ampliação de participação, em que as formas reivindicativas de oposição até então existentes foram ganhando contornos institucionais associados ao fortalecimento de espaços de controle, de diálogo, de deliberação e de co-gestão dos assuntos públicos estimulados pelo processo de descentralização administrativa e pela criação de canais de participação institucional ordenados pela Constituição (CAYRES, 2009, p.19 e 20).

Nesse contexto, o associativismo é um exemplo de articulação para participação coletiva. É um espaço que possibilita o direcionamento à essência social de ajuda mútua, representando a união de esforços e de solidariedade, dispondo ao enfrentamento e a procura de soluções para problemas comuns. Essa essência está no cerne do processo de desenvolvimento de diferentes comunidades. Assim, buscamos nesta seção fazer uma breve leitura empírica da representação das associações que atuam na Comunidade Sagarana, a fim de identificar as estratégias empreendidas na luta pela superação das “ausências materiais” que enfrentam tais como saúde, trabalho, educação, geração de emprego e renda, transporte, acesso à Comunidade e ainda questões que envolvem os recursos naturais. Vale ressaltar que todos esses são direitos sociais básicos que garantem a construção da cidadania, conforme o art.6º da Constituição Federal de 1988⁶².

Para tanto, o estudo de algumas obras de autores como Alberto Melucci, Ligia Helena Hahn Lüchmann e Ilse Scherer-Warren nos deram o aporte teórico necessário para compreendermos conceitos fundamentais como: ação coletiva, redes sociais, sociedade civil, associativismo e empoderamento e relacioná-los às práticas associativas na Comunidade Sagarana. Portanto, abranger tais conceitos, que combinados com as entrevistas dos presidentes de associações de moradores, responsáveis pela condução de importantes decisões nesse espaço comunitário, nortearam nossa percepção sobre o tema tratado nesta seção. Dessa forma, procuramos evidenciar as articulações da Comunidade Sagarana para transformar as demandas em pautas políticas, tendo em vista a constituição e a participação em associações como meio de proporcionar a essa Comunidade um espaço de diálogo, de cooperação e de reivindicações.

O conceito de ação coletiva ganha em Alberto Melucci (2001), um dos principais estudiosos do assunto, um novo sentido, haja vista, o interesse do autor em focar sua atenção para o plano microsocial, ou seja, para a vida cotidiana que se desarticulou das questões ligadas à redistribuição do mundo do trabalho, para atentar à democratização de suas estruturas. Assim, as ações que envolvem “as

⁶² Art. 6º: são direitos sociais básicos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988).

sociedades complexas não possuem mais bases econômicas, mas uma integração crescente das estruturais culturais, políticas e econômicas” (MELUCCI, 2001, p, 22). Ainda, segundo o mesmo autor, não estariam mais presas às questões de classes, e sim ligadas aos simbolismos e representações de grupos ou minorias na luta pelo seu reconhecimento.

Nesse sentido, a ação coletiva está vinculada a um determinado grupo, suas conexões e interesses. Esses interesses servem como condutores de estratégias específicas na busca pela realização dos mesmos, ou seja, aquilo que dá sentido à organização de ações é a sua finalidade. Logo, a ação coletiva “envolve uma estrutura articulada de relações sociais, circuitos de interação e influência, escolha entre formas alternativas de comportamento” (SCHERER-WARREN, 2012, p.20), desencadeando um processo de conscientização que possibilita alterar as condições ou as políticas por meio das ações que, conforme Diane; Bison (2010) *apud* Lüchmann (2011),

não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos” (DIANE; BISON, 2010, p.221, *apud* LÜCHMANN, 2011 p.7).

De tal modo, as relações entre seus atores ganham sentido à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum e tomam suas decisões, criando redes sociais⁶³ a partir dos laços que são estruturados em torno de suas afinidades. Conforme Scherer- Warren (2012),

nas sociedades contemporâneas e da informação, devido ao grau de auto-reflexividade dos sujeitos e das próprias organizações, há uma maior circulação de indivíduos, de ideias e circuitos de solidariedade interorganizacional, flexibilizando os modelos organizacionais tradicionais, dando origem a ações de redes sociais e coletivas. [...] uma comunidade de sentido, na qual os atores ou

⁶³ Nas diversas produções de Scherer-Warren, especialmente 2003, 2006 e 2012, é possível encontrar uma análise profunda da abordagem das redes como ferramenta teórica e conceitual.

agentes sociais são considerados como os nós da rede, ligados entre si pelos seus laços, que dizem respeito a tipos de interação com certa continuidade ou estruturação, tais como relações ou laços que se estruturam em torno de afinidades/identificações entre os membros ou objetivos comuns em torno de uma causa (SCHERER-WARREN, 2012, p. 20).

A constituição de redes sociais quer sejam aquelas ligadas ao relacionamento interpessoal ou interorganizacional, são conexões empreendidas não somente por comunidades locais na resolução dos seus problemas, mas também por diversos atores que buscam expandir suas demandas, muitas vezes de caráter socioeconômico, cultural ou ambiental, promovendo impactos muito mais amplos, ganhando maior visibilidade, chamando a atenção de apreciadores e conquistando mais parceiros. Assim, os atores coletivos, por meio dos laços que estabelecem, produzem diversas redes sociais que se conectam a partir da amplitude e dos reflexos derivados da sua própria ação. O conceito de redes sociais, nesses termos, subentende a ideia de diálogo e de multiplicidade, e ainda implica em respeito às diferenças.

As redes sociais seriam então potencializadoras da mobilização e do engajamento de atores sociais na ação coletiva, também propiciariam a expansão, interação e negociação dos mais variados projetos políticos, oportunizando a participação e a construção de sujeitos de direitos, esses,

[passariam] de vítima a sujeito com voz própria, empreendedor de suas condições de vida, como na economia solidária, incorporando meios de vivência e de convivência saudável com o meio ambiente, a terra, a água, a comunidade, enfim, ser ator de seu destino pessoal e coletivo e a participação na formulação de políticas públicas (SCHERER-WARREN, 2012, p. 230).

Na Comunidade Sagarana, a Cooperativa de Agricultura familiar com Base na Economia Solidária (COPABASE) é um exemplo de associativismo que tem possibilitado a construção de laços estruturados em torno de objetivos afins, da qual participam diversos agricultores, familiares e extrativistas da Comunidade e de outros municípios. A COPABASE tem como pressuposto, garantindo sustentabilidade, fortalecer, beneficiar e comercializar produtos da

agricultura familiar do Vale do Rio Urucuia. Trata-se de uma organização cujos participantes têm anseios individuais, como adquirir seus bens materiais, garantir a sua sobrevivência e de seus familiares, entre outros; mas, por outro lado, estão unidos em torno de uma mesma causa, daquilo que é comum a todos e que representa suas demandas.

Dentre os projetos desenvolvidos pela COPABASE, destacamos, a Central Veredas de Artesanato, esse projeto é responsável por criar uma rede de produção e distribuição do artesanato produzido pelas comunidades que a compõe. Ela é, portanto, um exemplo de como a Comunidade Sagarana, juntamente com as demais da região, tem criado um circuito de solidariedade interorganizacional e tem estabelecido ações de redes sociais e coletivas como forma de assegurar seus direitos enquanto comunidade.

A Central **Veredas de Artesanato**, organizada em Rede Solidária compreende uma central de associações de nove núcleos de produção instalados nos municípios de *Arinos, Bonfinópolis, Buritis, Natalândia, Riachinho, Sagarana/Arinos, Serra das Araras/Chapada Gaúcha, Uruana de Minas e Urucuia*. Com a participação solidária de artesãos, constituiu parcerias para consolidar a sua estrutura e fortalecer os núcleos, garantindo-lhes acesso ao mercado, qualificação, aplicação de preços justos, divulgação dos produtos artesanais, fruto do trabalho de aproximadamente 280 associados, exercendo sua defesa socioeconômica e ambiental combatendo os trabalhos escravo e infantil e promovendo a igualdade de gênero (PROJETO COPABASE, 19 de dez. 2014).

Podemos constatar que, a Central Veredas é uma rede com perfil de solidariedade, com relativa autonomia de ação, visto que suas iniciativas fortalecem e propiciam estratégias favoráveis para geração de renda a partir das potencialidades que a região oferece, ou seja, os associados compartilham seus conhecimentos e recursos em prol da Comunidade Sagarana e também das demais que estão inseridas nesse processo.

A COPABASE, a partir dos projetos que desenvolve, tem estimulado diversas parcerias e cooperações. De tal modo, considerando que as redes sociais visam uma transformação social e agregam pessoas procedentes dos mais variados campos da sociedade civil, é oportuno

concluir que a COPABASE representa na região um exemplo de rede social. Para Scherer-Warren (2006), uma sociedade articulada em redes é aquela em que os diversos níveis ⁶⁴da sociedade civil,

percebem cada vez mais a necessidade de se articularem como outros grupos como a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania, atribuindo, portanto, legitimidade às esferas de mediação entre os movimentos de base (os fóruns e redes) e o Estado, por um lado, e buscando construir redes de movimento com relativa autonomia por outro (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113-114).

Retomando as definições, partimos para o conceito de sociedade civil, esse é bastante complexo e não existe uma compreensão única e consensual. O termo está impregnado por concepções distintas e muitos são os teóricos que abordam sobre o tema. Como forma de abranger a linha de pesquisa deste estudo, destacamos Cohen e Arato (2000)⁶⁵, esses autores, de maneira abrangente, entendem o conceito de sociedade civil como um espaço de referência para a expansão potencial da participação de novos atores sociais, diante de anseios por transformações, esses espaços fundamentam e fortalecem as democracias.

Segundo Scherer-Warren (2012), a sociedade civil é composta por segmentos diferenciados, com forças sociais heterogêneas. O que distingue a sociedade civil do Estado e do mercado são suas motivações variadas em torno de interesses públicos e valores

⁶⁴ Segundo Scherer-Warren (2006) destaca-se entre os diversos níveis da sociedade civil suas bases sendo; as formas de articulação inter-organizacionais; mobilizações na esfera pública; redes de movimentos sociais. Tais bases sociais contemplariam desde o associativismo local (ONGs comunitárias e associações locais) a setoriais (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) até os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra). As articulações inter-organizacionais concebem as conexões realizadas no interior da base social para favorecer o empoderamento da sociedade civil. Buscando ultrapassar as bases sociais, as mobilizações são frutos das articulações que dão visibilidade a suas causas.

⁶⁵ COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Sociedad Civil y Teoría Política*. México DF: Fondo de Cultura Económica: 2000.

relacionados à esfera da cidadania e de suas respectivas formas de organização, quer seja associações, redes sociais ou movimentos sociais. Ainda de acordo com a autora,

sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade, para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas (SCERER-WARREN, 2012, p.22).

Nessa perspectiva, a sociedade civil “é agente central na tematização pública (...) na luta por justiça social e na representação dos interesses dos que são excluídos dos debates e deliberações políticas” (LÜCHMANN, 2011, p.122). É um campo de resistência responsável por captar os problemas sociais dos diferentes níveis, condensando-os e transmitindo-os à esfera pública política. Assim, é por meio da sociedade civil que emergem as demandas, que se questiona o poder ou as interferências e regulamentações do Estado e é, também, por ela e para ela (a sociedade civil) que as estratégias são pensadas. Trata-se, pois, de um território que abriga interesses antagônicos, em que não há isenção de conflitos, disputas ou relações de poder.

Sendo assim, a sociedade civil e suas organizações reforçam a importância da liberdade, quer seja de associação, ou de participação, como pilares fundamentais na construção democrática. Para Lückmann, é nessa relação que “está ancorada [a] tese de que as associações civis são as instituições responsáveis e especializadas na reprodução das culturas, das tradições, na formação de identidades coletivas e de práticas ancoradas nos princípios da democracia e da solidariedade” (LÜCHMANN, 2011, p.122-123).

Diante do exposto, verificamos que a Comunidade Sagarana, por constituir-se de várias associações, cujos objetivos e identificações afins e ainda por empreender esforços que garantam sua permanência e sobrevivência, representa essa sociedade civil de que falam os autores aqui analisados.

No que se refere ao associativismo, as associações comunitárias rurais representam organizações formais criadas com o objetivo de agregar as ações de seus integrantes, agricultores e trabalhadores rurais, em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a que pertencem. Cada comunidade tem uma cultura e estrutura próprias e essas influenciam sua constituição, bem

como suas relações. Nesse contexto, a Comunidade Sagarana tem buscado no associativismo a possibilidade de trilhar um caminho em que possa agir com autonomia, participar efetivamente das decisões que envolvem a Comunidade e ainda ter direito aos benefícios que o associativismo proporciona.

Considerando, nesta pesquisa, o papel de algumas associações de moradores da Comunidade Sagarana, verificamos que muitos avanços ocorreram, mas que existem grandes dificuldades a serem superadas, mesmo com os esforços de todos que buscam no associativismo um caminho possível, de participação e democracia. A esse respeito, Lüchmann (2011) ressalta que as associações são,

organizações voluntárias autônomas, com finalidades não lucrativas e controladas por seus membros, as associações cumpririam de acordo com ampla literatura, funções democráticas, na medida em que são autônomas, portam uma identidade e participam ativamente da vida social (LÜCHMANN, 2011, p.116)

Nesse sentido, a função social é o eixo norteador das associações. Elas visam impulsionar ações comunitárias paralelas ao Estado, centrais para a vida democrática, assumindo a responsabilidade de mediadoras entre os cidadãos e as instituições. São organizações sociais, baseadas em “virtudes democráticas, promovendo cooperação, confiança, comunicação e espírito público” (LÜCHMANN, 2011, p.5). Esses preceitos têm norteado a participação da Comunidade Sagarana, enquanto grupo de associados.

No artigo 5º da Constituição Federal de 1988⁶⁶, é garantida a plenitude de liberdade para reunião e associação pacífica, considerado

⁶⁶ De acordo o art. 5º da Constituição Federal nos incisos XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente; XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 27 de jan. de 2015.

direito fundamental do cidadão. Nesse processo histórico de luta pela cidadania no Brasil busca-se a efetivação da participação dos cidadãos nas estruturas do governo, e ainda, o respeito aos direitos e garantias individuais. Os espaços públicos para argumentação, a exemplo das associações, como se percebe na Comunidade em estudo, tornaram-se imprescindíveis para manter o cumprimento dos direitos conquistados, sendo um marco no processo de participação da sociedade civil.

As propostas de políticas públicas para a Comunidade Sagarana têm sua gênese no Projeto Técnico elaborado quando da sua constituição, na década de 1970, esse já previa ações voltadas para a futura emancipação e autonomia do PIC. O INCRA iniciou esse processo recomendando formas de organização em grupos, como as UATP's, já mencionadas no segundo capítulo, ou associações favorecendo e mediando as relações que se estabeleceram entre técnicos e agricultores. Essas estratégias organizacionais iniciais foram de fundamental importância como princípios norteadores de participação, lutas e conquistas, uma vez que deram abertura para outras que surgiram posteriormente.

Daquele momento inicial até os dias de hoje, grande parte das famílias sobrevivem basicamente da prática da agricultura familiar desenvolvida em suas propriedades. O associativismo tornou-se, portanto, uma estratégia da Comunidade Sagarana para viabilizar o acesso às políticas governamentais e ainda a possibilidade de otimização e geração de renda sobre suas produções. A primeira experiência de participação surgiu com a Associação Comunitária dos Moradores de Sagarana, constituída paralelamente à formação do PIC, em 1974, tendo sido extinta na década de 2000 e substituída pela Prefeitura Comunitária. A associação Tinha como função prioritária ações voltadas para as necessidades sociais. Segundo o último presidente, Gessy Rodrigues da Silva (Zé do Gás), uma das principais conquistas da associação foi a implantação de uma creche, onde as crianças, além de permanecerem durante o período em que seus pais trabalhavam, também tinham a possibilidade de estudar, visto que lhes era oferecido a educação infantil. Tal conquista revela a grande preocupação da Comunidade em garantir aos pequenos um dos direitos fundamentais, a educação básica, conforme preconiza a Constituição Federal/88. O relato do último presidente da associação esclarece bem os esforços da Comunidade para assegurar a assistência educacional.

Quando eu assumi a associação, a creche ela não tinha nenhum benefício de nenhum governo prá poder manter, aí a gente sempre buscava a

prefeitura, às vezes eles achava muito difícil e liberava uma verbazinha prá gente manter a creche, era muita dificuldade. Um dia eu fui numa reunião da SETASCAD⁶⁷, como presidente da associação eu chamei o diretor e contei prá ele, do trabalho social, falei da Comunidade que era muito carente, a gente tinha uma dificuldade danada, porque não tinha recurso(...) ele montou um projeto e logo veio a verba para poder manter a creche e fazer alguma coisinha, o dinheiro vinha direto prá associação no início (SILVA, Gessy Rodrigues da, 04 de ago. 2014).

Outro ponto em que a associação atuava era na regulação do uso da água, visto que era ela a responsável pela distribuição desse recurso para a Comunidade. Após a extinção da associação, a Prefeitura Municipal de Arinos passou a assumir essas funções.

Ainda como experiência de organização, destaca-se a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Cachoeira da Ilha criada e regulamentada em 1999, possui cerca de 33 vizinhos associados. Essa organização social é um exemplo do esforço dos moradores para conquistar benefícios. O senhor Alaor Tavares da Silva, presidente da associação, confirma essa intenção.

Essa associação foi criada pra vê se a gente conseguia alguma coisa, as coisas era muito difícil prá nós, né? Na primeira reunião da

⁶⁷ O Governador do Estado de Minas Gerais, instituiu a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes - SEDESE -, por intermédio da Lei Delegada n.º 49, de 2 de janeiro de 2003, pela qual promoveu o reordenamento das políticas de desenvolvimento social, dentre estas as da antiga Secretaria do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente - SETASCAD. Possui como finalidade: planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais de responsabilidade do Estado que visem o fomento e o desenvolvimento social da população, por meio de ações relativas ao trabalho e emprego, ao esporte, ao lazer, à prevenção ao uso de entorpecentes e à recuperação de dependentes químicos, ao cumprimento das normas referentes aos direitos humanos, e à assistência social e à proteção de crianças, adolescentes e juventude. Disponível em: http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/Subsecretaria_Assistencia_Social/Legislacao/pag.pdf acessado em 09 de janeiro de 2015.

associação a gente articulou com um representante político a aquisição de um trator, para na época da aração, arar as roças, porque a demanda era muita, todo mundo mexia com roça, e quando achava trator não dava mais tempo, aí uns plantava outros não, então a gente criou a associação prá se unir prá conseguir (SILVA, Alaor Tavares da, 04 de ago. de 2014).

Conferimos, a partir da fala do senhor Alaor, as metas prioritárias na constituição das associações, ou seja, unir forças em prol da conquista de benefícios coletivos. A associação é vista pelos próprios associados como uma forma salutar de se garantir a sobrevivência e permanência dos moradores na terra, a principal fonte de recursos de que dispõem. Nesses quase 15 anos de existência da associação, segundo o senhor Alaor, muitas conquistas foram alcançadas,

hoje existe os tanques que nós conseguimos, prá conservar o leite que a gente entrega prá Capul [cooperativa] e ela entrega prá Itambé. Várias pessoas que vão aposentar já pediram a ata da associação para levar no INSS e conseguir a aposentadoria. A sede própria que eu doe um hectare e agente vai construindo devagazinho, com a ajuda. Cada um faz os pedido, os interesse que tem às vezes, aí vai discutir (...) hoje a gente não tá podendo só contar com prefeitura, né? Tem vez, da própria associação unir e arrumar alguma parte da estrada ou cobrar, né? Junto com a associação, faz a reunião, chama os representantes e cobra (SILVA, Alaor Tavares da, 04 de ago. de 2014).

O fato de se associarem e juntos empreenderem esforços para conquistarem sua identidade, é o que impulsiona a Comunidade, *locus* desta pesquisa, para a conquista de mecanismos próprios e para a tentativa de se organizarem, conforme os objetivos e interesses pensados em grupo e para o grupo, a fim de vencer os desafios cotidianos.

Por meio das entrevistas com os presidentes das associações que compõem a Comunidade Sagarana, pudemos constatar os grandes avanços obtidos. Contudo, conforme os próprios entrevistados, a participação ainda é insignificante. Os presidentes são categóricos

quando dizem que a adesão de todos os membros da Comunidade traria maiores e melhores resultados.

Ao nos reportarmos ao termo empoderamento, nos referimos ao processo de mobilizações, bem como às práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia. O Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão, uma Organização Não Governamental, tem exercido um papel de grande relevância junto à Comunidade Sagarana, visto que tem sido a principal responsável por manter a interlocução e as parcerias que dão suporte à Comunidade. O papel que o Centro de Referência exerce tem contribuído, sobremaneira, para encorajar a participação e o empoderamento político e simbólico da Comunidade Sagarana.

Ao lidarmos com o conceito de empoderamento, a compreensão de Michel Foucault (1994) se torna importante. Conforme assevera o citado autor, o poder não se dá de maneira monolítica, não está num espaço pré-determinado, mas funciona em rede, de modo que seu exercício, ainda que insignificante, encontrará apoio em outros pontos da rede, podendo se potencializar e potencializar outros poderes. É, portanto, nesse espaço de base local que, conforme consta na cartilha da ONG, “Trilhas da tecnologia Social: Cresertão”, vêm reaplicando as tecnologias sociais, essas tecnologias são um instrumento desenvolvido para solucionar problemas no campo social. A proposta é bastante inovadora e tem como pressuposto a participação no processo de organização, desenvolvimento e implantação de tecnologias que propiciem soluções para as demandas sociais da Comunidade. Dessa forma, permite àqueles que ora eram excluídos uma possibilidade de inserção no processo de desenvolvimento de forma sustentável, formando ou transformando a sua própria identidade por meio da apropriação de uma tecnologia que alia benefícios do conhecimento técnico-científico à sabedoria popular.

Assim, alternativas para favorecer o ganho adicional de renda pela população local têm trazido à memória coletiva da região outras possibilidades para tal intento. O Cresertão, através de núcleos setoriais, como a Luteria e a Marcenaria, tem contribuído incansavelmente para favorecer a geração de renda. Inicialmente, o projeto teve sua atenção voltada aos jovens, como forma de desenvolver as habilidades desses na construção de instrumentos musicais, reaproveitando a madeira local ou ainda utilizando as que eram apreendidas pelo IEF. A bambuzeria é outro espaço que também valoriza o reaproveitamento da madeira, no caso o bambu, como material alternativo para a fabricação de diversos

objetos. Atualmente essa matéria prima vem sendo utilizada com muita eficiência pelos artesãos da Comunidade. Diante do exposto, aferimos que as mobilizações, a participação nas organizações sociais e as ações de parceria que se estabelecem no seio da Comunidade nos levam a abranger as principais estratégias que a mesma tem adotado com o objetivo de amenizar um quadro de exclusão e, desse modo, possibilitar uma real inclusão social, tendo em vista que,

o ideário de inclusão social (...) transcende a conquista de necessidades materiais emergenciais, advogando mudanças estruturais e políticas que permitam, simultaneamente, a construção e o empoderamento dos sujeitos historicamente excluídos e as mudanças na sociedade civil envolvente no sentido de reconhecimento daqueles como sujeitos de direitos. Eis o grande desafio (SCHERER-WARREN, 2012, p. 102)

Sabemos que esse caminho de organização e participação é complexo, no entanto, para além dos aspectos socioeconômicos, que por si só já justificam essa prática associativa, devemos considerar a relevância em promover dimensões simbólicas que ultrapassam esse primeiro aspecto e permite perceber os pontos positivos desses espaços, quais sejam, união, solidariedade, atitude, conscientização, exaltação das tradições e das manifestações culturais. Lopes; Amâncio e Alencar (2005) ponderam que,

a associação é um lugar de reunião, de encontro, onde as pessoas se vêem, comunicam-se. É onde também acontecem, na prática, a comunhão e o compromisso com as pessoas, com o transcendente, com o ambiente e consigo (crescimento, auto-estima, valorização existencial, da sua história de vida e integração da sua personalidade). Todavia, acontecem frequentemente os esforços (...) [na] busca do consenso, da combinação para amenizar o imediatismo, o jogo conflitivo de interesses e poder, do egoísmo e do materialismo (racionalidade instrumental), que dificultam a união dentro e entre as associações, o crescimento da comunidade e o desenvolvimento da região (LOPES; AMANCIO; ALENCAR 2005, p. 89).

Visando ainda promover a gestão compartilhada, com ampla participação da Comunidade, foi constituído o Conselho Consultivo da Estação Ecológica Sagarana, conforme Portaria nº 209 do IEF, de dezembro de 2011. Esse Conselho é formado por 14 membros efetivos e suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil. Sua constituição é pensada como forma de garantir a integração da sociedade na discussão e resolução dos problemas e demandas da unidade de conservação, acompanhando, apoiando e emitindo pareceres sobre as ações do governo. O órgão de composição mista é constituído por representantes de diferentes instâncias sociais entre eles a Polícia Militar do Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Arinos, IEF, Emater, IFNMG, o Cresertão, a Associação Comunitária de Arte e cultura de Arinos. O Conselho Consultivo procura estabelecer a conformidade com as ideias de autonomia e de maior representatividade, promovendo, de certa forma, a participação social das deliberações administrativas.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) determina que cada Parque ou Estação Ecológica, tenha o seu próprio órgão consultivo, presidido pelo órgão que administra a unidade, no caso, o IEF. Na Comunidade Sagarana o Conselho Consultivo, apesar de seu caráter administrativo e de sua recente implantação, tem propiciado um debate importante na dinamização da participação democrática, uma vez que procura, através de suas ações, efetivar o envolvimento da sociedade em apoio às atividades executivas, apontando as melhores e mais acertadas decisões a serem tomadas.

Depreendemos, pois, que o diálogo tem sido um método básico do Governo, através do IEF, para ouvir e procurar as melhores vias para as questões ambientais que abarcam a Comunidade Sagarana, oportunizando participação ativa das decisões sobre as questões referentes à Comunidade.

É essencial, nesse contexto, os esforços para manter presente, em qualquer comunidade, a memória histórica e espacial, uma vez que, com o passar do tempo, as histórias sobre seu passado tendem a dissipar-se, e os sentimentos que outrora os uniu, se não estimulados e rememorados, podem perder o sentido, colocando em risco a memória do povo que a compõe. Ao reforçarem-se para manter viva a memória histórica da Comunidade, os urucuianos corroboram a manutenção da coesão e união do grupo, elementos sociais essencialmente agregadores. Também, vale dizer que o comprometimento de todas as pessoas da Comunidade representa um importante estímulo para o fortalecimento dos seus laços de identificação, orgulho e pertença. Por outro lado, é

imprescindível ressaltar que a prática inversa coloca em risco a existência e permanência desse povo, facilitando a vulnerabilidade desse grupo social.

Em uma concepção sociológica, a identidade é o que dá sentido à ação social que, agregada de valores nos mantém ligados, em sociedade, mas, por outro lado, é o que nos torna diferentes. Max Weber (1995) assevera que a ação social é todo comportamento humano de cunho relacional com um sentido, ou seja, que produz percepção e reconhecimento, sendo esse uma interface em relação ao comportamento do outro. Esta é uma relação bilateral de proporções subjetivas, no entanto, para que haja ação social, determinada situação do cotidiano deve produzir um sentido que, consciente ou inconscientemente, orienta o comportamento alheio à transformação social.

Ainda segundo o autor, “A ação social, portanto, é uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela no que diz respeito ao seu desenvolvimento” (p. 415). Nesse sentido, a identidade precisa existir para dar direito à diferença, sendo constituída ao longo do tempo dá sentido de continuidade aos indivíduos, que adotam papéis, normas e valores válidos para os componentes do grupo.

Em um contexto de hegemonia liberal, em que se asseveram os direitos individuais, o sujeito se expressa pela vontade de realização pessoal de seus projetos. Quando esses projetos são ameaçados, sua cidadania avança para a comunidade, procurando vozes em comum, identidades coletivas, para assegurar a permanência ou conquista do direito. Em momentos de predominância da comunidade, o indivíduo expressa sua cidadania pela pertença à comunidade, sendo que é isso que lhe dá significado. Em geral esses momentos surgem quando há um bem partilhado, pelo menos momentaneamente, que atrai coletivamente a ação dos indivíduos, ação que vai possivelmente se retraindo após a conquista ou se fortalecendo se continuar a luta, no caso de maiores demandas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que nos guiou durante toda a pesquisa foi compreender como ocorreu a constituição do Projeto Integrado de Colonização Sagarana, no município de Arinos – noroeste de Minas Gerais. Uma região que, na década de 1970, se encontrava em fase de desbravamento e ocupação. Por meio da pesquisa empírica, documental e de campo foi possível perceber e analisar as marcas da trajetória dessa Comunidade. Essas marcas, ao longo do caminho, foram sendo incorporadas pelos atores sociais, permanecendo na memória, alterando seus significados e refletindo na formação da identidade coletiva daqueles que constituem esse grupo.

Apesar de não ser nosso objetivo principal, uma reflexão inicial foi necessária acerca da questão agrária no Brasil. Percebemos nas concepções de Reforma Agrária e Colonização que, apesar de diferenciadas no tempo, no espaço e nos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais nos quais foram/são concebidos, elas representam simbolicamente o resultado do processo da luta pelo acesso a terra. A realização desta pesquisa permitiu ampliar e aprofundar nossa visão e reflexão sobre a dinâmica do processo de colonização e reforma agrária, antigos na região noroeste.

Entendemos que a reforma agrária é um conjunto de medidas que visam promover uma melhor distribuição de terras, produzindo um complexo social capaz de proporcionar democraticamente condições adequadas de trabalho e de vida para milhares de pessoas, que outrora foram expropriados dos meios de produção, buscando, assim, atingir justiça na utilização social da terra.

No que se refere à colonização, consideramos tratar-se de uma proposta complementar de “reforma agrária”, implementada pelos governos militares, tendo se constituído, durante esse regime, como principal processo de expansão do setor agrícola. Assim, o poder público, considerando que a reforma agrária, nos moldes previstos pelo Estatuto da Terra e da forma como desejavam os trabalhadores, representava um “radicalismo”, buscou, então, ocupar espaços vazios, reduzir áreas de tensão social e reorientar fluxos migratórios, criando novos núcleos agrícolas, e instituindo os Projetos de Colonização. Nesse sentido, observamos que alguns elementos de operacionalização do projeto de colonização se configuraram como aspectos que diferenciaram esse tipo assentamento da reforma agrária, que só veio ocorrer de fato a partir da década de 1980, com a redemocratização do

país. Dentre esses elementos destacamos: o grande número de pessoas que se direcionavam para as áreas de assentamento, exigindo a atuação de técnicos responsáveis para um contato direto com os beneficiários e exercendo de, certa forma, um controle sobre os assentados; as vastas áreas de povoamento, dificultando o contato e tornando complexa a administração dos projetos; o controle sistemático por se tratar de um empreendimento econômico com metas pré-estabelecidas, entre outros.

Para Medeiros (1986), a colonização nesse período foi considerada pelo Estado, como uma reforma agrária, um esforço de “levar homens sem terras a terras sem homens” (p. 26). É nesse contexto que a Comunidade Sagarana é projetada, com o pressuposto de povoar a região e ampliar as fronteiras econômicas do país. Vale ressaltar que os processos históricos e sociais que propiciaram o surgimento do PIC- Sagarana estavam atrelados às mudanças estruturais de contexto nacional, que previam a modernização da produção, principalmente a agricultura mecanizada que avançava e ainda avança pelo noroeste mineiro, bem como as trajetórias sociais dos trabalhadores excluídos dessas mudanças. Para os assentados do PIC Sagarana, além do propósito inicial, pensado pelo Estado, o acesso a terra carregava uma dimensão essencial na construção de sua identidade, configurada na relação de interdependência com a natureza, pois é a partir dela, a natureza, que se fundamentou tal identidade.

Para além das questões políticas e econômicas, a criação do PIC – Sagarana inseriu no município de Arinos uma nova organização social e territorial. A “Comunidade Sagarana”, hoje elevada à categoria de distrito, foi território projetado pelo INCRA, tornou-se referência de uma (re) construção identitária, e possibilitou internalizar noções de reconhecimento, de pertencimento a um grupo e a uma sociedade. Isso permitiu que muitos trabalhadores ganhassem visibilidade a partir da conquista da terra, estabelecendo novas relações com o “outro”, com a “sociedade” e com os “seus” forjando nova identidade social.

Outra discussão que também ancorou a nossa pesquisa foram abordagens sobre os conceitos de sertão, espaço e território, achamos pertinente revisar tais conceitos, para, a partir daí, ajustarmos a noção guia do nosso trabalho, ou seja, a constituição da Comunidade Sagarana. A respeito do termo ‘sertão’ entendemos, após analisar a literatura pertinente ao tema, que as noções apesar de variadas, não se divergem de forma relevante, antes se complementam. Assim, simplificando, sem desvirtuar sua grandeza, poderíamos afirmar que “os sertões” são vários, são lugares pouco habitados e cercados por muita beleza natural, apresentando as diversas expressões da interioridade do

Brasil. Isso ficou claro tanto nas obras pesquisadas, quanto nos depoimentos dos entrevistados durante a pesquisa de campo na Comunidade Sagarana, sendo este sertão de Minas Gerais, representado de modo épico por Guimarães Rosa.

Já em relação ao espaço, de acordo Braga (2007), esse é resultado das relações sociais que nele se estabelecem. Assim, o direito de ter seu espaço de produção possibilitou aos trabalhadores da Comunidade Sagarana se livrarem das desventuras das relações patronais presentes no meio rural, como vulnerabilidade, exploração, precariedade, entre outras. Segundo Magno (2011), esse livramento representa uma (re) elaboração simbólica da terra, uma vez que dá sentido à existência social, e torna-se espaço de vida, moradia e acolhimento. Mais do que experiências de vida, trata-se de uma de inserção social, onde o proceder desses trabalhadores são (re) orientados e suas expectativas de sobreviver com dignidade são ampliadas. Portanto, o PIC – Sagarana se materializou como ponto de referência existencial e social, para aqueles que foram “escolhidos” e contemplados com a “sua” terra.

A territorialização, por sua vez, surge apoiada na representação institucional do Estado, no caso o INCRA, mas não se centralizou nele, antes mobilizou ações coletivas, a partir de uma interação de objetivos. Ainda que de forma desarticulada, atraiu pessoas dessa e de outras regiões que, dispondo da oportunidade, confiaram na expectativa de um novo projeto de vida, um lugar de trabalho, de autonomia e de liberdade, que permitisse a subsistência e a perpetuação do grupo familiar por meio da terra conquistada. Com o diagnóstico da região pronto, infraestrutura em andamento e metas delineadas, o Estado encaminhou a efetivação do PIC – Sagarana. Destacamos que a formação e territorialização da Comunidade Sagarana deu-se por duas grandes frentes no tempo e no espaço, sendo a primeira de trabalhadores que já ocupavam a fazenda do Boi Preto, denominados neste trabalho de ‘urucuianos’, estes viviam à margem desse latifúndio. Eles foram os primeiros a escolherem e ocuparem seu espaço. A outra frente surgiu com o processo de migração de trabalhadores de diversas regiões que, anteriormente, ocupavam as periferias de outros centros urbanos, denominados ‘chegantes’. Estes, apesar de serem maioria, tiveram como opção de escolha terras menos produtivas. Desse modo, essas duas frentes foram o ponto de partida para as ações de planejamento da produção, que aproximou dentro de um mesmo território dois grupos distintos, com trajetórias sociais específicas, porém com um desejo comum, sobreviver da terra.

Ao longo deste trabalho, percebemos a posse da ‘terra’ enquanto representação social, como condição *"sine qua non"* na formação do processo identitário. Nesse sentido, a terra apresentou-se como reguladora de um processo concreto de mudança social que possibilitou a construção de novas relações entre os próprios assentados e ainda entre esses e a natureza.

Portanto, neste contexto de colonização agrária percebemos variáveis que indicam uma reformulação da estrutura fundiária direcionada para o sistema econômico, a relativa autonomia por parte das famílias beneficiárias após a conquista da terra que, mesmo em meio às dificuldades iniciais e precariedades, ainda vigentes em alguns casos, obtiveram uma relativa melhoria nas condições de vida, e também o reconhecimento dos direitos relacionados a terra e aos recursos naturais.

A tradição cultural da Comunidade Sagarana é um exemplo da apropriação afetiva do espaço. São nas veredas desse território que homens e mulheres estabeleceram um modo de vida singular, com seus simbolismos, expressões do ser e do agir, dos saberes e dos fazeres típicos do homem sertanejo. Este criou uma significação para a “Comunidade Sagarana”, instituiu um território e nele estabeleceu não só uma relação econômica, mas também social e cultural, e, assim, se mantém enquanto “grupo”. No entanto, um novo campo de símbolos, de sentidos de vida e de significações de mundo, de “racionalidades”, conforme Santos (2004), surgem no seio dessa comunidade, e se apresentam como “ameaça” aos aspectos culturais e tradicionais próprios desse povo. Essas “ameaças” despertam em alguns integrantes do grupo a preocupação e, consequente, responsabilidade de conservar as raízes culturais ameaçadas pelos campos simbólicos, acima mencionados, impulsionando uma “luta” cotidiana naqueles que se ocupam dessa tarefa.

Outro aspecto que tem despertado a preocupação da Comunidade Sagarana é o meio ambiente. Na percepção dos moradores da Comunidade, isso se materializa, basicamente de duas formas, ou seja, pelos efeitos da irregularidade das chuvas e pelo crescimento da sensibilização ambiental. Diante da vulnerabilidade da região, por meio de diversas instituições, em especial a escola local, o IEF e o IFNMG, tem-se procurado transmitir um discurso focado na preservação das riquezas naturais. De tal modo, isso tem despertado para a reflexão e o agir, multiplicando ações coletivas de sensibilização na tentativa de amenizar os efeitos de práticas desordenadas de ocupação territorial.

De acordo com os entrevistados, o trabalho empreendido por essas instituições em parcerias com a Comunidade está imprimindo aos moradores uma conscientização em relação ao meio ambiente. Não se pode dizer que essa conscientização reflete a postura de toda a comunidade, visto que ainda se verifica ações de desvalorização e desrespeito por parte de alguns moradores. Também constatamos a presença de fazendeiros que adquirem vários lotes, estes são usados como espaço, principalmente para a criação de gado, o que ocasiona o desmatamento de grandes áreas para a formação de pastos.

Por fim, a discussão estabelecida nesta pesquisa abre margem para que se possa pensar as potencialidades, dificuldades e relações sociais instituídas dentro e fora dos assentamentos rurais, independente da forma como foram idealizados. Estes, sejam projetos de colonização ou mesmo assentamentos de reforma agrária, mobilizados pelo MST, são ricas fontes de estudo e devem ser também ponderados a partir de sua realidade cultural e social, não ficando delimitado apenas às questões políticas e econômicas. Pois, a nosso ver, a terra tem significado de futuro, foi e, ainda é a razão que motivou homens e mulheres a enfrentar desafios e aventurar-se pelos sertões.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Luciana; ALVARENGA, Ana Maria; COSTA, Samira Lima da. Estudo de/com comunidades tradicionais: cultura, imagem e história oral. **Comunidades, meio ambiente e desenvolvimento**. Série Documenta EICOS, nº 17. 2007. Disponível em: www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos. Acesso em janeiro de 2013.

AMADO, Janaina. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.8 n 15, 1995, p 145-151.

_____. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. In: LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn; SELL, Carlos Eduardo; BORBA, Julian. **Movimentos sociais, participação e reconhecimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

AREZZO, Dryden Castro de. **Colonização**. Fundação Petrônio Portela – MJ. Brasília, 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 15 de jun. 2014.

_____. **Conferência de Tessalônica**, 1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/agua/item/8070-declara%C3%A7%C3%A3o-de-thessaloniki>. Acesso em novembro de 2014.

_____. **Decreto Nº 59.428** de outubro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 15 de jun. 2014.

_____. **Estatuto da Terra**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> Acessado em 10 de jun. 2014.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo, Brasiliense, 1996.

BOAVENTURA, Ricardo Soares. **Vereda berço das águas.** Belo Horizonte: Eco Dinâmica, 2007.

BRAGA, Vivian. **Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação.** Saúde em Revista. Piracicaba: 2004, p.37-44. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf>. Acesso em novembro de 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 13ª edição.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS DO SERTÃO. **Estatuto Social da Associação do CRESERTÃO,** 2011.

CARDOSO, Lucimeire de Fátima. **A luta pela terra e na terra: desafios e perspectivas do cooperativismo- Fazenda São Domingos, Tupaciguara (MG).**Uberlândia, 2012.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAYRES, Domitila Costa. **Sociedade civil e Estado: a autonomia revisitada.** Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. 2009. [dissertação]

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950- 2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: Ipea, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

_____. **A sociedade dos indivíduos.** Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os “outsiders”: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. REVISTA NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005 – ISSN 1806-6755.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2014.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008c. p. 173-224.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERREIRA B., et al ALVES, F., FILHO., J. J C. **Constituição vinte anos: Caminhos e descaminhos da reforma Agrária – embates (permanentes), Avanços (poucos) e derrotas (Muitas)- IPEA – 2008**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula; THOMSON, Alistair. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.); AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GALVÃO, Victor Araujo. **Por uma Contra-racionalidade Autônoma: as articulações entre a economia solidária e os softers**

livres. Disponível em <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/f79b34d090795aa33a26def459807372.pdf> acessado em 01 de out. de 2014.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro.** GeoTextos, Vol. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php>. Acessado em: 23 abr. 2014.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro, Lamparina Editora, 2014.

_____. **The work of representation.** In: HALL, Stuart Representation. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

Instituto Estadual de Florestas.Regional Noroeste. **FOLDERES.** s/d

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação dos assentamentos em Minas Gerais.** Disponível em: www.incra.gov.br/index.php/minas-gerais-sr-06. Acessado em jan. de 2013.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto Integrado de Colonização Sagarana/ Projeto Técnico 1974.**

LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção das identidades. In: BURITY, Joanildo A.; AMARAL, Aécio Jr. **Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social.** São Paulo: Annablume, 2006.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia.** Argentina: Fondo de Cultura Econômica, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEIS, Héctor Ricardo. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, Eduardo J. *et alli*. **Meio ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** São Paulo: Editora Cortez, Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

LEAL, Laurindo. **Reforma agrária da Nova República – contradições e alternativas.** São Paulo: Cortez: EDUC, 1986.

LIMA, Fernando de. **Programa Cédula da Terra: uma releitura dos principais resultados.** Campinas, 2008.

LIMA, Rafael Augusto de Mendonça. **Direito agrário, reforma agrária e colonização.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

LOPES, Frederico Antônio Mineiro; AMÂNCIO, Robson; ALENCAR, Edgard. **Participação libertadora, CEBS e comunidades camponesas em Montes Claros, MG.** Revista **Organizações Rurais & Agroindustriais** da UFLA. Lavras, vol. 7, n. 1, 2005, p. 82-92.

LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos.** Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba, PR.

_____. Associativismo civil e representação democrática. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn.

Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

LOPES, Frederico Antônio Mineiro; AMÂNCIO, Robson; ALENCAR, Edgard. **Participação libertadora, CEBS e comunidades camponesas em Montes Claros, MG.** Revista **Organizações Rurais & Agroindustriais** da UFLA. Lavras, vol. 7, n. 1, 2005, p. 82-92.

MARINHO, Ernandes Reis. **As relações de poder segundo Michel Foucault.** E-Revista Facitec, v.2 n.2, Art.2, dezembro 2008.

MARTINS, Geraldo Inácio. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais**, 2011(Dissertação).

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. In: **Tempo Social**; Revista Sociologia. USP, São Paulo, 2000 p. 97-128. Disponível em www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a07.pdf. Acesso em janeiro de 2013.

_____. **O Sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **A Militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O cativo da terra.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **Reforma agrária no Brasil.** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: MDA/SDT-CONDRAF, 2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/5033295/Doc>. Acessado em dez. de 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório Analítico do território Rural Noroeste de Minas**. Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais N°. 05/2009.

MIRANDA, Mariana. **Colonização e Reforma Agrária**. Boletim de Geografia. UEM. Ano 5 n°1, 1987. Disponível em <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/>. Acessado em 20 de maio de 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **O Sertão: Um “Outro” Geográfico**. s/p. In: TERRA BRASILIS – Revista de História de Pensamento Geográfico no Brasil Anos III – IV, N. 4-5 . Rio de Janeiro, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOUFFE, Chantal. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo**. In: Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política/UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – v.1, n° 3 – Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2003.

MÜLLER, Geraldo. **A terra não é mais aquela: Mirad nela?** In: Reforma Agrária da Nova República – contradições e alternativas. Laurindo leal São Paulo: Cortez: EDUC, 1986.

NIETHAMMER, Lutz. **Conjunturas de identidade coletiva**. In: Antonacci, Maria Antonieta. **Ética e História Oral**. São Paulo: PUC, abril 1997.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como gênero**. Projeto História 22, São Paulo, EDUC, p. 25, jun. 2001.

_____. **O que faz a história oral diferente.** Projeto História 14, São Paulo, EDUC, 1997.

_____. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. “a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais.** ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

PROGRAMA E PROJETOS COPABASE, ano 2014. Disponível em <http://www.copabase.org>. Acessado em 19 de dez. 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão.** Belo Horizonte. Autêntica, 2005.

_____. **Sertão lugar desertado.** Belo Horizonte. Autêntica, 2006.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas.** 3a edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma geografia nova geografia crítica.** 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **O espaço dividido.** 2ªed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (Org.). **Política e reforma agrária.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUZA, Marcos Spagnuolo. **Vidas vividas em Arinos.** Arinos [S.N], 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos de MST e MTST no Brasil.** Interface: a journal for and about social movements, v. 1, p. 105-124, 2009.

_____. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Sociedade e Estado. Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006. Disponível em www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf. Acesso em janeiro de 2013.

_____. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007: 5-22. Disponível em r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article. Acessado em maio de 2014.

_____. **Redes Emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos.** Curitiba: Appris, 2012.

STÉDILE, João Pedro. **O MST e a questão agrária.** Revista Estudos avançados, vol. 11, n. 31, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a05.pdf>. Acessado em: 06 mai.2014. Entrevista.

THOMPSON, Eduard Palmer. **A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade.** Volume I. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **História Oral.** Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.5, jun.2002. - São Paulo: Associação Brasileira de História Oral.

VALADARES, Napoleão. **História de Arinos.** Brasília: André Quicé, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudeal. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: João Carlos Tedesco. **Agricultura familiar: realidade e perspectivas.** Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 1999.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Una Nueva Ruralidad em América Latina?** Norma Giarracca. 2001. Disponível em:

<http://conectarural.org/sitio/sites/default/files/documentos/giarraca.pdf>.
Acessado em 09 mai. 2014.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 2. São Paulo: Cortez, 1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

APÊNDICE

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Título da pesquisa: “EM CADA VEREDA UMA MEMÓRIA: ASSENTADOS NO SERTÃO DE “SAGARANA” EM ARINOS - MINAS GERAIS”

Instituição promotora: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ilse Scherer-Warren

Atenção:

Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis a você e o seu direito de sair do estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

1- Objetivo

Pesquisar as trajetórias, e experiências dos assentados do Projeto Sagarana - MG em Arinos e as relações estabelecidas no contexto local e regional.

2- Metodologia/procedimentos

Os procedimentos metodológicos adotados para essa pesquisa partem primeiramente dos referenciais teóricos-conceituais e as entrevistas. Ao entrevistar os moradores, procuramos conhecer primeiramente o local onde mora, a idade, onde trabalha, ou seja, os seus dados principais, como forma de melhor conhecê-los e depois seguiremos com a entrevista. Para uma futura análise as entrevistas, serão gravadas por meio de uma câmera digital e em seguida transcreveremos no formato do depoimento do entrevistado com o objetivo de revelar a opinião dos moradores em relação a temática discutida. E em seguida analisaremos os dados obtidos com a pesquisa, levando em consideração as vivências e os diversos pontos de vista em relação a preservação do patrimônio cultural da cidade.

3- Justificativa

Compreender a trajetória desse povo, e o significado de suas manifestações socioculturais.

4- Benefícios

Compreender o movimento de territorialização: da “luta” pela terra até a conquista do espaço político e social, a construção da identidade da Comunidade Sagarana e o fortalecimento do sentimento de pertença dos novos atores sociais.

5- Desconfortos e riscos

Os depoimentos poderão ocasionar lembranças de histórias desagradáveis para o depoente ou que contraponha a história oficial do distrito. Teremos outras versões sobre a história e memória local e, talvez essas outras possibilidades possam incomodar determinados grupos sociais, sobretudo locais.

6- Danos

O entrevistado trará outras versões da história e memória local e, dessa forma, poderá contradizer ou contrariar as visões ou pontos de vistas já consolidadas.

7- Metodologia/procedimentos alternativos disponíveis

A metodologia será orientada de acordo com os estudos propostos pela história oral direcionando o estudo na compreensão do lugar do depoente.

8 - Confidencialidade das informações

As entrevistas serão direcionadas de acordo com o problema de pesquisa, no entanto, será respeitado os trechos em que o depoente acredite ou queira que não seja divulgado. Nesse sentido, o instrumento de gravação será desligado, garantindo a confiança estabelecida entre entrevistado e entrevistando.

9 - Compensação/indenização

O estudo possibilitará outras versões historiográficas sobre Sagarana e, sendo assim, dará crédito aos entrevistados em relação as suas abordagens nas entrevistas, assim como será garantido o seu direito de não publicação daquilo que acredita não ser viável para ele no momento do depoimento e, por isso não gravado. Nenhuma compensação financeira será ofertada aos participantes.

10- Consentimento:

Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento.

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA
PROJETO**

**EM CADA VEREDA UMA MEMÓRIA: ASSENTADOS NO
SERTÃO DE “SAGARANA” EM ARINOS - MINAS GERAIS**

Esta é uma pesquisa vinculada e submetida ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política – PPGSP – da Universidade Federal de Santa Catarina, sob responsabilidade da mestrandia Rosemere Freire Fonseca e sob a orientação da Prof^a. Ilse Scherer-Warren

CATEGORIAS DE ENTREVISTA

CATEGORIA I - Moradores que participaram da formação do PIC

CATEGORIA II - Moradores responsáveis por projetos sociais e culturais

CATEGORIA III - Moradores líderes de associações

CATEGORIA IV – Representantes de Instituições Locais

**CATEGORIA I
MORADORES QUE PARTICIPARAM DA FORMAÇÃO DO
PIC**

1-INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome entrevistado (a):

Tempo de residência no Assentamento:

2-TRAJETÓRIA SOCIAL DO ASSENTADO

- Poderia me contar um pouco quem você é? Onde nasceu? Onde e com o quê já trabalhou? (assalariado rural, Assal. Urbano, produtor rural, etc)

- Se for trabalhador rural (falar um pouco da trajetória antes do assentamento)

- É associado a sindicatos, movimentos sociais, etc?

- Quais e Por quê?
- Qual o significado de ter uma terra pra você?
- Como foi o processo de aquisição ou conquista da terra do assentamento?

3. CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO ASSENTAMENTO:

- Por que o Sr. (a) veio morar aqui no Assentamento em Sagarana?
- Como o Sr. (a) adquiriu a terra/lote? (doação, compra, herança, sorteio, etc.)
- O seu lote já incluía moradia? Como foi a construção?
- Como foi a atuação do INCRA no início do assentamento? E hoje?
- Vocês receberam ou recebem alguma assistência técnica ? De quem? Como?
- O Sr (a) gosta de morar aqui?
- O que Sr (a) mais gosta na Comunidade? (lugar, pessoas, etc.)
- O Sr (a) se sente ligado a essa gente? Por quê? (Significado do território)
- Se o Sr (a) tivesse a oportunidade, gostaria de morar na cidade? Por quê?
- O que o Sr(a) sente mais falta na Comunidade?
- Que problemas o Sr (a) e a sua família enfrentam por morar aqui na região?

4. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO RURAL:

- Você poderia me contar um pouco da história que conhece sobre o assentamento?
- Por que esse nome, Sagarana?
- Quais eram suas expectativas com a conquista de uma terra?
- Você conhece todo mundo aqui da comunidade?
- Como você acha que são os relacionamentos aqui? São solidários uns com os outros ou é “cada um por si”?
- Quais as diferenças percebidas entre aqueles que vieram para cá?
- Vieram outros da mesma região que você? Como são os relacionamentos
- Existe produção coletiva aqui na Comunidade? Como é?
- O que você acha disso?
- Existe associação aqui? Como funciona? Ou as pessoas se ligam a outros grupos?
- Está feliz com a terra que tem?
- Em relação ao passado, como está sua vida hoje? Melhorou ou não?

5. COTIDIANO:

- Como é o dia-a-dia das pessoas que vivem aqui?
- Como as pessoas, normalmente, fazem para se divertir? Você e sua família participam?
- Quais são os lugares de encontro? (Associação, bar, escola, etc.)
- Com o que trabalham?
- Há alguma festa aqui no Assentamento que o Sr(a) participa? Quais?
- O Sr(a) já conhecia esta festa antes do assentamento? Em caso positivo quais as diferenças percebidas?
- Qual a importância do Festival de Sagarana para o Sr(a)?

6-REDES SOCIAIS NA VIZINHANÇA:

- Como são as relações entre os moradores da Comunidade? Há conflitos? As pessoas se ajudam?
- O Sr(a), conta com a ajuda de algum vizinho ou parente em algum momento do trabalho ou tem que pagar pelos serviços?
- Dos moradores antigos quais repassaram os lotes? Por qual motivo?
- O Sr(a). acha que existe alguma diferença entre os moradores mais antigos e aqueles que mudaram-se para cá recentemente?

7-TRABALHO:

- O que o Sr(a) produz?
- É para o seu sustento ou serve como renda? Se comercializado como acontece?
- O que você compra na cidade?
- Os filhos trabalham com o Sr(a)?

8-IDENTIFICAÇÃO COM A TERRA:

- O Sr(a). trocaria o trabalho com a terra por outro?
- Qual importância tem para o Sr(a), ser dono da terra em que trabalha?
- Para seus filhos a terra é importante? Ou eles querem/sentem vontade de sair daqui, ir para outro lugar?
- Além de lidar com a terra, faz outra atividade para completar a renda?
- Qual? Onde?

CATEGORIA II MORADORES RESPONSÁVEIS POR PROJETOS SOCIAIS E CULTURAIS

- Qual(is) projetos você desenvolve na Comunidade?

- Quais as atividades desenvolvidas com este projeto?
- Quais as parcerias?
- Qual a importância desse projeto para o desenvolvimento local?
- Quando começou?
- Quais as expectativas para tais projetos?
- A Comunidade participa ativamente?

CATEGORIA III

MORADORES LÍDERES DE ASSOCIAÇÕES

- Identificação da associação.
- Número de associados
- Papel da associação junto à Comunidade.
- Principais ações empreendidas.


CATEGORIA IV

Representantes de Instituições Locais

- Identificação institucional
- Qual a relação instituição com a Comunidade?
- Principais ações empreendidas no contexto local.
- Qual a importância da Comunidade para a região?
- Quais são suas expectativas para o futuro?

ANEXOS

130.


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA
AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO
PIC — SAGARANA
MUNICÍPIO ARINOS

O INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Autarquia Federal, criada pelo Decreto-Lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970, com sede e foro em Brasília, por seu representante legal infra assinado, concede AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO a EULÓGIO FERNANDES DE OLIVEIRA — LOTE 173, SETOR XV, UATP 19, área de 101 ha (cento e um hectares), localizada no 36º Preto, limitada pelos marcos 275, 270, 269, 276.

mediante as seguintes condições:

- residir e cultivar a área;
- comprometer-se a pagar as despesas relativas à demarcação, bem como quaisquer outras, decorrentes de eventual beneficiária erigidas com o recurso do Poder Público;
- acatar as determinações do INCRA relativas à programação da área.

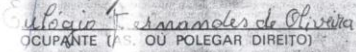
A transferência desta AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO a terceiro importará em caracterização de posse de imóvel.

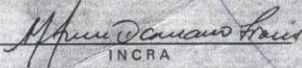
O ocupante renuncia, neste ou na melhor forma de direito, a quaisquer medidas judiciais possessórias, uma vez infringida qualquer das exigências legais e regulamentares ou desta AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO, obrigando-se a respeitar a demarcação a ser procedida e condições para aquisição do imóvel.

Uma vez cumpridas as exigências legais será outorgado ao ocupante o título de domínio, na forma da legislação em vigor, especialmente da Lei 4.504, de 30.11.1964, Estatuto da Terra e Decreto 68.153, de 01.02.71.

SELO HORIZONTE, em de de 19

DE ACORDO


 Eulógio Fernandes de Oliveira
 OCUPANTE (P.S. OU POLEGAR DIREITO)


 Maria de Oliveira
 INCRA

12/07/74 09:24:24

Fonte: Pesquisa de campo. Documento de autorização de ocupação do PIC-pertencente a Gercina Maria de Oliveira esposa do colono.

VIVÊNCIANDO O SERTÃO





Alimento do Cerrado: seu Cassiano e dona Antônia extraíndo a castanha do Barú.

fonte de renda para algumas famílias da Comunidade.
Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 30 de nov. de 2014.



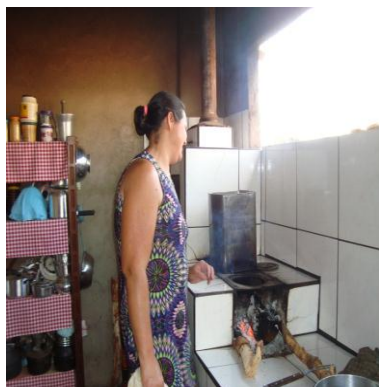
Dona Nair e a arte de tecer.

Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 30 de nov. de 2014.



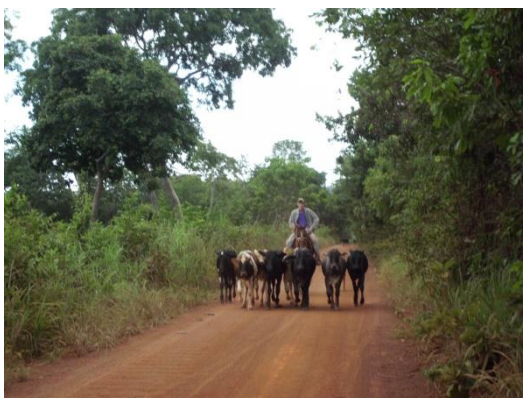


Dona Conceição e a técnica de fiar e fazer sabão artesanal.
Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 15 de dez. de 2013.



Maria e Sueli preparando o almoço para a família, no tradicional fogão à lenha.

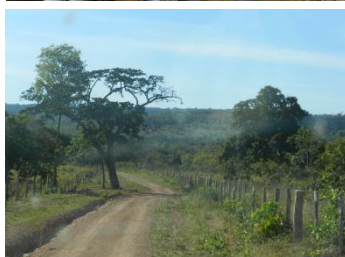
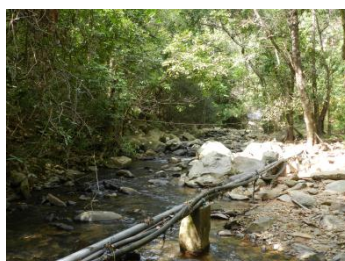
Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 30 de nov. de 2014.



Moradores da Comunidade e o lidar diário com a horta e a criação de gado.
Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 01 de ago. de 2014.



Luteria e bambuzeria, fontes de renda para moradores da Comunidade.
Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 28 de jul. de 2014.



A natureza exuberante do sertão-
Rio São Miguel e a Cachoeira do Boi Preto dentro da Estação Ecológica de
Sagarana. Fonte: FONSECA, Rosemere Freire. 30 de Nov. de 2014